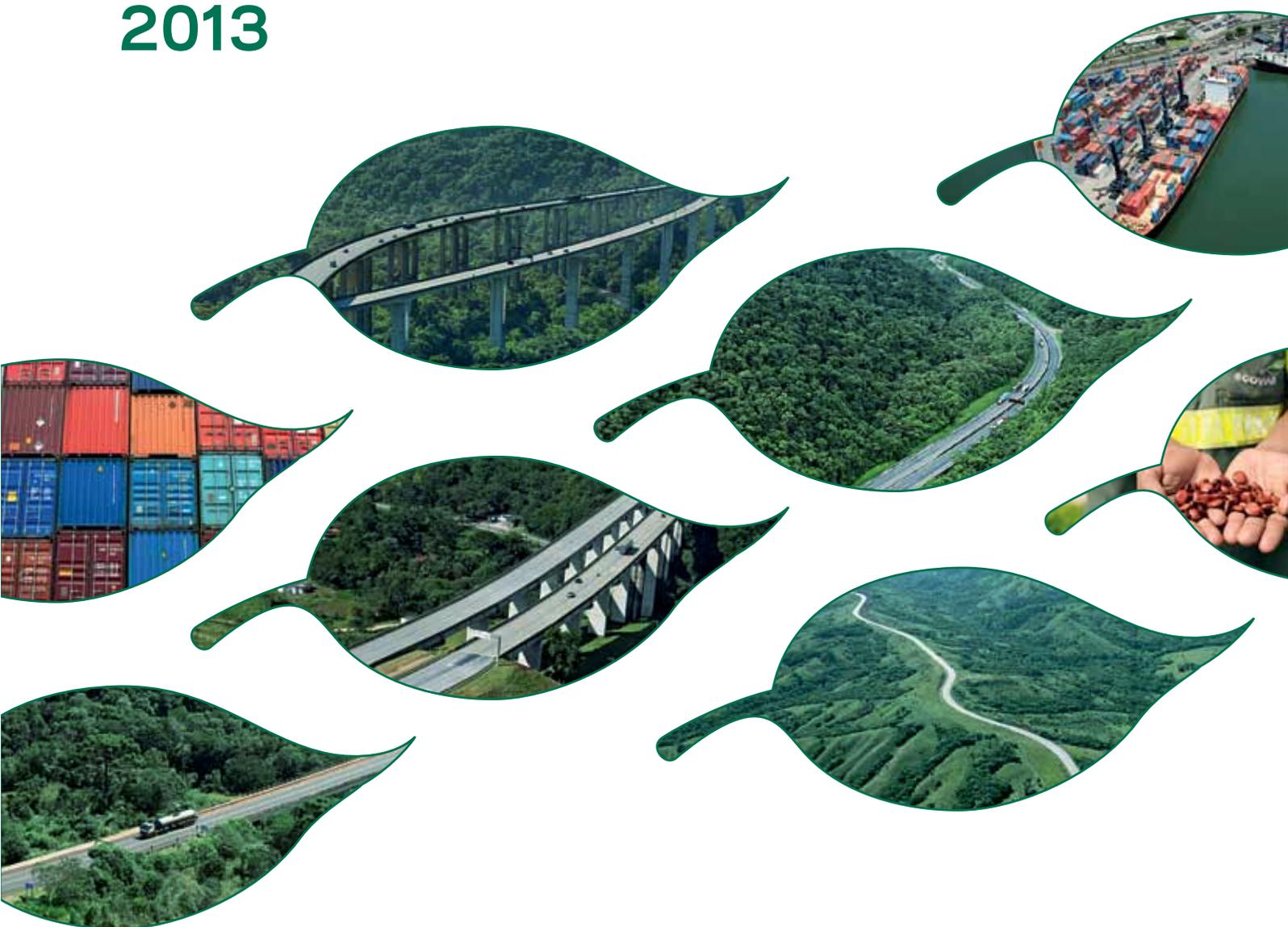


RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2013



Grupo Ecorodovias compensa suas emissões de Gases de Efeito Estufa

A EcoRodovias compensou os Gases de Efeito Estufa (GEE) emitidos no ano de 2013 por meio da compra e cancelamento voluntário de créditos de carbono vinculados ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), no âmbito do Protocolo de Quioto, fazendo parte do Programa Amigo do Clima.

Após a execução de diversas ações com foco em eficiência energética (combustíveis e energia elétrica) nos últimos anos, o Grupo EcoRodovias busca agora zerar a sua conta com o meio ambiente através da neutralização de suas emissões.

O projeto MDL escolhido foi o do Aterro de Manaus, onde o biogás gerado é coletado e queimado, com alta eficiência e geração de energia,

reduzindo assim as emissões de GEE e gerando energia limpa.¹

Todas as emissões diretas e indiretas das Concessionárias² foram neutralizadas, tornando-as assim as 1as concessionárias neutras do Brasil! Além disso, todas as emissões diretas da ELOG e Ecoporto também foram neutralizadas. No total foram compensadas 21.994 tCO₂e.³

¹ Conheça mais sobre o projeto acessando o link: <http://cdm.unfccc.int/UserManagement/FileStorage/ZLIV4CGNS6DK12OYQ0EXM3R5W9UAFB>

² (Ecosul, Ecovia, Ecocataratas, Ecovias, Ecopistas)

³ Link para acessar o relatório da ONU: http://cdm.unfccc.int/Registry/vc_attest/index.html





SUMÁRIO

2	Mensagem do Presidente
4	Síntese dos capítulos
11	Perfil
23	Governança corporativa
37	Cenário e estratégia
45	Desempenho econômico-financeiro
53	Desempenho operacional
63	Desempenho socioambiental
94	Carta de asseguração
96	Sobre o relatório
99	Índice remissivo GRI
105	Balanço Social Ibase e NBCT 15
110	Informações corporativas
110	Créditos

Mensagem do Presidente

O desempenho do Grupo EcoRodovias em 2013 mantém firmes nossas perspectivas de crescimento e expansão das atividades em infraestrutura e logística no País

Em um ano desafiador, o Grupo EcoRodovias consolidou suas operações em novas áreas de negócios e reafirmou sua posição privilegiada no setor de infraestrutura e logística no País. A Companhia, por meio da ECO101, iniciou as obras que se estenderão pelos 475,9 quilômetros da rodovia BR-101, no trecho que começa no sul da Bahia e segue até a divisa do Espírito Santo com o Rio de Janeiro, com investimentos previstos na ordem de R\$ 1 bilhão nos próximos cinco anos.

A rodovia tem localização estratégica para as operações da EcoRodovias e representa uma importante via de acesso para o transporte rodoviário e de cargas no Brasil. É também a melhor conexão com cinco portos da Região Sudeste, com destaque para os de Vitória e Tubarão, e faz a interligação com as principais praias do Espírito Santo, com uma significativa movimentação de turistas. A previsão é de que sete praças de pedágios, conforme o contrato de concessão firmado, sejam instaladas em maio de 2014, após a primeira fase de melhorias na rodovia.

O ano de 2013 foi marcado também pela consolidação das atividades do Ecoporto Santos, adquirido em 2012, a fim de torná-lo mais competitivo e integrá-lo às demais unidades de negócio do Grupo. O complexo abrange operações portuárias e manuseio e armazenagem de cargas de importação e exportação, e oferece condição singular para a estratégia da Companhia. O Ecoporto Santos, com a malha rodoviária sob administração da EcoRodovias e com a estrutura da Elog - braço que controla todas as plataformas intermodais do Grupo -, compõe um dos maiores complexos de infraestrutura logística do País, capaz de atender às diferentes necessidades dos clientes.

No Ecoporto Santos, nosso foco foi a criação de diferenciais de mercado, com o desenvolvimento de novos serviços e novas formas de integração, tanto na armazenagem quanto na distribuição de cargas. Esses fatores tornaram a empresa mais competitiva e trouxeram ganhos importantes para os clientes, por meio de um atendimento mais rápido e eficiente.

Na mesma direção, a Elog passou por uma reestruturação importante ao longo do ano, com o objetivo de fortalecer suas unidades estratégicas e adequar a capacidade e a demanda de suas operações. No longo prazo, o plano é adequar as plataformas logísticas e ampliar os serviços de maior valor agregado, dentro de um modelo integrado de atuação. Um passo importante para isso foi a conversão de três portos secos para a condição de Clias e a disponibilização para operar mais um centro de distribuição, de 10 mil m², no Ecopátio Imigrantes. Encerramos as atividades no centro de distribuição de Cajamar (SP) para que a empresa pudesse concentrar seus esforços em locais mais estratégicos, reforçando a integração com os demais ativos da Companhia.

O ano de 2013 também impôs desafios importantes. No segundo semestre se concretizaram importantes licitações para a privatização de cinco trechos de rodovias federais e de dois dos principais aeroportos do Brasil. A EcoRodovias apresentou propostas bem embasadas e estruturadas de acordo com previsões e estudos fundamentados. A falta de êxito nessas operações, porém, não mudou a convicção da Companhia de ter adotado uma postura focada na procura do melhor retorno.

O Grupo EcoRodovias encerrou o período com um crescimento de 26,2% na receita bruta, para um total de R\$ 2.878,7



Ecocataratas

milhões. As concessões rodoviárias responderam por mais de 69,8% desse montante, com destaque para o aumento do tráfego nas rodovias que operamos. Em 2013, mais de 220 milhões de veículos equivalentes pagantes circularam pelas estradas, o que representa um crescimento de 6,1% em relação ao período anterior.

O desempenho do Grupo no período nos dá novo fôlego para a rodada de leilões programada para o primeiro semestre de 2014, com trechos de fundamental importância para o desenvolvimento do País. Também nos traz a certeza de que nossa estratégia, apoiada pela disciplina financeira e pela solidez de nossa estrutura, conduz a um caminho de bons resultados para acionistas e investidores, bem como para todos os públicos que se relacionam de alguma forma com a EcoRodovias.

Esse desempenho também pode ser atribuído à consistência de nossa gestão, às práticas de governança corporativa e às diversas ações socioambientais que promovemos nas várias localidades em que estamos presentes. Finalmente, devemos esse resultado ao conjunto de colaboradores que todos os dias ajudam a fazer da EcoRodovias uma empresa melhor. Prova disso é que permanecemos listados no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa, e passamos a integrar o Ibovespa, em janeiro de 2014.

Essas e outras conquistas mantêm firmes nossas perspectivas de crescimento e expansão das atividades em infraestrutura logística e rodoviária. Entre elas, podemos destacar os índices de satisfação dos usuários das rodovias administradas pelo Grupo. Em algumas, a avaliação positiva ultrapassa os 90%, em uma demonstração clara de que nossos esforços

e investimentos para garantir o conforto e a segurança dos motoristas são reconhecidos pelo público.

Falando em segurança, volto a ressaltar a adesão da EcoRodovias à Década de Ação pelo Trânsito Seguro, campanha lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2012, com o desafio de reduzir em 50% o número de ocorrências em todo o mundo até 2020. Iniciativas desse porte contribuem de forma significativa para que possamos enfrentar o problema e diminuir um índice do qual os brasileiros não se orgulham. Em 2013, o total de mortes por acidente foi 6,7% menor nas rodovias administradas pelo Grupo, mas ainda temos um longo caminho para avançar. No período, registramos 336 casos de óbito, um número nada confortável se considerarmos que eles poderiam ser evitados. É por isso que as campanhas de conscientização dos motoristas são tratadas com a devida importância internamente, como demonstram nossos indicadores ao longo deste relatório.

Para 2014, a EcoRodovias continua apostando na estratégia de investir em novas oportunidades, aumentar sua participação de mercado nos setores em que atua e contribuir para o desenvolvimento sustentável do País. O desafio é grande, principalmente se considerarmos que o cenário não será muito diferente do que ocorreu em 2013, com baixa atividade econômica. Mas, com o apoio e o empenho dos mais de 5,7 mil colaboradores da EcoRodovias, tenho certeza de que voltaremos a apresentar bons resultados no ano que vem. Conto com vocês.

Boa leitura!

Marcelino Rafart de Seras

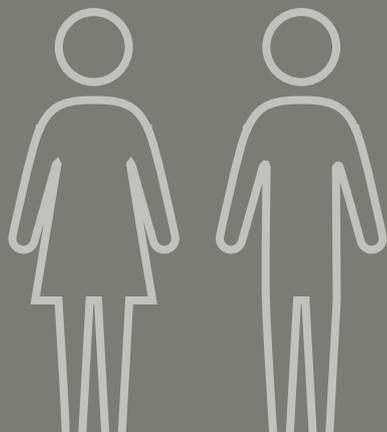
Diretor Presidente

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Há quatro anos, o Grupo EcoRodovias está listado no Novo Mercado da BM&FBovespa, que representa as empresas com as melhores práticas de gestão e estabelece regras para a estrutura de governança e os direitos dos acionistas

Em 2013, a EcoRodovias redefiniu a atuação dos comitês de apoio ao Conselho de Administração para fortalecer seu modelo de governança e continuar evoluindo na adoção de boas práticas. O principal passo foi a criação do Comitê de Investimentos, Finanças e Riscos, responsável pela análise das decisões relacionadas às alternativas de alocação de capital, como operações de fusões, aquisições, participação em novos negócios, novos investimentos e políticas de distribuição de dividendos. Esse comitê também é incumbido de avaliar todo o Sistema de Gestão de Riscos do Grupo. Outra mudança implantada no ano passado se refere à unificação dos comitês que tratavam da estrutura organizacional da Companhia, dando origem ao Comitê de Gestão de Pessoas e Governança.

4



100%

É O ÍNDICE QUE A COMPANHIA QUER ATINGIR no treinamento de seus colaboradores acerca da Lei Anticorrupção, incluindo os profissionais da administração e da operação de todos os negócios do Grupo. Está em curso também a revisão do Código de Conduta Empresarial, com ações que serão acompanhadas pelo Programa Corporativo Anticorrupção.



A COMPANHIA TAMBÉM UTILIZA COMO FERRAMENTA DE GESTÃO O QUESTIONÁRIO DO ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), da BM&FBovespa, a fim de aprimorar suas práticas e a inserção da sustentabilidade na rotina de suas atividades.

CENÁRIO E ESTRATÉGIA

A EcoRodovias é uma das principais companhias de infraestrutura e logística multimodal do País, com serviços distribuídos pelos principais corredores de turismo e comércio exterior das regiões Sul e Sudeste

A posição alcançada pelo Grupo ao longo de 16 anos de atuação, aliada à experiência e à capacidade de administrar concessões públicas, garante a solidez necessária para a Companhia conduzir seus negócios de forma rentável e sustentável, com disciplina financeira e responsabilidade socioambiental. Esse perfil empresarial permite que a Companhia mantenha o foco na conquista de novas concessões e na aquisição de novos negócios, especialmente os relacionadas aos setores rodoviário e portuário. Apesar dos resultados obtidos em 2013, ano de desafios para a economia de todo o País, a empresa se reestruturou e consolidou suas operações com a finalidade de aumentar a participação no mercado e criar novas oportunidades de negócios.



R\$1 bilhão

É O INVESTIMENTO PREVISTO PELA COMPANHIA AO LONGO DE CINCO ANOS

para os 475,9 quilômetros de extensão da BR-101, trecho que começa no sul da Bahia e atravessa a costa do Espírito Santo, até chegar ao Rio de Janeiro. A concessão, firmada no ano passado, garantirá a implantação de obras que vão facilitar o acesso a cinco portos da região.



A ATUAÇÃO DO GRUPO ECORODOVIAS NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL É ORIENTADA PELAS DIRETRIZES DE SUSTENTABILIDADE,

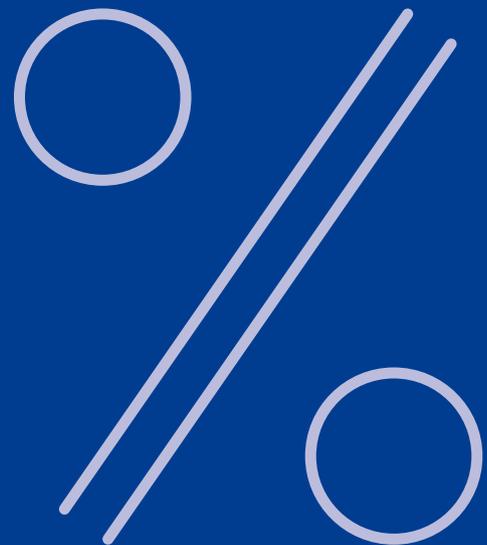
política que define as premissas de um modelo de negócio que considera as questões ambientais e socioculturais na estratégia e na gestão da Companhia.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A receita líquida do Grupo cresceu 26,4% em 2013 e o Ebitda consolidado foi superior em 12,1%, quando comparados ao registrado em 2012. Os números são resultados da estratégia de investimento em malhas rodoviárias e novos negócios

A receita líquida consolidada do Grupo EcoRodovias atingiu R\$ 2.639,1 milhões em 2013. As deduções sobre a receita bruta alcançaram R\$ 239,6 milhões, representando 8,3% do total da receita. Excluindo a receita de construção e a aplicação do IFRS 10, a receita líquida passa para R\$ 2.442,3 milhões, 15,7% maior em relação ao ano anterior. O Ebitda (pelas normas do IFRS) foi de R\$ 1.195,5 milhões em 2013, superior em 12,1% em relação ao ano passado. A margem Ebitda foi de 45,3%. O crescimento de 12,1% foi ocasionado pelo aumento do Ebitda no setor de concessões rodoviárias e pela consolidação de 12 meses do Ecoporto Santos. Já o Ebitda pró-forma ajustado alcançou R\$ 1.317,4 milhões, com margem pró-forma ajustada de 53,9%.

6



O GRUPO ENCERROU 2013 COM SALDO DE CAIXA DISPONÍVEL E APLICAÇÕES FINANCEIRAS EM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE R\$ 1.152,6 MILHÃO. A dívida bruta atingiu R\$ 3.700,7 milhões, aumento de 22,0% em comparação ao ano anterior.

+72,2%

FOI O AUMENTO DE INVESTIMENTOS EM CONCESSÕES RODOVIÁRIAS DURANTE 2013. Os recursos foram concentrados basicamente em melhorias nas sinalizações e nos dispositivos de segurança, em obras de pavimentação e conservação especial e na aquisição de *hardware* e equipamentos de pedágio e obras.



AS AÇÕES DA ECORODOVIAS TIVERAM CRESCIMENTO NO VOLUME FINANCEIRO MÉDIO DE 17,5% e de 6,5% no número médio de negócios, em 2013. Esses números resultaram na entrada das ações no Ibovespa, no início de 2014, revelando a importância da EcoRodovias no mercado de ações do País.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O crescimento da movimentação de veículos nas rodovias trouxe bons resultados para o Grupo, mas o tráfego intenso exige uma série de cuidados para garantir o conforto, a segurança e a satisfação do usuário

O tráfego registrado pelas concessionárias administradas pela EcoRodovias aumentou 6,1% em 2013 em comparação a 2012, totalizando 220.053 mil veículos equivalentes pagantes. Desse total, 111.343 mil (50,5%) correspondem a carros de passeio e os demais, 108.710 mil (49,5%), a veículos comerciais. O movimento nas estradas foi intensificado pelo transporte de commodities agrícolas, com a previsão de safra recorde em 2013/2014, e pela movimentação de contêineres, que encerrou 2013 com um crescimento de 9% em relação ao ano anterior, segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Outro fator que contribuiu para o crescimento do tráfego está nas viagens feitas por turistas nas regiões Sul e Sudeste, especialmente no último trimestre de 2013.



7



A ECOVIAS DOS IMIGRANTES IMPLANTOU UM NOVO MODELO DE OPERAÇÃO COMBOIO, que libera os veículos leves em caso de neblina intensa na Interligação Planalto.



A PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO É REALIZADA DESDE 2002

para avaliar a percepção do público que utiliza as rodovias administradas pelo Grupo e promover ações que aprimorem continuamente a qualidade dos serviços prestados.

R\$22 milhões

FORAM INVESTIDOS EM OBRAS QUE NÃO ESTÃO PREVISTAS NOS CONTRATOS DE CONCESSÃO, para atender às demandas de órgãos públicos, garantir a segurança dos usuários e melhorar as condições de limpeza e paisagismo ao longo do percurso das rodovias.

DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

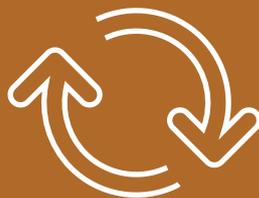
A atuação da EcoRodovias na área socioambiental é orientada pelas Diretrizes de Sustentabilidade, que define o modelo de negócio considerando as questões ambientais e socioculturais na gestão da Companhia

A política de Diretrizes de Sustentabilidade se divide em oito temas que norteiam o relacionamento com os diversos *stakeholders* do Grupo, direcionam as ações para mitigar os impactos ambientais e propõem as melhores práticas em relação a direitos humanos, ética, corrupção e saúde e segurança do trabalho. A gestão da sustentabilidade também se orienta pela Política de Gestão Integrada, para que a Companhia seja reconhecida como empresa responsável nas questões que envolvem o respeito às pessoas e ao meio ambiente. No aspecto ambiental, as diretrizes tratam de assuntos relacionados ao consumo de recursos naturais e consideram as questões das mudanças climáticas ao formalizar o compromisso do Grupo com o uso inteligente dos recursos materiais e naturais.



O RELACIONAMENTO COM AS COMUNIDADES LINDEIRAS

mantido pelo Grupo envolve projetos voltados para o desenvolvimento local, com foco na geração de empregos, nas campanhas sobre saúde, segurança e educação no trânsito e nos projetos de conservação do meio ambiente.



O ECOVIVER É UM PROGRAMA CORPORATIVO DA ECORODOVIAS

que dissemina para escolas públicas as boas práticas na disposição e destinação de resíduos.

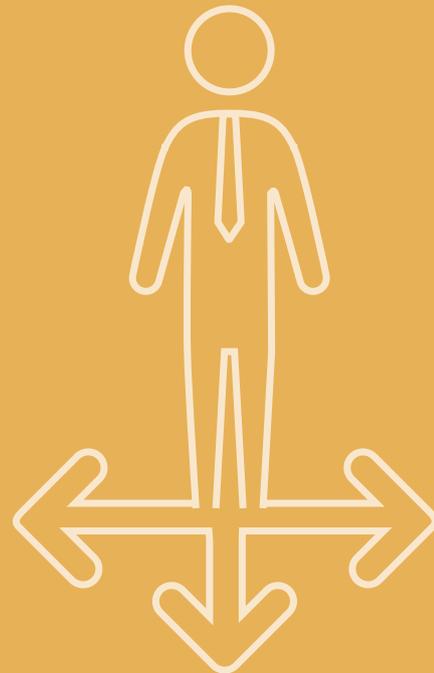
6,1%

FOI O ÍNDICE DE REDUÇÃO DE EMISSÕES RELATIVAS DE CO₂ DO ESCOPO 1 ALCANÇADO PELO GRUPO EM 2013, acima da meta proposta, de 3%. A empresa também investiu R\$ 5 milhões, valor 35% superior a 2012, em tratamento e disposição de resíduos, pesquisa e desenvolvimento, entre outras áreas.

MISSÃO, VISÃO E CÓDIGO DE CONDUTA

Revisado a cada dois anos, o Código de Conduta Empresarial tem a função de disseminar valores como ética, respeito e transparência de maneira transversal no cotidiano de cada unidade de negócios do Grupo

Em 2014, um novo ciclo de revisão do código prevê a análise detalhada da aderência à Lei Anticorrupção, levando em conta as melhores práticas internacionais em relação ao tema. A previsão é que a nova versão do Código de Conduta Empresarial do Grupo seja publicada no segundo semestre de 2014. Além disso, e da participação aberta aos colaboradores, as atividades de todas as concessionárias são verificadas regularmente por uma auditoria externa. Diante de denúncias e/ou suspeitas de qualquer irregularidade, a auditoria instaura processos de sindicância internos para apurar os fatos e eventuais atos de corrupção. Em 2013, não houve nenhum caso de demissão ou medida punitiva para colaboradores da Companhia em função de má conduta no ambiente de trabalho.



O GRUPO MANTÉM EM SUAS DIRETRIZES O COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, DEMONSTRADO POR MEIO DE SUA VISÃO E MISSÃO NOS NEGÓCIOS. Esse comportamento está presente nas práticas dos negócios sinérgicos e sustentáveis em infraestrutura logística, alinhando-os por meio da cultura e dos princípios de gestão e governança da Companhia.

A EcoRodovias é uma companhia de infraestrutura logística integrada que opera ativos de logística intermodal, concessões rodoviárias e serviços correlatos, de forma sustentável e socialmente responsável, presentes em sua visão de negócios



1



Perfil

1.768 km **442** mil m²

de rodovias são administrados pelas concessionárias da EcoRodovias em vários estados brasileiros

é o tamanho da Elog Cubatão, o maior terminal retroportuário do Brasil

540 mil

contêineres por ano é a capacidade de movimentação do Ecoporto Santos, terminal com mais de 136 mil m² de área

Foto: Ecovias

O Grupo EcoRodovias

Em 16 anos de atuação no Brasil,
a EcoRodovias consolidou-se como
um dos maiores grupos de infraestrutura
e logística do País

12

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. foi constituída no ano 2000 e está registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) desde 2003. A Companhia integra a lista do Novo Mercado da BM&FBovespa sob o código ECOR3 e é controlada pela Primav Construções e Comércio S.A., que detém 64% de suas ações – os outros 36% estão no mercado de capitais.

Em 16 anos de atuação no Brasil, a EcoRodovias consolidou-se como um dos maiores grupos de infraestrutura e logística intermodal do País. A Companhia é responsável pela operação de seis concessões rodoviárias, estrategicamente localizadas nos estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Bahia, além de controlar sistemas logísticos que incluem um terminal portuário em Santos, plataformas multimodais, portos secos, Clias e centros de distribuição nas regiões Sul e Sudeste do País. Até o fim de 2013, a EcoRodovias mantinha 11,4% de sua participação na STP Sem Parar/Via Fácil, empresa de pagamentos eletrônicos que tem como função oferecer facilidades para os usuários nas rodovias concedidas.

Essa rede integrada de sistemas modais compõe alguns dos principais corredores de turismo, exportação, importação e circulação de bens de consumo do Brasil, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País e das comunidades em que suas atividades estão instaladas.

Com sede na cidade de São Paulo, o Grupo encerrou o ano de 2013 com 5.759 colaboradores e receita líquida de R\$ 2.639,1 milhões. O lucro líquido no período foi de R\$ 397,8 milhões e a margem Ebitda, de 45,3% (de acordo com as normas contábeis do International Financial Reporting Standards, IFRS).

O segmento rodoviário respondeu por 69,8% da receita bruta da Companhia, desconsiderando a receita de construção, e, até 31 de dezembro de 2013, incluía seis importantes concessões: Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas, Ecosul e ECO101, esta última a mais recente, com contrato celebrado em 2013.

Como parte de sua estratégia de crescimento, o Grupo investe continuamente na melhoria e ampliação dessa malha rodoviária, bem como



5.759

colaboradores
faziam parte do
quadro funcional
da organização em
dezembro de 2013

Missão e Visão

A EcoRodovias tem compromisso com o desenvolvimento sustentável, demonstrado por meio de sua Visão e Missão.

MISSÃO

Ser o mais rentável integrador em infraestrutura logística, por meio de um de empresas em regiões estratégicas, com um modelo de negócios sinérgico e sustentável.

VISÃO DO NEGÓCIO

A EcoRodovias é uma companhia de infraestrutura logística integrada que opera ativos de logística intermodal, concessões rodoviárias e serviços correlatos, de forma sustentável e socialmente responsável.

na participação em novas áreas de negócios, com prioridade para os setores rodoviário e portuário. Isso acontece, sobretudo, por meio dos leilões de concessões promovidos pelo governo federal, nos quais a EcoRodovias tem se mostrado bastante competitiva.

Para 2014, o Grupo está avaliando a possibilidade de participação nos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMIs), nos futuros leilões dos cinco lotes federais recém-lançados referentes a BR-101 (Ponte Rio-Niterói), BR-163/230, BR-364/060, BR-364 e BR-476/153/282/480, que se estendem pelos estados de Rio de Janeiro, Pará, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina.

A Companhia também se destaca pela adoção de práticas responsáveis, que consideram os aspectos da sustentabilidade e buscam a promoção dos princípios de ética, transparência e integridade. Desse modo, assegura o crescimento de forma sólida e consistente, de acordo com valores que preconizam o respeito aos diversos públicos com os quais se relaciona. Essa orientação trouxe importantes reconhecimentos e certificações internacionais, como a ISO 14001 (gestão ambiental) e a OHSAS 18001 (segurança e saúde no trabalho).

Empresas controladas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS

Controla seis concessionárias de rodovias e tem a função de garantir a qualidade dos serviços prestados, a transparência na gestão e a excelência operacional, visando sempre ao uso inteligente de recursos e à adoção das melhores práticas do setor. A EcoRodovias Concessões e Serviços também presta serviço às demais empresas do Grupo em áreas essenciais, como administração, finanças, recursos humanos, tecnologia de informação, contratação de serviços, aquisições de materiais e engenharia. Cada empresa, no entanto, conta com estrutura própria para gestão do seu *core business*.

ECOVIAS DOS IMIGRANTES

Considerado o maior corredor de exportação e importação da América Latina, com 176,8 km de extensão, o Sistema Anchieta-Imigrantes é administrado pela concessionária Ecovias dos Imigrantes desde 1998. Interliga a Grande São Paulo e o complexo industrial do ABCD paulista



Todas

as concessões de rodovias do Grupo são certificadas pela ISO, com exceção da ECO101, recém-conquistada

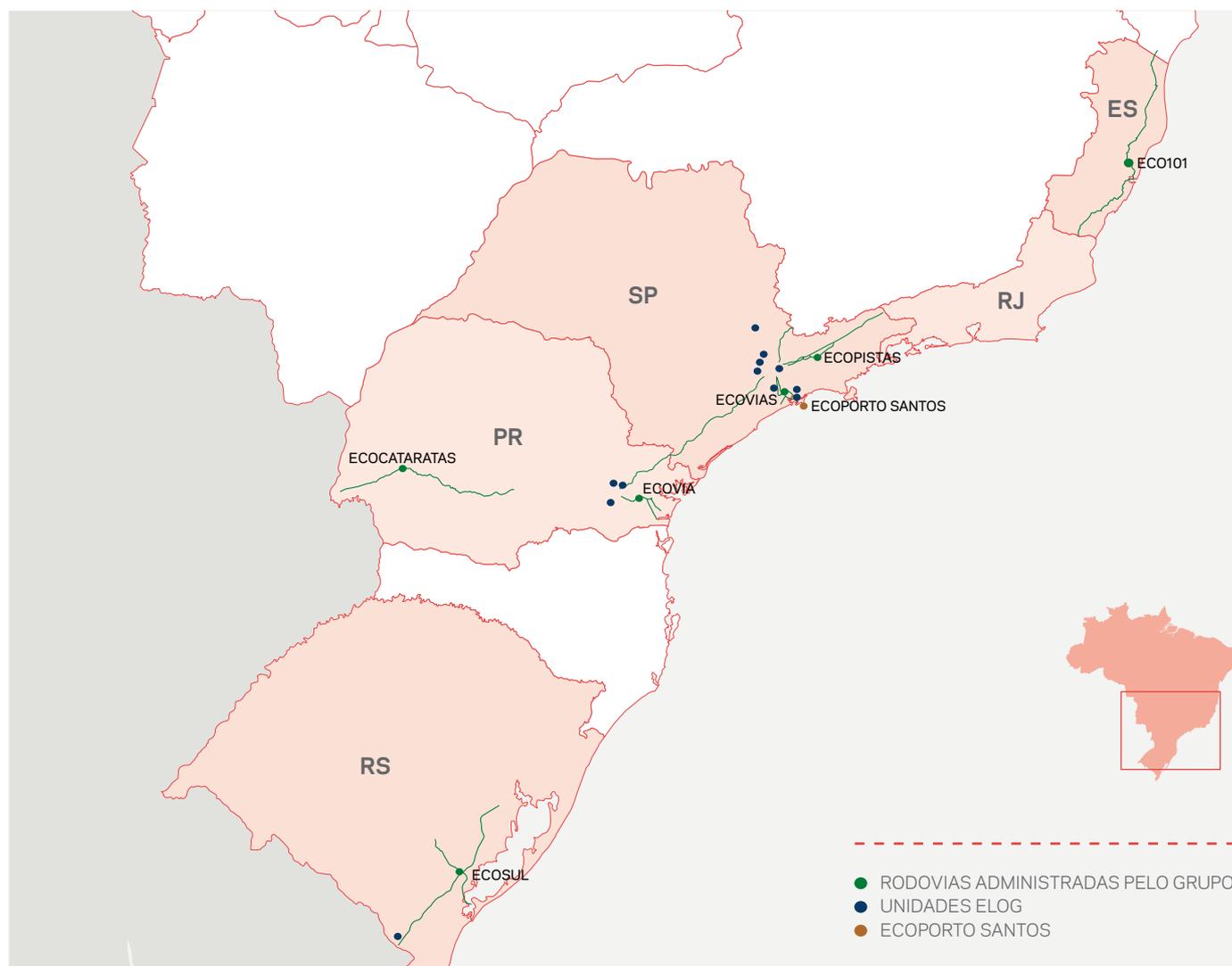
ao Porto de Santos, à região metropolitana da Baixada Santista e ao Polo Petroquímico de Cubatão, além de se conectar ao Rodoanel Mário Covas, facilitando o acesso às principais estradas da região.

Considerada obra de referência pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por causa das modernas tecnologias de gestão ambiental adotadas, foi a primeira concessionária no mundo a obter a certificação ambiental ISO 14001, em 2001. Também já foi eleita uma das melhores rodovias do País pela Confederação Nacional do Transporte (CNT).

ECOPISTAS

Com 134,9 km de extensão, o corredor rodoviário da Ayrton Senna/Carvalho Pinto conecta a capital paulista à região industrial do Vale do Paraíba e constitui uma importante via de ligação com o litoral norte do estado, o Porto de São Sebastião, o Aeroporto Internacional de Guarulhos e a cidade de Campos do Jordão, estância turística localizada na Serra da Mantiqueira. A rodovia passa pelo Parque Ecológico do Tietê, alternativa de acesso para as cidades de Aparecida do Norte e do Rio de Janeiro.

A concessão foi conquistada em 2009 e, desde então, representa um importante ativo para o Grupo. Para 2014, está previsto o início das obras de extensão até a rodovia Oswaldo Cruz, na cidade de Taubaté, para facilitar o acesso ao litoral. Considerada pela pesquisa CNT uma das



três melhores rodovias brasileiras, a Ecopistas foi a primeira concessionária do Brasil certificada pela norma OHSAS 18001, relacionada a segurança e saúde no trabalho.

ECOVIA CAMINHO DO MAR

Considerada uma das vias comerciais e turísticas mais importantes da Região Sul, interliga a cidade de Curitiba ao Porto de Paranaguá (PR) e ao litoral paranaense, permitindo o acesso a Matinhos e ao balneário de Praia de Leste pela BR-277. É administrada pelo Grupo desde 2007 e tornou-se a principal rota de escoamento da produção brasileira de grãos, principalmente de soja e milho, duas importantes *commodities* agrícolas do País. Por suas vias trafegam 6 milhões de veículos por ano, em média, dos quais 32% correspondem ao transporte de carga. Localizada em uma faixa

remanescente de Mata Atlântica e classificada como Área de Preservação Permanente (APP), tem 136,7 quilômetros de extensão.

ECOCATARATAS

Concessão rodoviária que conecta a tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, foi adquirida em 2008 pelo Grupo EcoRodovias e abrange 387,1 quilômetros de vias. Também integra o Mercosul e interliga as cidades paranaenses de Guarapuava e Foz do Iguaçu, por meio da BR-277. Anualmente, cerca de 14 milhões de veículos trafegam pela Ecocataratas, 27% deles relacionados ao transporte de cargas. A Ecocataratas também realiza a manutenção e conservação de 71,8 quilômetros das rodovias estaduais PR-874, PR-590, PR-180 e PR- 474.



RODOVIAS

SÃO PAULO

Ecovias dos Imigrantes
176,8 km
-
Ecopistas
134,9 km

PARANÁ

Ecovia Caminho do Mar
136,7 km
-
Ecocataratas (tríplice fronteira)
387,1 km

RIO GRANDE DO SUL

Ecosul
457,3 km

**RIO DE JANEIRO,
ESPÍRITO SANTO E BAHIA**

ECO101
475,9 km



LOGÍSTICA

ELOG

14 unidades de logística

UNIDADES ALFANDEGADAS

São Paulo, Campinas, Santos e Curitiba (2)

UNIDADES DE FRONTEIRAS

Foz do Iguaçu (PR), Jaguarão, Sant'Ana do Livramento e Uruguiana (RS)

CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO

Barueri (SP), Curitiba (PR) e Imigrantes (SP)

PLATAFORMA LOGÍSTICA

Cubatão (SP)

ELOG CUBATÃO

É o maior terminal retroportuário da América Latina



TERMINAL PORTUÁRIO

ECOPORTO SANTOS

Santos (SP)

UNIDADES ALFANDEGADAS

São Paulo, Campinas, Clia Santos (SP), Curitiba I e Curitiba II (PR)

UNIDADES DE FRONTEIRAS

Foz do Iguaçu (PR), Jaguarão, Sant'Ana do Livramento e Uruguiana (RS)

CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO

Barueri, Curitiba (PR) e Imigrantes (SP)

PLATAFORMA LOGÍSTICA

Ecopátio Cubatão

Localizada no Espírito Santo, a ECO101 iniciou as operações em 2013 para facilitar o acesso a cinco portos importantes da região

Novo centro de distribuição

Em 2013, a Elog começou a operar um novo centro de distribuição, instalado nas dependências do Ecopátio Imigrantes, no entroncamento da Rodovia dos Imigrantes com o trecho sul do Rodoanel Mário Covas. Com uma área de 10 mil m² e 14 mil posições porta-paletes disponíveis, o centro complementará as atividades da plataforma logística de Cubatão, voltadas ao processo de importação e exportação das cargas destinadas ao Porto de Santos e ao mercado interno brasileiro.



442 mil m²

é o tamanho da Elog Cubatão, o maior terminal retro-portuário do Brasil

16

ECOSUL - RODOVIAS DO SUL

O Polo Rodoviário de Pelotas (RS) tem 457,3 quilômetros de vias federais e abrange a BR-116/RS (Camaquã/Pelotas/Jaguarão, conhecido como Corredor do Mercosul, primordial para a economia local e nacional) e a BR-392/RS (Rio Grande/Pelotas/Santana da Boa Vista). A concessão foi adquirida pelo Grupo em 1998 e reformulada no início de 2014 – quando o Grupo devolveu 166,5 quilômetros de vias simples não pedagiadas e incorporou 51,8 km de via duplicada, além de outras compensações. Suas vias recebem um movimento anual de 10 milhões de veículos, 40% deles de transporte de carga com destino ao Porto de Rio Grande. A via é também considerada o principal acesso de turistas uruguaios e argentinos ao litoral brasileiro.

ECO101

A mais nova concessão do Grupo iniciou as operações em 2013 e compreende um trecho de 475,9 quilômetros de extensão da BR-101, sendo 17,5 km no estado da Bahia e 458,4 km no Espírito Santo. A rodovia passa por 25 municípios capixabas, desde o trevo de acesso a Mucuri, no sul da Bahia, até a divisa com o Rio de Janeiro. Sua localização é estratégica e atende cinco portos importantes: Vitória,

Tubarão e Barra do Riacho, no Espírito Santo; Açu (ainda em construção), no Rio de Janeiro; e Ilhéus, na Bahia. A rodovia também faz a interligação com as principais praias capixabas, como Guarapari e Vila Velha, destino de milhões de turistas durante o ano. A ECO101 será responsável pela duplicação de todo o trecho até o fim do contrato, e o início das obras de melhoria ocorreu em 2013, com a pavimentação e sinalização, a implantação de postos da Polícia Rodoviária e o início da construção das praças de pedágio.

ELOG

Foi constituída em 2010 e controla as 14 unidades de logística do Grupo, entre plataformas multimodais, portos secos, Clias e centros de distribuição. Localizadas nos principais corredores de importação e exportação das regiões Sul e Sudeste, essas unidades formam uma rede integrada de serviços que abrangem toda a cadeia logística do cliente – desde o desembarço do produto até a entrega final, passando por gestão de logística e informação, armazenagem, comércio exterior e transporte. A empresa também desenvolve projetos customizados para setores específicos da indústria, como automobilístico, agronegócio, eletroeletrônico e vestuário e calçados.

ELOG CUBATÃO

É o maior terminal retroportuário da América Latina, com uma área de 442 mil m². Localizado na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, a 22 quilômetros do Porto de Santos e a 50 quilômetros da cidade de São Paulo, integra o sistema logístico Anchieta-Imigrantes e abrange um terminal de exportação com autorização alfandegária, com capacidade para receber mais de 6 mil caminhões por dia.

ECOPORTO SANTOS

Adquirido em 2012, o antigo Complexo Tecondi é composto das empresas Ecoporto Santos e Ecoporto Alfandegado, com contratos de arrendamento para exploração de serviços portuários e Termlog. A concessão consolidou a presença da EcoRodovias no setor e trouxe novas perspectivas de negócio para a empresa, favorecendo a integração intermodal com as demais unidades logísticas do Grupo.

Localizado na margem direita do Porto de Santos, o Ecoporto Santos é dedicado à operação portuária e ao manuseio e armazenagem de cargas de importação e exportação. Possui ligação direta a linhas ferroviárias e conta com acesso fácil ao sistema Anchieta-Imigrantes, permitindo o escoamento rápido e seguro das cargas operadas internamente.

O Ecoporto Santos totaliza 136,4 mil m² de área, com três berços privativos de atracação e mais três berços públicos contíguos. É considerado o terceiro maior terminal de contêineres do Porto de Santos e o quinto maior do Brasil, característica que permite operações com excelentes taxas de produtividade no embarque e desembarque de contêineres – a capacidade anual de movimentação é de 540 mil contêineres.

Para se integrar às metas ambientais do Grupo EcoRodovias, o Ecoporto Santos inicia em 2014 um programa de redução de emissões por meio da troca parcial de guindastes movidos a óleo diesel por elétricos.



Ecoporto Santos

SEM PARAR / VIA FÁCIL

A EcoRodovias detinha 11,4% de participação na empresa Serviços e Tecnologia de Pagamento (STP) até dezembro de 2013. A Companhia vendeu suas ações para a Freelane I, LLC e a Freelane II, LLC, controladas por Capital Internacional Private Equity Fund VI, LP e sua afiliada GGPE VI, LP, com o intuito de reforçar a estrutura de capital do Grupo e reiterar seu foco na participação em novos projetos de infraestrutura logística do País. A STP é líder na adoção do sistema de Identificação Automática de Veículos (AVI) no Brasil, e homologada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) como Operador de Vale-Pedágio. Trata-se de um serviço de pagamento eletrônico em pedágios, estacionamentos e *shopping centers* que opera por meio de um sistema de radiofrequência que efetua a cobrança automática da tarifa, mesmo com o veículo em movimento. Dessa forma, oferece comodidade, agilidade e economia aos usuários, além de contribuir para melhorar a fluidez do tráfego nas praças em que está instalado.

Reconhecimentos públicos

PRÊMIO	COLOCAÇÃO	OBSERVAÇÃO
Ecovias		
Denatran	1º lugar	Categoria Educação para o Trânsito, com o projeto De Bem com a Via
Mérito comunitário da Polícia Militar do Estado de São Paulo	Reconhecimento público	Medalha oferecida à Ecovias pelos serviços prestados à comunidade
Aberje		Categoria Publicação Especial pelo livro <i>Pista Descendente da Imigrantes — Dez anos de uma obra de arte</i>
Ecopistas		
Homenagem Polícia Militar Ambiental	Parceria	11/12/2013
Ecovia		
Conquista do 21º Prêmio Expressão de Ecologia, a maior premiação ambiental da Região Sul do Brasil, com o projeto Resgate de Animais Silvestres Atropelados nas Rodovias BR-277, PR-508 e PR-407, no litoral do Paraná, vencedor na categoria Conservação da Vida Silvestre	21º Prêmio Expressão de Ecologia, 2013	A Ecovia receberá o Troféu Onda Verde do Prêmio Expressão de Ecologia durante o Fórum de Gestão Sustentável 2014. O evento será realizado em julho, na sede da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), em Florianópolis, com cobertura direta via internet
Melhores Empresas para se Trabalhar no Paraná – GPTW	4º lugar	Prêmio organizado pelo jornal <i>Gazeta do Povo</i> , que elege as 25 melhores empresas para se trabalhar no Paraná, segundo pesquisa do Great Place to Work
Prêmio Aberje com o Festival Sabores do Litoral	1º lugar – Regional Sul, na categoria Comunicação e Relacionamento com a Sociedade (o melhor dentre três finalistas do Sul)	Prêmio da Associação Brasileira de Jornalismo Empresarial, que elege as melhores práticas das empresas
V Prêmio GRPCOM de Criação (Rede Globo Paraná)	Grand Prix de Melhor do Ano em Jornal — 1 Ouro e 1 Prata	<p>Campanha de Segurança — Chega de Violência: ao descrever um acidente, a maioria das pessoas refere-se somente aos veículos, em vez de referir-se às pessoas. É comum ouvir que “aquele SUV bateu no ônibus”, “o carro capotou” ou “a moto entrou embaixo do caminhão”. Mesmo de forma inconsciente, isso é um exemplo do processo de desumanização do trânsito. É nítido que a figura do ser humano fica em segundo plano.</p> <p>Nesse contexto, as infrações também são relativizadas. Andar em alta velocidade passa a ser “normal”, assim como tomar uma cervejinha e dirigir, só para ficar nos exemplos mais comuns. Dessa forma, o acidente de trânsito não é totalmente encarado como um ato de violência. É essa percepção equivocada que abordamos nessa linha de campanha.</p> <p>A ideia é mostrar pessoas de diferentes perfis levando um soco. Através da pintura corporal, o que seria um direto no queixo se transforma em um acidente de trânsito. Representado dessa forma, mostramos o acidente em sua forma mais crua e verdadeira: como um ato de agressão entre pessoas.</p> <p>São várias artes diferentes, todas com o mesmo tema</p>
Prêmio Voto Popular (único no mundo em que só votam consumidores)	Grand Prix de Melhor Outdoor do Ano no Brasil — 2 Ouros	
200 Best Ad Photographers Worldwide 2014/2015	2 anúncios selecionados	
Prêmio Show Up Meio & Mensagem	2 anúncios selecionados	
Clube de Criação de São Paulo 2013 e que sairão no anuário do CCS	2 anúncios finalistas	

PRÊMIO	COLOCAÇÃO	OBSERVAÇÃO
Ecocataratas		
Melhores Empresas para se Trabalhar no Estado Paraná	10º lugar	A Ecocataratas está entre as melhores empresas para se trabalhar no estado do Paraná, eleita pelo jornal <i>Gazeta do Povo</i> e pelo instituto Great Place to Work
ECS		
GPTW/revista <i>Época</i> - Melhores Empresas para Trabalhar		
FIA/revista <i>Você S/A</i> - Melhores Empresas para Você Trabalhar		
EIL		
Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) - BM&FBovespa		Pelo terceiro ano consecutivo, o Grupo EcoRodovias foi incluído nessa carteira
<i>Guia Exame de Sustentabilidade</i> - revista <i>Exame</i>		Eleita pela segunda vez como empresa-modelo
Executivo de Valor - jornal <i>Valor Econômico</i>		
Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas - revista <i>Negócios da Comunicação</i>		



Cerimônia de premiação do Guia Exame de Sustentabilidade

Nosso caminho até aqui



Ecopistas

20



1997

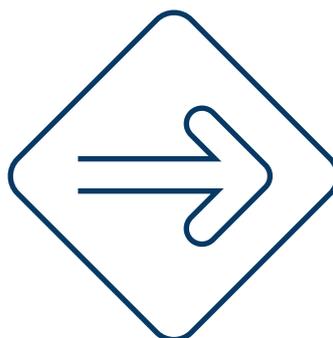
Início das atividades do Grupo EcoRodovias: o Grupo CR Almeida sagra-se vencedor da licitação da Ecovia Caminho do Mar (PR), que liga a capital Curitiba ao Porto de Paranaguá (PR).

1998

Gestão de duas novas rodovias: Ecovias dos Imigrantes (SP) e Ecosul (RS).

1999

Início da duplicação da Rodovia dos Imigrantes, com tecnologias de gestão ambiental e financiamento de US\$ 250 milhões.



2001

Conquista da certificação NBR ISO 14001 para a Ecovias dos Imigrantes.

2003

Registro da EcoRodovias na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa, atual BM&FBovespa).

2004

Certificação ISO 14001 para Ecovia Caminho do Mar (PR).

2006

Criação da primeira plataforma logística em Cubatão e lançamento do Código de Conduta Empresarial.

A Ecovias dos Imigrantes realiza sua primeira emissão de debêntures, no montante de R\$ 450 milhões.

A Ecosul obtém as certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001.

2007

Aquisição da Ecocataratas (PR), que administra a BR-277, entre Guarapuava e Foz do Iguaçu, trecho turístico e estratégico para o comércio no Mercosul.



2009

Conquista da operação concedida do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto (SP).

Criação dos comitês de Ética, Governança e Sustentabilidade.

Ingresso como membro efetivo da plataforma brasileira Empresas pelo Clima (EPC).

2010

Início das negociações das ações da Companhia no Novo Mercado, da BM&FBovespa (IPO).

A aquisição das empresas de logística Columbia e Eadi Sul resultou na criação da Elog.

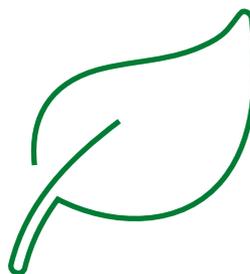
2011

A EcoRodovias passa a integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa, e conquista a certificação de todas as suas concessões nas normas internacionais NBR ISO 9001, NBR ISO 14001 e OHSAS 18001.

2012

O Grupo EcoRodovias vence o leilão de concessão do trecho de 475,9 quilômetros da BR-101 (ES/BA).

Aquisição do Ecoporto Santos (ex-Complexo Tecondi), que realiza operações portuárias e manuseio e armazenagem de cargas de exportação no Porto de Santos (SP).



2013

Permanência no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)/ BM&FBovespa.

Assinatura do contrato de concessão e início das obras na BR-101, que interliga os estados da Bahia, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.

O Ecoporto Santos completa 1 ano de atividade.





2



Governança corporativa

mais forte

—
Em 2013, o Grupo redefiniu a atuação e o funcionamento dos comitês de apoio ao Conselho de Administração

transparência

—
Três dos sete membros do Conselho de Administração são independentes, eleitos para um mandato de dois anos

autoavaliação

—
Ferramenta do Conselho de Administração permite avaliar a atuação dos membros e indicar pontos de melhoria

Foto: Ecovia

Estrutura fortalecida

Sistema de governança da EcoRodovias adota as práticas do Novo Mercado e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

24

A transparência e a responsabilidade nos negócios são essenciais para o bom desempenho e para a preservação da imagem e da reputação do Grupo EcoRodovias. Para assegurar esses princípios, a Companhia investe no aprimoramento contínuo de seus sistemas de gestão e políticas internas, de modo que possa crescer no longo prazo de forma sólida e estruturada.

Desde 2010, o Grupo EcoRodovias está listado no Novo Mercado da BM&FBovespa, segmento que representa as empresas com as melhores práticas de gestão e estabelece regras para a estrutura de governança e os direitos dos acionistas. Para integrar esse grupo, é preciso atender a uma série de requisitos pautados por ética, equidade e transparência, especialmente com relação à prestação de contas e ao relacionamento com os diversos grupos de *stakeholders* da Companhia.

A presença na listagem do Novo Mercado significa que a EcoRodovias adota, voluntariamente, práticas adicionais às exigidas pela legislação brasileira. Entre elas, destacam-se: garantir aos investidores minoritários as mesmas vantagens dos majoritários por ocasião dos fechamentos de negócios; possuir capital formado por ações ordinárias com direito a voto; e divulgar balan-

ços mais completos, trimestralmente, com os dados financeiros consolidados por auditores independentes.

Outras práticas adotadas pelas empresas do Novo Mercado:

- o Conselho de Administração é composto de no mínimo cinco membros, sendo 20% dos conselheiros independentes, e o mandato é de no máximo dois anos;
- a Companhia se compromete a manter no mínimo 25% das ações em circulação (*free float*);
- a empresa disponibiliza relatórios financeiros anuais em um padrão internacionalmente aceito;
- divulgação mensal das negociações com valores mobiliários da Companhia pelos diretores, executivos e acionistas controladores.



presença

no Novo Mercado

significa que o Grupo adota práticas voluntárias adicionais à legislação



Ecovia

A Companhia também segue algumas práticas recomendadas pelo Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), como:

- Código de Conduta Empresarial aprovado pelo Conselho de Administração;
- transparência na divulgação dos resultados;
- os cargos de presidente do Conselho de Administração e do principal executivo são ocupados por pessoas diferentes;
- a empresa conta com conselheiros independentes no Conselho de Administração;
- contratação de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros;
- utilização de câmara de arbitragem para a resolução de conflitos societários;
- política de divulgação de informações e manutenção de sigilo.

Outras práticas adotadas pelo Grupo:

- revisões periódicas do Código de Conduta realizadas com a participação dos colaboradores, incluindo análise das práticas de mercado e da legislação em vigor;
- realização de quatro reuniões públicas por ano com investidores em diferentes locais do País;
- Conselho de Administração Multidisciplinar, com 40% de conselheiros independentes;
- existência de uma área específica e estruturada responsável pelo desenvolvimento de melhores práticas de governança corporativa.

Em 2013, a EcoRodovias redefiniu a atuação e o funcionamento dos comitês de apoio ao Conselho de Administração, a fim de fortalecer seu modelo de governança e continuar evoluindo na adoção de boas práticas. O principal passo nesse aspecto foi a criação do Comitê de Investimentos, Finanças e Riscos, responsável pela análise das decisões relacionadas às alternativas de alocação de capital, como operações de fusões, aquisições, participação em novos negócios, novos investimentos e políticas de dis-



40%

dos membros do Conselho de Administração são independentes

A criação do Comitê de Investimentos, Finanças e Riscos representa uma evolução na adoção de boas práticas de governança

26

tribuição de dividendos. Esse comitê também é responsável pela avaliação contínua de todo o Sistema de Gestão de Riscos do Grupo. Alguma dessas atribuições estavam anteriormente a cargo do Comitê de Auditoria, que continua atuando com foco em outras competências (*leia mais na página ao lado*). Ambos contam com a participação e coordenação de conselheiros independentes, como parte de um modelo que reafirma os esforços do Grupo para assegurar a transparência e a prestação de contas. GRI 4.3

Outra mudança importante no período foi a unificação dos comitês que tratavam da estrutura organizacional da Companhia, dando origem ao Comitê de Gestão de Pessoas e Governança. Entre as principais atribuições do órgão, destacam-se os assuntos referentes à remuneração e às metas da Diretoria, à seleção de novos conselheiros e diretores, aos programas de sucessão e desenvolvimento de lideranças e ao funcionamento do modelo de governança, incluindo a autoavaliação do Conselho de Administração, com a participação e coordenação de conselheiro independente.

O escopo do Comitê de Auditoria também foi redefinido, uma vez que parte de suas atribuições foi transferida para o Comitê de Investimento, Finanças e Riscos. Dessa forma, cada

Portal da Governança

Outro avanço importante em 2013 foi o desenvolvimento do Portal da Governança, ferramenta que vai facilitar a busca por informações da Companhia e trazer mais agilidade à comunicação entre os membros da alta direção. Com isso, os relatórios do conselho, antes feitos no formato impresso, serão digitalizados e disponibilizados no mesmo sistema, em ambiente protegido que elimina o uso do papel e a necessidade de trocas de *e-mail*. O portal será lançado em 2014 e também trará mais segurança para a troca de informações entre os executivos da empresa.

órgão de apoio ao conselho passou a ter uma atuação mais específica e direcionada, com foco no maior detalhamento das agendas.

Os avanços no período se estenderam ainda à composição dos comitês, com a incorporação de novos membros especialistas e independentes, e à ampliação do número de reuniões, favorecendo um acompanhamento mais próximo e efetivo dos assuntos de sua competência. No Comitê de Auditoria os encontros passaram a ser mensais – antes eram trimestrais – e, nos demais, aumentou o número de reuniões ordinárias.

Estrutura de governança

Com o desdobramento e a redefinição do escopo dos comitês, a estrutura de governança do Grupo EcoRodovias passou a ser formada pelo Conselho de Administração e três comitês estatutários: de Auditoria, de Gestão de Pessoas e Governança, e de Investimentos, Finanças e Riscos. Há, também, dois comitês não estatutários – de Ética e de Sustentabilidade – e a Diretoria Executiva, que não mantém vínculos com

acionistas controladores e exerce uma gestão profissionalizada, atendendo ao conceito de órgão com decisões colegiadas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração define a orientação geral dos negócios do Grupo, aprova planos e metas, estabelece diretrizes específicas a serem adotadas, acompanha o desempenho empresarial do Grupo EcoRodovias e supervisiona a Diretoria Executiva. Além de suas atribuições legais, é responsável pela aprovação das principais decisões de investimento da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração era composto de sete membros efetivos, sendo três independentes e dois suplentes, eleitos para um mandato de dois anos, com direito à reeleição. Eles se reúnem a cada dois meses, ou extraordinariamente, sempre que necessário. O presidente do Conselho de Administração, Marco Antônio Cassou, não integra a Diretoria Executiva, como recomendam as melhores práticas de governança corporativa. GRI 4.2

O Conselho de Administração possui uma ferramenta de autoavaliação para identificar os pontos de melhoria de sua atuação e aumentar a eficácia de suas ações. Trata-se de um questionário que analisa o desempenho do órgão, preenchido por todos os integrantes, cujos resultados são discutidos posteriormente para a definição de planos de melhoria.

COMITÊS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

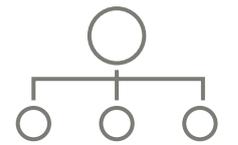
Os comitês que assessoram o Conselho de Administração são órgãos não deliberativos que têm como função debater, acompanhar e recomendar a aprovação de assuntos de sua competência. Na prática, atuam como fóruns de discussão focados no amadurecimento e alinhamento das propostas, contribuindo para dar consistência aos processos decisórios e melhorar a qualidade das decisões.

Comitê de Auditoria Atua para garantir que os negócios sejam conduzidos de acordo com as melhores práticas de governança, com base nos princípios de ética e transparência. Tem a função de assessorar o Conselho de Administração nas questões referentes a conformidade

legal, demonstrações financeiras, auditoria independente, auditoria interna, sistemas de controles internos e *compliance*.

Comitê de Gestão de Pessoas e Governança É responsável pela estrutura organizacional e pela governança do Grupo. Tem a atribuição de dar suporte ao Conselho de Administração nos assuntos que se referem a remuneração e metas da Diretoria Executiva, à seleção de novos conselheiros e diretores, aos programas de sucessão e desenvolvimento de lideranças, alinhadas com a cultura organizacional, ao processo de autoavaliação do Conselho de Administração e à integração de novos conselheiros na Companhia. Também acompanha e propõe melhorias com o objetivo de aprimorar o modelo de governança do Grupo.

Comitê de Investimentos, Finanças e Riscos Tem a função de assessorar o Conselho de Administração no que se refere às questões de investimentos, fusões, aquisições, orçamento anual, financiamentos, garantias, destinação de resultados, distribuição de dividendos e práticas de gestão de riscos.



mudança

Os comitês que tratavam da estrutura organizacional foram unificados em 2013

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO GRUPO ECORODOVIAS

Marco Antônio Cassou	Conselheiro efetivo e presidente
Cesar Beltrão de Almeida	Conselheiro efetivo
João Alberto Gomes Bernacchio	Conselheiro efetivo
Eduardo Bunker Gentil	Conselheiro efetivo
Eduardo Rath Fingerl ¹	Conselheiro efetivo
Geraldo José Carbone ¹	Conselheiro efetivo
Raimundo L. M. Christians ¹	Conselheiro efetivo
Eros Gradowski Junior	Conselheiro suplente
Belmiro Valverde Jobim Castor ²	Conselheiro suplente

¹ Conselheiro independente.

² Falecido em março de 2014.

Comitê de Ética Atua na aplicação, disseminação e revisão do Código de Conduta Empresarial, com o objetivo de assegurar os princípios da ética e da integridade, bem como o cumprimento das políticas internas da Companhia. É composto de um membro do Conselho de Administração e de dois membros designados pela Diretoria, e também apura e conduz, em absoluto sigilo, denúncias e comentários, que podem ser encaminhados por meio de dois canais de comunicação:

- site www.ecorodovias.com.br
- e-mail comitedeetica@ecorodovias.com.br

Comitê de Sustentabilidade Corporativo É o órgão que avalia e propõe programas e projetos socioambientais e discute a atualização das políticas e diretrizes corporativas sobre o tema, além de aprovar os projetos socioambientais elaborados nas unidades de negócio. Também tem a atribuição de alinhar tais ações aos valores do Grupo e definir os investimentos de recursos oriundos das leis de incentivo fiscal.

28

INICIATIVAS ANTICORRUPÇÃO S02, S03 E S04

O Código de Conduta Empresarial do Grupo EcoRodovias estabelece as diretrizes que orientam o comportamento, as responsabilidades e a relação dos colaboradores da Companhia com seus diversos *stakeholders*, independentemente de nível hierárquico. O documento formaliza as práticas anticorrupção e apresenta as referências que devem ser observadas na ação profissional, tendo como objetivos:

- definir e consolidar os princípios e as normas de conduta que orientam a atuação de seus administradores e profissionais, reduzindo a subjetividade das interpretações individuais;
- disciplinar os relacionamentos internos e externos com os diversos públicos envolvidos, evitando conflitos de interesses individuais versus empresariais;
- proteger o patrimônio físico e intelectual dos acionistas;
- alavancar a imagem da empresa como sólida, confiável e consciente de sua responsabilidade social e empresarial, que persegue resultados de maneira honesta, justa, legal e transparente.

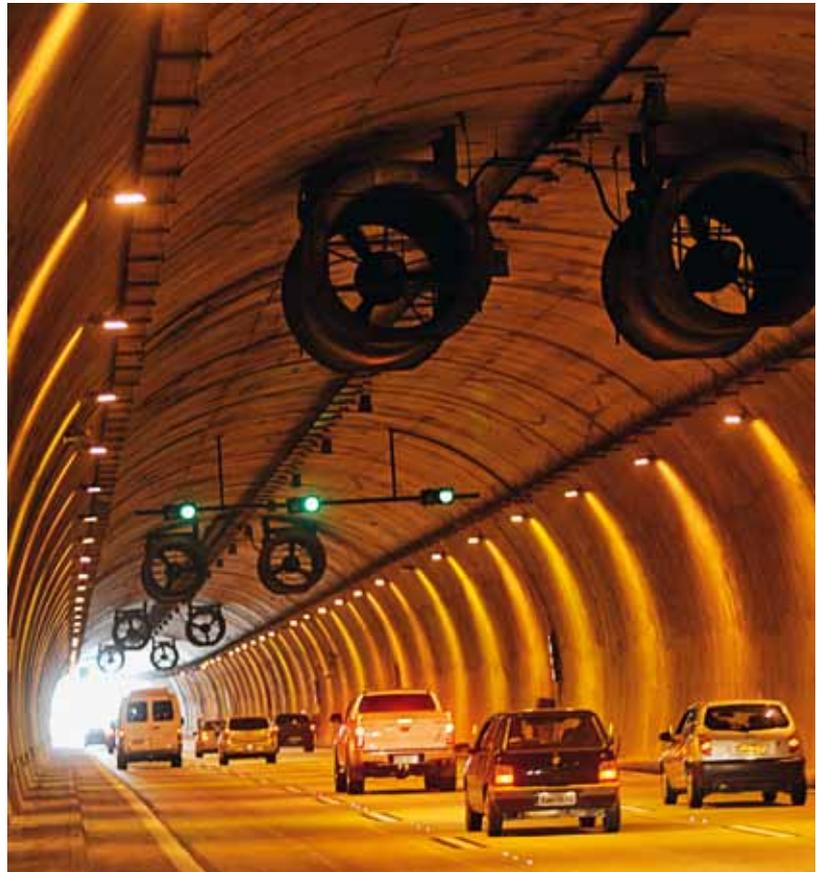


100%

das 1.865 pessoas admitidas em 2013 receberam treinamento do Código de Conduta



Em 2013, a Companhia criou um grupo de trabalho para debater assuntos referentes à Lei Anticorrupção, que entrou em vigor em janeiro de 2014. Além de informar, a ação promove treinamentos



Ecovias

Todos os colaboradores que ingressam no Grupo EcoRodovias recebem informações sobre as diretrizes do código e assinam um termo de conhecimento de seu conteúdo. Em 2013, 100% das 1.865 pessoas admitidas pela EcoRodovias receberam treinamento sobre o código.

No período, a Companhia também formou um grupo de trabalho composto de profissionais das diretorias Jurídica e de Gestão de Pessoas e das gerências de Risco e Controles Internos e de Comunicação Interna para debater assuntos que dizem respeito à Lei 12.846/2013, denominada Lei Anticorrupção Brasileira, que entrou em vigor em janeiro de 2014. A legislação dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil da pessoa jurídica pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

O trabalho do grupo é apoiado pelo Plano de Compliance da Companhia, que tem como objetivo informar os colaboradores sobre a nova lei e seus principais aspectos, por meio de treinamento, *e-mail* e matérias nos jornais internos. Em 2013, o departamento jurídico da *holding*

promoveu a capacitação dos assessores jurídicos das unidades a respeito da nova legislação. Esse trabalho foi realizado em dezembro, e os colaboradores participantes deverão disseminar o conteúdo para os gestores de sua unidade (Diretoria, gerências e coordenações) ao longo de 2014. A meta é treinar 100% dos colaboradores acerca da Lei Anticorrupção, incluindo os profissionais da administração e da operação de todos os negócios do Grupo.

Além disso, está em curso um novo ciclo de revisão do Código de Conduta Empresarial. As ações definidas estão sendo acompanhadas pelo Programa Corporativo Anticorrupção e envolvem atividades de comunicação e treinamento, revisões de políticas e procedimentos e atualização do código.

Instituído em 2006, o código é revisado a cada dois anos e foi atualizado pela última vez em 2012. Em 2014, o novo ciclo de revisão prevê a participação dos colaboradores, por meio de críticas e sugestões, assim como uma análise detalhada da aderência à Lei Anticorrupção. Serão consideradas, ainda, as melhores

As atividades de todas as concessionárias são verificadas regularmente por uma auditoria externa. Em 2013, não houve nenhum caso de demissão ou medida punitiva em razão de má conduta no ambiente de trabalho

30

práticas internacionais em relação ao tema. A previsão é que a nova versão do Código de Conduta Empresarial do Grupo seja publicada em agosto de 2014.

Além dessas iniciativas, as atividades de todas as concessionárias são verificadas regularmente por uma auditoria externa. Diante de denúncias e/ou suspeitas de qualquer irregularidade, a auditoria instaura processos de sindicância internos para apurar os fatos e eventuais atos de corrupção. Em 2013, não houve nenhum caso de demissão ou medida punitiva para colaboradores da Companhia em razão de má conduta no ambiente de trabalho.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Marcelino Rafart de Seras	Diretor Presidente, de Operações Rodoviárias, de Operações Logísticas e de Desenvolvimento de Negócios
Marcello Guidotti	Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Claudio da Costa	Diretor de Gestão de Pessoas
Marcelo Lucon	Diretor Jurídico

Além das auditorias externas, o ambiente tecnológico em funcionamento nas empresas do Grupo contribui com o monitoramento das melhores práticas. A título de exemplo, as cabines de arrecadação de pedágios possuem câmeras de monitoração, a fim de inibir eventuais práticas relacionadas à corrupção. Há ainda um sistema de validação da classificação dos veículos que trafegam pelas praças, acionado por meio de sensores (de solo e ópticos) e câmeras de vídeo especializadas.

As práticas anticorrupção também se estendem aos fornecedores, para os quais o Grupo adota um sistema padrão de contratação, com a adoção de anexos aos contratos – que também serão revisados para se adequar à Lei Anticorrupção. Para as contratações a partir de 2014, os contratos incluirão cláusulas específicas relacionadas ao tema.

DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva é responsável pela administração e representação do Grupo EcoRodovias. De acordo com o Estatuto Social, o órgão é composto de seis membros, no mínimo, e oito membros, no máximo, acionistas ou não, residentes no País. Eles são eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição.

Os dirigentes exercem a gestão compartilhada, na busca sistemática pelo consenso entre os membros, reforçando o espírito de equipe e o conceito de órgão com decisões colegiadas. Eles reúnem-se semanalmente e têm como principais atribuições:



nova versão

do Código de Conduta deve ser publicada no segundo semestre de 2014

- propor iniciativas e políticas ao Conselho de Administração da EcoRodovias e aos conselhos de suas controladas diretas e indiretas, com o objetivo de assegurar a unidade de conceitos e as práticas comuns no âmbito do Sistema EcoRodovias;

- adotar a estratégia definida pelo Conselho de Administração.

COMITÊS DA DIRETORIA EXECUTIVA

Comitê de Gestão por Processos Estabelece e monitora a gestão por processos na Organização, alinhando-os às demais iniciativas corporativas; recomenda projetos de melhorias e pauta o escopo de trabalho do Núcleo de Gestão por Processos (NGP).

Comitê Executivo para Gerenciamento de Riscos, Compliance e Controles Internos Subordinado ao Comitê de Auditoria, tem como atribuições identificar, avaliar e monitorar de forma contínua os riscos, a eficácia de controles internos e eventuais não conformidades. Com o objetivo de conectar a gestão de riscos, *compliance* e controles internos ao cotidiano, também apoia as tomadas de decisão mais difíceis e complexas do Grupo.

Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação Executa e propõe políticas e diretrizes nessa área; implanta regras de segurança da informação e novos sistemas de TI, com o objetivo de consolidar uma cultura de uso seguro e eficaz em todas as áreas na Companhia.

Comitê de Controle e Divulgação de Informações Relevantes Segue as diretrizes do Manual da Associação Brasileira de Empresas de Capital Aberto (Abrasca), que tratam do controle e da divulgação de informações relevantes; capacita administradores e colaboradores sobre o tema; cria mecanismos para evitar a divulgação de assuntos confidenciais; e faz a gestão de informações privilegiadas.

Comitê de Sustentabilidade das Unidades de Negócio Divulga a cultura corporativa de gestão socialmente responsável e realiza a interlocução com diferentes *stakeholders*, com o objetivo de propor e executar novas políticas de melhoria da gestão; facilita o processo interno para a adoção do modelo de relato da Global Reporting Initiative (GRI); e avalia, sugere, executa e monitora programas e projetos de responsabilidade social.



Núcleo de Gestão da Estratégia Tem por objetivo estabelecer as diretrizes estratégicas definidas pelos membros da Diretoria Executiva, diretores e gerências; analisa os diagnósticos apresentados nas reuniões sobre indicadores econômico-financeiros e não financeiros; estimula o debate sobre as adequações necessárias à gestão da Companhia.

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO

As concessões rodoviárias do Grupo EcoRodovias monitoram uma série de indicadores ao longo do ano, com o objetivo de assegurar a adequação e o atendimento aos requisitos das normas internacionais NBR ISO 9001 (qualidade), NBR ISO 14001 (gestão ambiental) e OHSAS 18001 (segurança, higiene e saúde ocupacional). Os indicadores são apurados mensalmente pelas Coordenadorias de Sustentabilidade, localizadas em cada uma das unidades de negócio, que planejam e desenvolvem ações de melhoria contínua dos processos.

A Companhia também utiliza como ferramenta de gestão os indicadores do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa, a fim de garantir o aprimoramento de suas práticas e a inserção dos aspectos da susten-

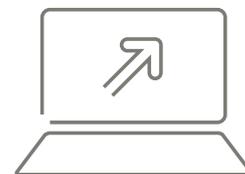
tabilidade na rotina de suas atividades. Sob esse aspecto, as diversas áreas do Grupo respondem a um questionário com mais de 20 itens, que consideram temas relacionados a questões socioambientais. Nos últimos anos, esse processo ganhou força no modelo de gestão da EcoRodovias, e hoje a permanência no ISE é uma meta atrelada à remuneração variável da alta e média direção.

POLÍTICAS CORPORATIVAS

O Grupo EcoRodovias dispõe de uma série de políticas corporativas que formalizam os compromissos da Companhia em relação à ética nos negócios e à transparência nos relacionamentos com *stakeholders*. A seguir, as principais.

Política Financeira As diretrizes e o plano diretor financeiro orientam as atividades da área referentes às decisões e às avaliações, aos investimentos, à gestão e ao capital de giro.

Política de Uso de Informações e Divulgação de Ato ou Fato Relevante Oferece ao mercado, à imprensa e aos demais interessados os mais altos padrões de transparência e confiabilidade na divulgação de fatos relevantes.



indicadores

de qualidade, meio ambiente e saúde e segurança são monitorados mensalmente



Workshop dos comitês de sustentabilidade

Política para Transações com Partes Relacionadas Estabelece e divulga critérios para a contratação de partes relacionadas para a execução de obras, serviços e fornecimento de materiais e insumos que compõem os programas de investimentos e conservação especial, correspondentes às suas controladas ou unidades de negócio. Trata-se da diretriz responsável por realizar as contratações, observando as condições e as práticas de mercado. Assim, visa assegurar que todas as decisões envolvendo terceiros considerem os interesses da EcoRodovias e de seus acionistas minoritários.

Política de Distribuição de Dividendos Determina a distribuição anual de um valor mínimo equivalente a 50% do lucro líquido ajustado da Companhia, calculado com base no artigo 189 da Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações, na forma de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Diretrizes de Sustentabilidade Organizadas e divididas em oito temas que norteiam as atividades do Grupo, com as seguintes premissas:

- **Qualidade:** operar o sistema de gestão norteado pela NBR ISO 9001, atendendo às necessidades das unidades de negócio. Garantir que todos os colaboradores estejam devidamente capacitados para a execução de suas atividades. Promover um ambiente de trabalho adequado que atenda às necessidades dos clientes, entre outras atribuições.
- **Gestão por processos:** gerenciar o negócio por meio de processos que compõem a Companhia, propiciando uma visão integrada de diversas áreas. Indicadores específicos acompanham os processos elaborados e validados por seus respectivos gestores e responsáveis. São periodicamente avaliados por auditorias específicas.
- **Meio ambiente:** implantar e operar um sistema de gestão, norteado pela NBR ISO 14001, que atenda às necessidades das unidades de negócio; primar pela economia de recursos naturais, por meio de programas e campanhas; realizar manutenções e testes nos equipamentos, com o intuito de diminuir a emissão de poluentes, entre outras responsabilidades.
- **Mudanças climáticas:** planejar e executar ações que reduzam as emissões de gases de efeito estufa (GEE) pelas atividades da Companhia; fomentar o desenvolvimento de projetos internos que visem à eficiência energética; garantir o uso de combustíveis limpos/renováveis nas operações do Grupo e dos prestadores de serviço; manter áreas de preservação permanente em localidades próprias ou adjacentes às operações da EcoRodovias, dentre outras.
- **Responsabilidade social:** estabelecer e manter diretrizes relacionadas a direitos humanos, ética, combate à corrupção, relação com fornecedores e valorização da diversidade.
- **Segurança no trabalho:** implantar e operar um sistema de gestão norteado pela OHSAS 18001 que atenda às necessidades das unidades de negócio; garantir que todos os colaboradores e prestadores de serviço conheçam e cumpram as normas internas do Grupo relativas à segurança do trabalho, entre outras atribuições.

O Grupo conta com política específica para assegurar que todas as decisões envolvendo terceiros considerem os interesses da EcoRodovias e de seus acionistas minoritários



8 temas

principais compõem as Diretrizes de Sustentabilidade do Grupo

A gestão de riscos é um processo contínuo no Grupo, conduzido em todos os níveis para identificar e administrar eventos que possam afetar os negócios



34



boas práticas

Modelo de gestão de riscos do Grupo está alinhado às orientações do IBGC e da ISO 31000

- Ouvidoria: garantir o acolhimento de reclamações e sugestões dos públicos de interesse; contribuir para o fortalecimento da cidadania e da transparência; assegurar que as ouvidorias das unidades sejam acessíveis a todos os públicos de interesse e pratiquem a confidencialidade e o sigilo, entre outras atribuições.
- Conflito de interesses: minimizar possíveis focos de conflitos de interesses, prezando pela separação de funções e definição clara de papéis e responsabilidades associados aos mandatos de todos os agentes de governança.

Para saber mais sobre as Diretrizes de Sustentabilidade, acesse: www.ecorodovias.com.br.

GESTÃO DE RISCOS GRI 1.2, 4.11 E EC2

A gestão de riscos é fundamental para o Grupo EcoRodovias garantir a perenidade do negócio, assegurar os direitos dos acionistas e investidores e zelar pela sua imagem e reputação. O modelo adotado pela Companhia está alinhado às boas práticas de mercado e às diretrizes e orientações do Caderno de Riscos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), bem como à norma internacional ISO 31000.

A governança da gestão de riscos na EcoRodovias é representada pelas funções distribuídas na estrutura organizacional das unidades e auxilia a gerenciar riscos de forma eficaz, por meio da aplicação de processos em diferentes níveis e dentro de contextos específicos de cada unidade.

O modelo EcoRodovias de operacionalização da gestão de riscos é baseado, também, nas “três linhas de defesa” propostas pelo Instituto Interno dos Auditores em janeiro de 2013. Nesse modelo, o controle e a gestão dos riscos operacionais são a primeira linha de defesa, executada pelos gestores das unidades de negócio.

As diversas funções corporativas de riscos, controles e *compliance* que efetuam o suporte técnico, as recomendações e a operacionalização são a segunda linha de defesa. A avaliação independente é a terceira linha. Cada uma dessas linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura mais ampla da governança de gestão de riscos.

Na prática, a gestão de riscos no Grupo EcoRodovias é um processo contínuo, conduzido por profissionais em todos os níveis, com a



Ecovias

missão de identificar e administrar eventos que possam afetar os negócios do Grupo. A Companhia dispõe de diversas metodologias e ferramentas para identificar, avaliar, mensurar e monitorar essas ocorrências, seguindo um modelo que preconiza uma visão integrada de governança, gestão de riscos, controles internos e *compliance* e sua integração com os demais ciclos de gestão.

Essa abordagem considera que a origem dos riscos pode estar relacionada às categorias de natureza estratégica, operacional, financeira e de *compliance*, que podem ser classificadas ainda em subcategorias aplicáveis aos nossos negócios. Riscos operacionais possuem subcategorias relacionadas a segurança rodoviária, engenharia, segurança patrimonial, tráfego, contratos, meio ambiente, saúde e segurança, dentre outros. A classificação segundo as categorias e subcategorias nos permite a agregação dos riscos em razão das diferentes causas (internas ou externas) e pela responsabilidade de gestão (*holding* e unidades de negócio).

No caso específico dos riscos relacionados às mudanças climáticas, a avaliação e o monitoramento são integrados ao processo de gestão de riscos e desenvolvidos por um grupo de

trabalho que considera as áreas de Gestão de Contratos das Concessões Rodoviárias, Gestão de Riscos e Planejamento Financeiro Corporativo, as quais efetuam um estudo detalhado dos impactos das mudanças climáticas nas receitas do Grupo.

Tais estudos analisam as potenciais ocorrências naturais que podem afetar o resultado dos negócios em um período específico, e submetem todos os cenários identificados à Diretoria. GRI EC2

Os principais impactos relacionados à materialização dos riscos referentes a mudanças climáticas, que podem trazer eventuais danos às operações da Companhia, são:

- danos ou perda de ativos (pontes, viadutos, encostas etc.);
- quebra de safras, com impacto negativo nos resultados da arrecadação, uma vez que o tráfego nas rodovias está diretamente ligado à produção agrícola;
- redução de tráfego de veículos de passeio, influenciada pela condição climática, sobretudo nos fins de semana e feriados.



3



Cenário e estratégia

14
unidades
de negócio

—
Ativos da Elog garantem posição privilegiada no mercado e incluem dez licenças alfandegadas

475 km
de extensão

—
Trecho concedido na BR-101 atravessa a costa do Espírito Santo até chegar ao Rio de Janeiro

**Novo modelo
de operação**

—
Serviço inédito do Ecoporto Santos traz diferencial competitivo importante no setor portuário

—
Foto: Ecosul

Olhar abrangente

Necessidade de investimentos em infraestrutura e novas oportunidades de negócio abrem um vasto horizonte para a EcoRodovias

38

R\$ 379 bi
devem ser investidos pelo governo na área de transportes nos próximos 30 anos

A despeito do cenário econômico do Brasil em 2013 e do crescimento de 2,5% do PIB no período, o ambiente de negócios para as empresas de infraestrutura e logística continua bastante favorável. O País ainda carece de investimentos no setor para atender ao grande fluxo de importação e exportação de bens de consumo e *commodities* agrícolas e precisa destravar os gargalos de infraestrutura para tornar os preços dos produtos nacionais mais competitivos.

Essa realidade estimula o governo federal a priorizar a melhoria dos corredores de comércio exterior e a continuar investindo nas concessões de rodovias, portos e aeroportos no País. A previsão de safra recorde em 2013/2014 e o crescimento da produção industrial em 2013 contribuem para embasar essa estratégia. Apenas o programa de concessões em infraestrutura, lançado em 2012 pelo governo, contempla investimentos de mais de R\$ 200 bilhões para um período de cinco anos.

No longo prazo, as perspectivas também são boas. Os recursos previstos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) são da ordem de R\$ 370 bilhões para os próximos 30 anos, somente na área de transportes. E,

no curto prazo, a perspectiva de leilões para o primeiro semestre de 2014 traz boas possibilidades para o período, incluindo novas oportunidades de negócios.

Além dos programas do governo no setor de infraestrutura, o crescimento natural do tráfego de veículos pesados e de passeio também favorece o desempenho da EcoRodovias, bem como a maior movimentação de cargas nos portos – área do mais recente empreendimento do Grupo, o Ecoporto Santos, que completou um ano sob administração da Companhia.

CRESCIMENTO COM QUALIDADE

Nos últimos anos, o Grupo EcoRodovias deu passos importantes para se consolidar como uma das principais companhias de infraestrutura e logística multimodal no Brasil. A conquista de concessões rodoviárias, a aquisição do Ecoporto Santos e o investimento em uma estrutura logística completa, que inclui plataformas, portos secos, Clias e centros de distribuição, colocam a Organização em posição privilegiada para continuar crescendo de maneira sólida e rentável.

Hoje, os serviços da EcoRodovias estão distribuídos pelos principais corredores de turismo e

comércio exterior, compondo uma rede vigorosa de transporte multimodal nas regiões Sul e Sudeste. A Companhia está presente na tríplice fronteira, entre Argentina, Brasil e Paraguai, uma das principais rotas comerciais do Mercosul; conecta Curitiba ao porto de Paranaguá e administra algumas das mais importantes rodovias do estado de São Paulo, fazendo a ligação com o litoral norte e o Vale do Paraíba; também mantém a concessão da principal ligação do estado de São Paulo com a Baixada Santista, onde estão localizados o Ecoporto Santos e ativos importantes, como unidades alfandegadas e plataformas logísticas. Mais recentemente, em 2013, a empresa celebrou o contrato de concessão da BR-101, um trecho de mais de 475,9 quilômetros de extensão que começa no sul da Bahia e atravessa a costa do Espírito Santo, até chegar ao estado do Rio de Janeiro. Com isso, facilitará o acesso a cinco portos da região, incluindo o de Vitória e o de Tubarão.

Essa condição, aliada à experiência e à capacidade de administrar concessões públicas, garante a solidez necessária para a Companhia conduzir seus negócios de forma rentável e sustentável, com disciplina financeira e responsabilidade socioambiental. Dessa forma, o Grupo mantém o foco na conquista de outras concessões e na aquisição de novos negócios, especialmente nos setores rodoviário e portuário.

LOGÍSTICA INTEGRADA

A Elog tem importância fundamental para o sucesso do planejamento estratégico da Companhia. Em três anos de atividade, a empresa se tornou uma das maiores de logística do País e é reconhecida pelo conjunto de soluções que oferece aos clientes, incluindo serviços customizados para setores específicos (como automotivo, agronegócio e eletroeletrônico, entre outros), e pela gestão integrada de seus processos e operações.

A despeito dos resultados obtidos em 2013, a empresa se reestruturou no período e consolidou suas operações, para aumentar a participação no mercado e criar novas oportunidades de negócio. Hoje, a Elog ocupa uma posição privilegiada em termos de ativos: são 14 unidades de negócio, que incluem a operação de dez licenças alfandegadas, altamente competitivas e estrategicamente localizadas. A Elog está

presente nas fronteiras do sul do País, favorecendo as operações comerciais entre os países do Mercosul, e também conta com unidades em Curitiba, Campinas, São Paulo e Baixada Santista, posições que permitem maior eficiência e agilidade no fluxo de mercadorias.

No longo prazo, o objetivo é aumentar o número de plataformas logísticas e ampliar os serviços de maior valor agregado, dentro de um modelo integrado de atuação. Dessa forma, a Elog terá as condições necessárias para consolidar a posição de grande fornecedora de soluções logísticas em recintos alfandegados, transporte, armazém em geral e inteligência de distribuição.

Sob esse tema, um aspecto relevante em 2013 foi a conversão de três portos secos (Mooca, Campinas e Curitiba) para a condição de Clias (Centro Logístico Industrial Aduaneiro), que não têm um período determinado para a concessão de contrato e oferecem maior liberdade tarifária.

Outros fatos importantes foram a contratação de um armazém de 10 mil metros quadrados no Ecopátio Imigrantes, para serviços de armazenagem em geral, e o fechamento do centro de distribuição de Cajamar (SP), para que a empresa pudesse concentrar seus esforços



O Ecoporto Santos investe na criação de diferenciais de mercado, como o desenvolvimento de novos serviços e novas formas de integração

40

em lugares mais estratégicos. Isso permitiu maior investimento no CD de Alphaville, com a adequação da capacidade e da demanda local, tornando o negócio mais rentável.

NOVOS SERVIÇOS

No Ecoporto Santos, a entrada de novos *players* no Porto de Santos acirrou a concorrência e teve um impacto importante nos resultados da empresa. A concessão encerrou o ano de 2013 com números aquém das primeiras previsões, feitas em 2012, mas dentro de uma margem bastante razoável, considerando os grandes desafios do período.

Esse cenário exigiu uma estratégia voltada para a criação de diferenciais de mercado, com o desenvolvimento de novos serviços e novas formas de integração, especialmente na armazenagem e distribuição de cargas. Esses fatores contribuíram para tornar a empresa mais competitiva e reafirmar sua posição no setor, principalmente em relação às cargas fracionadas (cargas gerais no contêiner).

No novo modelo de operação, essas cargas poderão ser retiradas do contêiner, armazenadas em outro local, “nacionalizadas” e entregues diretamente ao cliente, configurando um serviço inédito nos portos brasileiros. Essa



Ecoporto Santos

forma de atuação envolve o trabalho essencial da área de Tecnologia da Informação e trará avanços importantes para a empresa, que terá um atendimento mais rápido e eficiente, e, principalmente, para os clientes, que poderão acompanhar a situação da carga no terminal, além de rastreá-la via *smartphone*.

SUSTENTABILIDADE

O Grupo EcoRodovias considera que os diferentes vetores da sustentabilidade são fundamentais para assegurar o crescimento responsável da empresa e podem gerar ganhos importantes não apenas em termos de imagem e reputação, mas também na esfera econômica. A Companhia entende que o tema está associado à eficácia da gestão e do uso consciente dos recursos naturais.

A orientação estratégica para a sustentabilidade é definida pelas Diretrizes de Sustentabilidade, um conjunto de oito temas que norteiam as atividades do Grupo e são trabalhados de forma transversal na Organização. As oito premissas das Diretrizes de Sustentabilidade são: qualidade, gestão por processos, meio ambiente, mudanças climáticas, responsabilidade social, segurança no trabalho, ouvidoria e conflito de interesses (*veja mais na página 33, capítulo Governança corporativa*).

Esses temas também abrangem alguns dos principais desafios da EcoRodovias em relação à sustentabilidade e propõem uma abordagem comum a todas as empresas do Grupo. Um dos aspectos mais desafiadores nesse aspecto é atingir o mesmo nível de gestão nas diferentes áreas de negócios, especialmente nas unidades recém-adquiridas (Elog e Ecoporto Santos), que apresentam culturas e *expertises* distintas.

A padronização dos sistemas de gerenciamento de indicadores facilitará esse trabalho e permitirá a identificação de pontos de melhoria e a definição de planos de ação. Em 2013, um passo importante foi a incorporação das diretrizes no planejamento estratégico do Grupo; em curto e médio prazos, o objetivo é adotar metas para todas as áreas de negócio e monitorar os indicadores de acordo com o diagnóstico do ISE e o inventário de emissões.

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os principais ativos intangíveis do Grupo EcoRodovias são marca, imagem, cultura e capital intelectual, que agregam valores imensuráveis à Companhia, sendo de extrema importância também para assegurar a longevidade dos negócios.

A marca EcoRodovias constitui um dos maiores patrimônios do Grupo, que indica no prefixo “Eco” a importância do desenvolvimento sustentável para seus negócios. De fato, trata-se de uma preocupação estratégica, refletida também na conduta das lideranças e do conjunto de colaboradores, orientada pela ética, além de iniciativas de responsabilidade social, conscientização e preservação dos recursos naturais. O conjunto de ações conduzido pela Companhia tem sido alvo de uma gestão específica, com o objetivo de garantir idoneidade e reputação da marca e de sua imagem.

FERRAMENTAS DE GESTÃO ESTRATÉGICA

O Comitê de Estratégia e Gestão projeta e monitora o desempenho e os estudos sobre as atividades que direcionam as competências organizacionais, as ações e as tomadas de decisão. As reuniões acontecem a cada dois meses, com o objetivo de avaliar o alcance das metas, o desempenho e a evolução dos projetos.

VALOR AGREGADO

O Valor Econômico Agregado (ou Economic Value Added - EVA) consiste em uma ferramenta de gestão utilizada para mensurar a criação de



10 mil m²

é o espaço disponível de um novo armazém contratado no Ecopátio Imigrantes





A gestão da **estratégia corporativa** do Grupo é feita por um sistema integrado de seis estágios

valor da Companhia. O objetivo é avaliar alternativas de estrutura de capital e de recursos aplicados e contribuir para o alinhamento da visão dos gestores nas tomadas de decisões.

ESTRATÉGIA CORPORATIVA

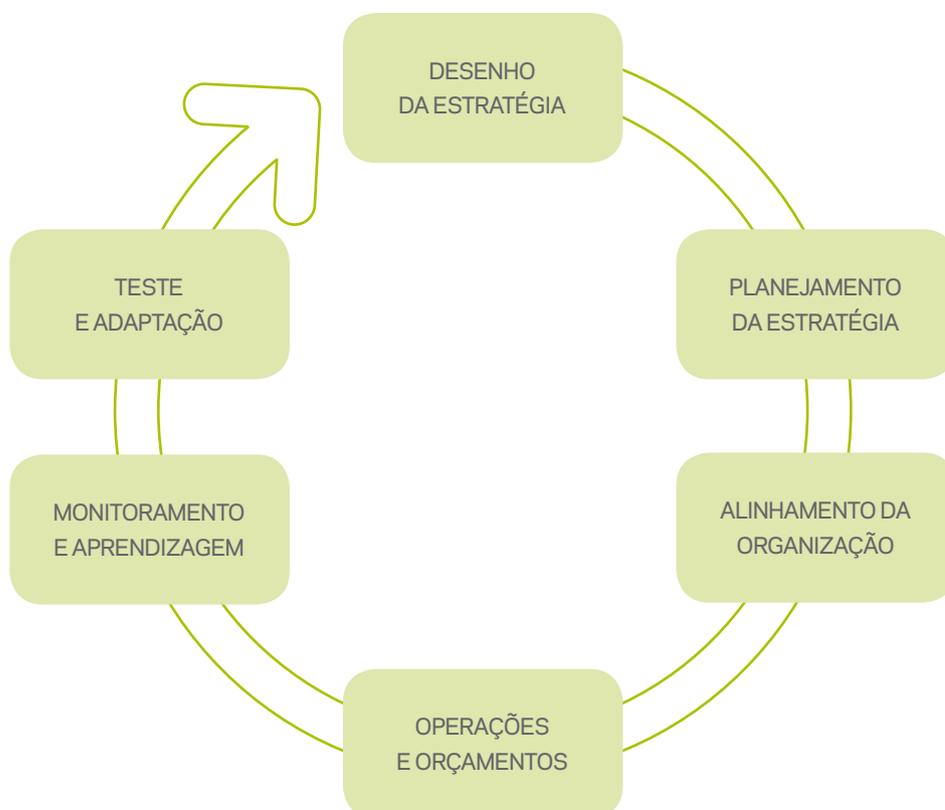
A gestão da estratégia corporativa na EcoRodovias é feita por meio de um sistema integrado e cíclico, composto de seis estágios:

No primeiro estágio, os conselheiros e executivos desenvolvem a estratégia corporativa, esclarecendo qual a razão de ser da Companhia, sua missão, visão de futuro desejada, que servirá de inspiração na execução da estratégia, e quais são os valores-chave que nortearão a todos e dos quais a Organização não abre mão. Para a formulação da estratégia, a Companhia se vale de um conjunto de ferramentas para fazer a análise dos ambientes externo (econômico, político, legal, regulatório, ambiental, social e tecnológico) e interno (capitais humano e tecnológico, sistemas organizacionais e de gestão, cultura, governança, riscos e sustentabilidade) e da análise da estratégia existente. Os resultados são consolidados em um quadro

de ameaças, oportunidades, fraquezas e forças (matriz SWOT). Complementando esse estágio, são feitas análises do ambiente concorrencial e é elaborada a proposta de valor para os diferentes clientes dos segmentos nos quais a Companhia pretende atuar.

No segundo estágio, a Companhia faz o planejamento da estratégia, traduzindo-a em um conjunto de objetivos específicos, claros, mensuráveis e organizados por temas. São feitos, então, os mapas estratégicos, com os objetivos inter-relacionados por ações de causa e efeito, cada qual tendo um executivo responsável pela sua coordenação e execução, com indicadores que ajudam na mensuração da sua evolução, com foco na realização da missão e no alcance da visão de futuro. Aqui também são elencados as iniciativas e os planos de ação, com seus respectivos orçamentos estratégicos, para sua realização.

No estágio seguinte, toda a Organização é alinhada e orientada para a execução da estratégia formulada. É feito o desdobramento para todas as unidades de negócios



e unidades de apoio, até atingir todos os colaboradores da EcoRodovias, formulando-se os planos de metas individuais, garantindo, assim, que a estratégia permeie todas as empresas e faça parte do acompanhamento de desempenho de todos. Os planos de metas são, aliás, vinculados ao plano de remuneração variável de cada colaborador. Resulta desse estágio um conjunto de Planos Estratégicos, tanto o corporativo quanto o de cada segmento de atuação: concessão de rodovias, portos e logística, cada qual com um conjunto balanceado de indicadores para acompanhamento do desempenho de curto, médio e longo prazos (Balanced Scorecard – BSC).

No quarto estágio, parte-se para a elaboração dos planos operacionais, por meio dos quais são feitos os levantamentos de demandas de tráfego e dos serviços nos segmentos de portos e logística – são realizados os planos de vendas e o dimensionamento das capacidades e das diversas equipes de operação, de engenharia e de atendimento. São revisados e/ou concebidos os processos-chave e/ou projetos para implementação da estratégia. Todos os processos e projetos são detalhados em orçamentos para correta execução e acompanhamento. Têm-se, então, formulados os Planos Operacionais/Orçamentários de cada empresa do Grupo, que servirão de referência para o acompanhamento de desempenho operacional nos estágios seguintes.

O quinto estágio de gestão da estratégia se caracteriza pelos processos de monitoramento e aprendizagem. Com base em planos estratégicos e operacionais, iniciativas em processos-chave e de projetos e painéis de indicadores e metas construídos nos estágios anteriores, são realizados, periodicamente, fóruns de discussões (reuniões do Conselho de Administração corporativo e dos negócios e reuniões de comitês de apoio e das diretorias) para avaliar o progresso na execução da estratégia e das operações, bem como entender as relações de causa e efeito entre as ações empreendidas e os resultados alcançados. São, também, mais bem compreendidos os desafios e as barreiras a serem transpostas. Decisões são tomadas para orientar as operações para a correção de rota na direção da realização dos compromissos assumidos para atingir a estratégia desejada.



Ecovia

Por fim, no sexto estágio são realizadas discussões para testar e adaptar a estratégia à luz de alterações nos ambientes externos e internos; nas correlações de forças dos concorrentes, clientes, parceiros e fornecedores; e no surgimento (e/ou desaparecimento) de oportunidades estratégicas e análise dos resultados atingidos e da sustentabilidade que estabelece as novas bases para a adaptação e o reposicionamento estratégico. Têm-se, então, todas as referências para se iniciar um novo ciclo de formulação da estratégia.

Portanto, a gestão da estratégia corporativa se caracteriza por ser um ciclo fechado e contínuo, que tem a participação de todos os colaboradores das empresas do Grupo, norteados por uma clareza de propósito, uma missão comum, valores que orientam as ações de todos e uma visão futura inspiradora para a realização de negócios sinérgicos e sustentáveis.



4



Desempenho econômico-financeiro

R\$ 2.639,1 mi

é o investimento previsto pelo governo federal para concessões em transportes, nos próximos 30 anos

69,8%

da receita bruta da Companhia, desconsiderando a receita de construção, vem do segmento rodoviário

Foto: Ecopistas

Resultados de 2013

Receita líquida cresceu mais de 26% no período e Ebitda consolidado ficou acima de 12%, na comparação com o ano anterior

46

RECEITA MAIOR

A receita líquida consolidada do Grupo EcoRodovias atingiu R\$ 2.639,1 milhões em 2013, crescimento de 26,4% em relação ao período anterior. As deduções sobre a receita bruta alcançaram R\$ 239,6 milhões, representando 8,3% do total dessa receita. Excluindo a receita de construção e a aplicação do IFRS 10, a receita líquida passa para R\$ 2.442,3 milhões, 15,7% maior em relação ao ano anterior.

CUSTOS OPERACIONAIS E RECEITAS ADMINISTRATIVAS

Em 2013, os custos operacionais e as despesas administrativas totalizaram R\$ 1.711,7 milhões, diante de R\$ 1.217,3 milhões em 2012, apontando uma variação de 40,6%. Excluídos os custos de construção de obras e provisão para manutenção, e consolidando proporcionalmente os custos de Elog e STP

(IFRS 10), a cifra cai para R\$ 1.429,2 milhões – valor 26,3% maior em comparação a 2012. Os principais fatores que influenciaram tais resultados foram: a despesa 35,4% maior com custo de pessoal em razão da aplicação do dissídio nos salários; início das operações na ECO101; consolidação de 12 meses do Ecoporto Santos; conservação e manutenção na Ecovia Caminho do Mar, na Ecocataratas e na Ecosul; contratação de consultorias para análises de novas oportunidades de negócios; contratos de seguros e aluguéis de unidades; e obras na Ecovia dos Imigrantes e na Ecopistas.

EBITDA

O Ebitda (pelas normas do IFRS) foi de R\$ 1.195,5 milhões em 2013, superior em 12,1% em relação ao ano passado. A margem Ebitda foi de 45,3%. O crescimento de 12,1% foi ocasionado pelo aumento do Ebitda no setor de concessões rodoviárias e pela consolidação de 12 meses do Ecoporto Santos. Já o Ebitda pró-forma ajustado alcançou R\$ 1.317,4 milhões, com margem pró-forma ajustada de 53,9%. Nesse caso, o cálculo desconsidera as contas de receita e custo de construção e provisão para manutenção e consolida proporcionalmente a Elog e a STP, introduzidas pelas regras internacionais.



+15,7%

é o aumento da receita líquida em 2013, na comparação com o período anterior



R\$ 1.152 mi
foi o total de saldo disponível e aplicações financeiras do Grupo em dezembro de 2013

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido totalizou R\$ 325,5 milhões negativos em 2013, 34,7% a mais que o resultado de 2012. A variação deve-se, basicamente, à maior representatividade de debêntures no endividamento total da Companhia e aos juros e à inflação ocorridos ao longo de 2013.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2013, o Grupo EcoRodovias apresentou lucro líquido após a participação de minoritários de R\$ 397,8 milhões, 5,8% inferior aos R\$ 422,1 milhões registrados em 2012.

CAIXA E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

O Grupo EcoRodovias encerrou o exercício de 2013 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários

de R\$ 1.152,6 milhões. A dívida bruta atingiu R\$ 3.700,7 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento de 22%, quando comparado ao mesmo período de 2012. Os principais fatores que contribuíram para o aumento do saldo da dívida financeira foram:

- emissão de debêntures no valor de R\$ 881,0 milhões pela Ecovias dos Imigrantes;
- liberação de R\$ 96,5 milhões do BNDES em favor da concessionária Ecopistas;
- liberação de R\$ 32,1 milhões do BNDES em favor da concessionária Ecocataratas;
- emissão de notas promissórias da EcoRodovias (R\$ 275 milhões)
- aumento de R\$ 23,5 milhões nos empréstimos de capital de giro nas concessionárias Ecovia Caminho do Mar e Ecosul.



Por outro lado, os fatores que contribuíram para a redução da dívida bruta foram:

- pagamento de R\$ 593,9 milhões, referente a principal e juros das notas promissórias da EcoRodovias;
- pagamento de principal e juros no valor de R\$ 149,8 milhões, referente a primeira, segunda e terceira séries da primeira emissão de debêntures da concessionária Ecovias dos Imigrantes;
- pagamento de juros no valor de R\$ 55,3 milhões, referente à primeira emissão de debêntures do Ecoporto Santos.

CAPEX CRESCE

O Capex consolidado pela EcoRodovias em 2013 totalizou R\$ 758,2 milhões, 64,9% superior ao registrado em 2012.

No setor de concessões rodoviárias, os investimentos alcançaram R\$ 715,7 milhões, superiores em 72,2% se comparado a 2012. Os recursos foram concentrados em melhorias nas sinalizações e nos dispositivos de segurança, em obras de pavimentação e conservação especial e na aquisição de *hardware* e equipamentos de pedágio e obras. Os destaques foram as obras relacionadas ao aditivo contratual na Ecovias dos Imigrantes, a quinta faixa entre o km 26 e km 41 na Rodovia dos Imigrantes, a

RIQUEZA GERADA E DISTRIBUÍDA

EM MILHARES DE REAIS (R\$)

48

Demonstrações do valor adicionado	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS E BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas				
Com arrecadação de pedágio	—	—	1.689.156	1.548.181
Com construção	—	—	505.830	298.540
Outras receitas	—	—	683.675	434.452
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços prestados	—	—	-868.912	-611.096
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-17.779	-23.589	-246.544	-166.793
Outros	—	—	—	-294
Valor (consumido) adicionado bruto	-17.779	-23.589	1.763.205	1.502.990
Depreciação e amortização	-607	-599	-236.631	-203.924
Amortização de investimentos	-26.484	-8.926	—	—
Valor (consumido) adicionado líquido				
Produzido pela Companhia	-44.870	-33.114	1.526.574	1.299.066
Valor adicionado recebido em transferência	506.430	513.218	114.176	114.344
Receitas financeiras	22.985	15.622	113.407	69.434
Resultado de equivalência patrimonial	483.445	497.596	769	44.910
Valor adicionado total a distribuir	461.560	480.104	1.640.750	1.413.410
Distribuição do valor adicionado	461.560	480.104	1.640.750	1.413.410



R\$ 715 mi

foram investidos em concessões rodoviárias em 2013, um crescimento de 72%

conclusão do Trevo dos Pimentas e obras nas marginais da Rodovia Ayrton Senna e Ecopistas. Foram realizados também investimentos iniciais em pavimentação e conservação especial e aquisição de *hardwares* e equipamentos de pedágios na ECO101.

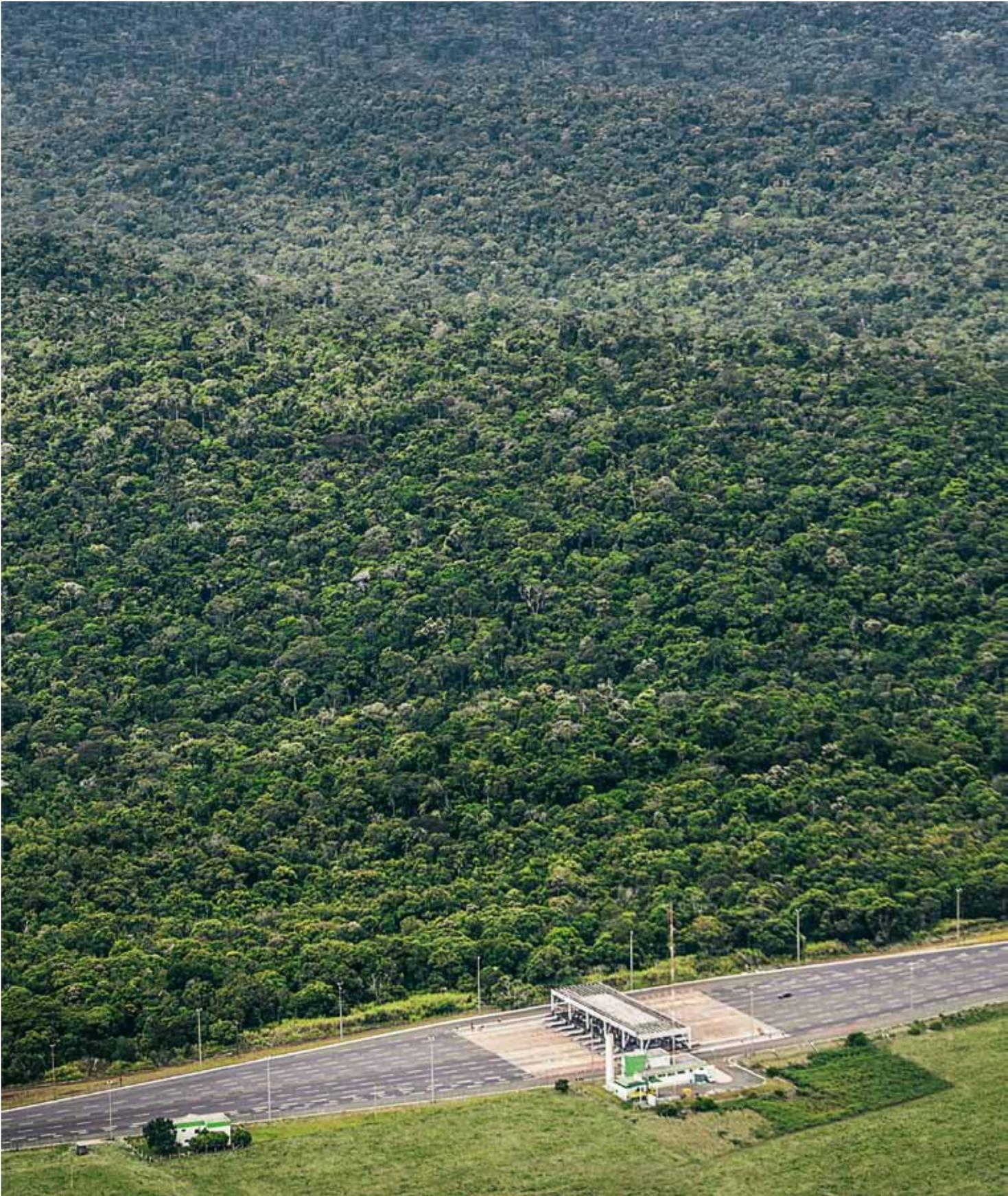
No Ecoporto Santos, foram investidos no mesmo período R\$ 24,4 milhões (21% inferior ao ano passado), correspondentes à modernização de máquinas e equipamentos e obras para adequação de infraestrutura. Por sua vez, a empresa de serviços compartilhados (EcoRodovias Concessões e Serviços) investiu R\$ 17,5 milhões, 32,6% superior a 2012, correspondentes às obras para ade-

quação da infraestrutura e à aquisição de *software* e *hardware*.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da EcoRodovias (negociadas sob a sigla ECOR3) apresentaram em 2013 crescimento no volume financeiro médio de 17,5% e de 6,5% no número médio de negócios. Esses números resultaram na entrada das ações, a partir de janeiro de 2014, no Ibovespa – índice composto das empresas com ações mais negociadas e de maior valor no País. Essa posição revela a importância da EcoRodovias no mercado de ações brasileiro. O reconhecimento de que o Grupo busca resultados de maneira sustentável por meio da inclusão das ações faz

Demonstrações do valor adicionado	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS E BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal	22.890	25.001	313.125	231.164
Remuneração direta	20.344	23.156	236.687	197.521
Benefícios	1.719	1.254	57.472	26.200
FGTS	827	591	18.966	7.443
Impostos, taxas e contribuições	18	-2.538	464.344	427.134
Federais	18	-2.538	354.908	333.183
Estaduais	—	—	294	151
Municipais	—	—	109.142	93.800
Remuneração de capitais de terceiros	40.802	35.569	463.769	328.067
Juros	32.585	26.247	272.934	194.217
Aluguéis	2.098	1.689	24.885	17.100
Outros efeitos financeiros	6.119	7.633	165.950	116.750
Remuneração de capitais próprios	397.850	422.072	399.512	427.045
Dividendos	180.000	145.768	180.000	145.768
Participação dos acionistas não controladores	—	—	1.662	4.973
Reserva legal	19.892	21.104	19.892	21.104
Constituição de reserva de lucros – orçamento de capital	—	189.932	—	189.932
Constituição para reserva de dividendos	197.958	65.268	197.958	65.268



Criação do Dia do Investidor fortalece relação entre públicos

Em dezembro de 2013, realizamos o 1º Dia do Investidor da EcoRodovias. O evento reuniu 74 pessoas, entre analistas representantes de casas de administração de recursos (Buy Side), analistas de corretoras e principais e potenciais investidores da EcoRodovias, com os objetivos de aprofundar o conhecimento nos ativos das EcoRodovias, incluindo Elog e Ecoporto Santos, gerar oportunidades de novos negócios e criar um ambiente de forte relacionamento entre os executivos e os analistas.

com que, pela terceira vez, ele permaneça na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial, da BM&FBovespa, o ISE.

O ISE reflete a evolução de um conjunto de ações de empresas que tenham reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade corporativa, além de atuar como indutoras de boas práticas no meio empresarial brasileiro.

Desde 2011, a Companhia também tem seus papéis listados no Índice IBrX-100, indicador de preços que mede o retorno de uma carteira hipotética composta de cem ações selecionadas entre as mais negociadas na BM&FBovespa com base no número de transações e no volume financeiro envolvido nos negócios, além do IGC e do ITAG, desde 2010.

PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

Ao longo de 2013, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos no valor total de R\$ 435,2 milhões, sendo R\$ 255,2 milhões de dividendos complementares referentes a 2012 e R\$ 180 milhões de dividendos intermediários em relação ao exercício de 2013.

ACIONISTAS E INVESTIDORES

O relacionamento da EcoRodovias com acionistas, investidores, analistas e outros profissionais que atuam no mercado de capitais tem sido aprimorado a cada ano. Para atender às necessidades desses *stakeholders* e assegurar um fluxo dinâmico de informações sobre suas atividades e o desempenho econômico-financeiro, a Companhia mantém atualizado um *site* específico no endereço www.ecorodovias.com.br/ri e o e-mail invest@ecorodovias.com.br.

O calendário dirigido para o mercado de capitais prevê a realização de reuniões periódicas, presenciais e por teleconferências para apresentar, a analistas e investidores, o balanço e as perspectivas de negócios, os resultados operacionais e o desempenho financeiro, obtido a cada trimestre, além das principais mudanças na governança. Entre outros aspectos, o objetivo é resguardar o patrimônio dos acionistas.

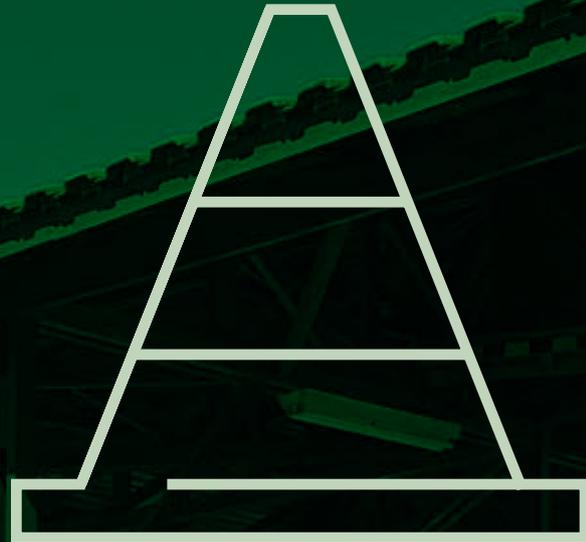


R\$ 435 mi

foi o valor referente ao pagamento de dividendos ao longo do ano de 2013



5



Desempenho operacional

13,9%

é a participação do Ecoporto Santos no segmento portuário, uma redução de 2,5 pontos percentuais em relação a 2012

220 mil

veículos pagantes geraram um aumento de 6% no tráfego das rodovias administradas pelo Grupo EcoRodovias em 2013

11%

foi o crescimento da movimentação de contêineres nas unidades logísticas da EcoRodovias, graças ao aumento das operações de Depot

Foto: Ecocataratas

Tráfego em alta

Crescimento da movimentação de veículos nas rodovias traz bons resultados para o Grupo, mas exige uma série de cuidados para garantir o conforto, a segurança e a satisfação do usuário

54

O Grupo EcoRodovias busca a excelência na gestão operacional por meio da aplicação de métodos, técnicas e ferramentas apropriados, com foco na eficiência e na eficácia dos processos internos. Os resultados são medidos por indicadores estratégicos que assegurem a melhoria contínua na gestão operacional, com metas relacionadas a diversos aspectos – como a redução do índice de acidentes.

Todas as empresas rodoviárias controladas pelo Grupo têm Comitês de Segurança Viária, formados por membros das áreas de Operação, Engenharia e outras, com a participação da Polícia Rodoviária. Entre outras atribuições, o órgão promove campanhas de prevenção de acidentes de trânsito e segurança do usuário.

MOVIMENTAÇÃO NAS ESTRADAS

O tráfego registrado pelas concessionárias administradas pela EcoRodovias aumentou 6,1% em 2013 em relação a 2012, totalizando 220.053 mil veículos equivalentes pagantes. Desse total, 111.343 mil (50,5%) correspondem a carros de passeio e os demais, 108.710 mil (49,5%), a veículos comerciais (ver gráfico).

O movimento nas estradas foi intensificado pelo transporte de *commodities* agrícolas, com a previsão de safra recorde em 2013/2014, e pela movimentação de contêineres, que encerrou 2013 com um crescimento de 9% em relação ao ano anterior, segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Outro fator que contribuiu para o crescimento do tráfego foram as viagens de turistas nas regiões Sul e Sudeste, principalmente no último trimestre de 2013.

A maior variação no tráfego foi registrada na Ecosul, com um incremento de 23,3% para os veículos comerciais e de 8,5%, para os de passeio. A Ecovias dos Imigrantes apresentou um aumento de 12,1% para os veículos comerciais e uma queda de 1,2%, para os de passeio – a única variação negativa em todas as rodovias administradas pela EcoRodovias.

Na Ecovias dos Imigrantes e na Ecopistas, o governo do estado de São Paulo cancelou o reajuste previsto para julho de 2013, de 6,2% e 6,5%, respectivamente, e anunciou medidas para a compensação, que são (I) redução do ônus variável de 3% para 1,5%; (II) penalização das concessionárias quando houver atrasos nos investimentos; (III) cobrança do eixo suspenso

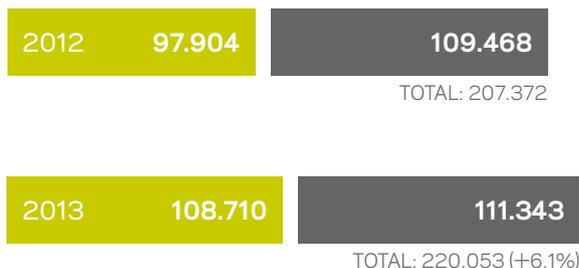


50,5%

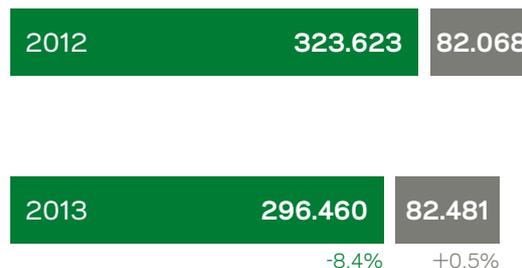
do tráfego nas rodovias administradas pelo Grupo corresponde a veículos de passeio

MOVIMENTAÇÃO ESTRADAS

EM VEÍCULOS EQUIVALENTES PAGANTES

**MOVIMENTAÇÃO ECOPORTO SANTOS**

EM CONTÊINERES



■ VEÍCULOS COMERCIAIS
■ VEÍCULOS DE PASSEIO

■ OPERAÇÃO DE CAIS
■ OPERAÇÃO DE ARMAZENAGEM

dos veículos comerciais; e (IV) modificação no ônus fixo. A Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, autorizou a cobrança de eixo suspenso a partir de 28 de julho de 2013, em que são considerados para fins de cobrança da tarifa de pedágio todos os eixos de veículos comerciais, incluindo os que não estejam em contato com a pista no momento da passagem do veículo pelo conjunto de sensores utilizados nas praças de pedágio.

ECOPORTO SANTOS

A movimentação de contêineres nas operações de cais no Ecoporto Santos teve redução de 8,4% em 2013, como reflexo, principalmente, da descontinuidade de um serviço ASE (*trade Ásia*) no início do ano, parcialmente compensado com escalas *spots*. O *market share* de operações de cais foi de 13,9%, uma redução de 2,5 pontos percentuais em comparação aos 16,4% de 2012. Os números são reflexo direto e esperado do início das operações de dois novos terminais de contêineres no Porto de Santos. As operações de armazenagem do Ecoporto Santos cresceram 0,5% em 2013, resultante da manutenção e captação de clientes e contêineres no Ecoporto Alfandegado.

DESEMPENHO LOGÍSTICO

O setor de operações logísticas da EcoRodovias está estruturado em cinco áreas. Os principais destaques no desempenho de cada divisão em 2013 são os seguintes:

Zona primária Abrange as unidades Ecopátio Cubatão e Clia Santos. A Elog Cubatão oferece serviços de Redex, recinto especial para despacho aduaneiro de exportação, e Depot, serviço de manutenção e armazenagem de contêineres vazios e pátio regulador de caminhões. No Clia Santos também pode ser contratado o serviço de recinto alfandegado.

A movimentação de contêineres cresceu 11,1% em 2013, graças ao aumento das operações de Depot (manutenção e armazenagem de contêineres vazios) no Ecopátio Cubatão.

Portos secos de interior Oferecem os serviços de armazenagem e recinto alfandegado e estão localizados em Campinas, Barueri, São Paulo e Curitiba.

Os serviços de armazenagem e recinto alfandegado tiveram redução de 1,5% no valor FOB movimentado em 2013, por conta de mudança no perfil de carga movimentada e pela concorrência

dos novos terminais de contêineres em Santos e Paranaguá, em operações de armazenagem.

Portos secos de fronteira Oferecem serviços de recinto alfandegado nas fronteiras do Brasil com Uruguai, Argentina e Paraguai. Abrangem as unidades de Foz do Iguaçu (PR) e Uruguai-ana, Jaguarão e Sant'Ana do Livramento (RS).

Os serviços de recinto alfandegado nas fronteiras do Brasil com Uruguai, Argentina e Paraguai corresponderam a 42% do valor total do intercâmbio comercial entre esses países no 4T13. O crescimento do valor FOB movimentado foi de 19,2% em 2013, resultante do aumento do fluxo de exportação nessas unidades.

Transporte Envolve a prestação de serviços de transporte rodoviário, por meio de frota própria, prestadores de serviços autônomos e frota terceirizada. Os serviços de transporte rodoviário para clientes corresponderam a 13% da receita da Elog em 2013.

Centros de distribuição

Oferecem serviços de gestão de estoque de clientes e estão localizados em Alphaville, Curitiba e Ecopátio Imigrantes.

Os serviços de gestão de estoque de clientes atingiram a ocupação de 51% dos 117 mil m² disponíveis em 2013. A queda na taxa de ocupação é decorrente do encerramento das atividades do CD Cajamar, em dezembro de 2013.

COBRANÇA ELETRÔNICA

O total de tags instaladas pelo sistema STP Sem Parar/Via Fácil atingiu 4.303 mil unidades em 31 de dezembro de 2013, um aumento de 14,1% sobre 2012. A alta foi sustentada pela cobertura de 94% das atuais praças de pedágio e 185 estabelecimentos conveniados. No ano, a cobrança eletrônica correspondeu a 47,6% de toda a receita obtida em pedágios pelas concessionárias da EcoRodovias.



20 mil
veículos serão beneficiados com a nova operação comboio

Nova operação comboio

Em dezembro de 2013, a Ecovias dos Imigrantes implantou um novo modelo de operação comboio, que libera os veículos leves quando houver neblina intensa apenas na Interligação Planalto. A escolta em velocidade reduzida agora é obrigatória apenas para os motoristas que optarem ou precisarem acessar a interligação para descer a serra pela Via Anchieta.

A medida foi sugerida pela EcoRodovias e aprovada pela Agência Reguladora de Transportes de São Paulo (Artesp) depois que estudos das estações meteorológicas apontaram que, em apenas 18% do tempo, a visibilidade é prejudicada, somente no trecho da interligação. No modelo anterior, o comboio entrava em operação quando a visibilidade ficava abaixo dos 100 metros em algum ponto da Rodovia dos Imigrantes ou da Interligação Planalto. Nessas ocasiões, todos os

veículos eram represados na praça de pedágio, localizada no km 32, sendo posteriormente conduzidos em grupos por viaturas da Ecovias dos Imigrantes.

Na nova modalidade, os veículos leves serão orientados a permanecer nas faixas 1 e 2 - indicadas por pinturas de solo - e liberados normalmente nas cabines, podendo seguir viagem dentro dos limites de velocidade permitidos para a via. Já os veículos pesados, que estarão nas faixas 3 e 4, deverão aguardar a formação do comboio e serão conduzidos por viaturas da polícia e da concessionária, onde entrarão na Interligação Planalto. Nesse trecho, a velocidade será reduzida para 25 km/h.

Com a mudança, estima-se que mais de 20 mil veículos serão beneficiados por ano; as condições de segurança serão mantidas, sem interferência no tempo de viagem.

ACIONAMENTOS

2013

	Ecovias		Ecopistas		Ecovia		Ecocataratas		Ecosul	
	Guincho	Ambulância	Guincho	Ambulância	Guincho	Ambulância	Guincho	Ambulância	Guincho	Ambulância
Quantidade de acionamentos	41.329	8.977	40.509	7.433	19.887	2.588	16.292	3.156	14.688	1.894
Tempo médio de chegada	12'37"	07'09"	11'	6'	4'19"	6'54"	16,65'	7,75'	28'	13'

PERCENTUAL DE REAJUSTE NOS PEDÁGIOS¹

PREVISTO EM CONTRATO

Concessionária	Mês	Reajuste (%)	Índice utilizado para o reajuste
Ecovia	Dezembro de 2013	5,7%	Cesta de índices da FGV
Ecocataratas	Dezembro de 2013	9,7%	Cesta de índices ² e gatilho tarifário
Ecosul ³	Janeiro de 2013	—	Cesta de índices ⁴

¹ No estado de São Paulo não houve reajuste nas tarifas de pedágio no mês de julho/2013 graças a uma determinação do governo do estado de São Paulo em que, em contrapartida ao reajuste, autorizou a cobrança de eixos suspensos dos veículos comerciais.

² A cesta de índices é composta de vários índices, conforme previsto em nosso contrato de concessão.

³ Em dezembro de 2013, foram publicadas no *Diário Oficial da União* duas resoluções da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) referentes à 10ª Revisão Ordinária, à 6ª Revisão Extraordinária e ao Reajuste das Tarifas Básicas de pedágio do complexo rodoviário administrado pela Ecosul. Com essas resoluções, ocorreram reduções nas tarifas de pedágio para veículos de passeio em 22,2% e em 4,2% para veículos comerciais, devolução de trechos não pedagiados totalizando 166,5 km de rodovias simples, incorporação de pista duplicada com extensão de 51,8 km e aumento gradativo do

fator multiplicador de veículos pesados em relação aos veículos de passeio para 2 entre 2014 e 2016. As resoluções foram frutos de negociações entre Ecosul, Ministério dos Transportes e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), visando maximizar a eficiência das operações rodoviárias no Polo de Pelotas.

⁴ Fórmula paramétrica contratual formada pela variação dos índices: IGPM, INCC, Coluna 36 (FGV), Coluna 37 (FGV), Coluna 38 (FGV) e Coluna 39 (FGV).

57

PESQUISAS DE SATISFAÇÃO GRI PR5

A Pesquisa de Satisfação do Usuário é realizada desde 2002 para avaliar a percepção do público que utiliza as rodovias administradas pelo Grupo e promover ações que aprimorem continuamente a qualidade dos serviços prestados. Na Ecovias dos Imigrantes e na Ecopistas, o levantamento é feito semestralmente; na Ecovia, na Ecosul e na Ecocataratas, anualmente. As empresas trabalham com metas distintas para os índices de satisfação, que variam entre 75% e 90% nas avaliações positivas.

Esse trabalho conta com um medidor individual em cada unidade de negócio, por meio do qual são avaliados temas como sinalização e segurança, controle de tráfego, limpeza, visibilidade, pavimentação, serviços de comunicação e informação, fiscalização e facilidade e rapidez

no pagamento de pedágios. A sondagem é realizada com motoristas de veículos leves e pesados, exceto nos períodos de feriado.

Na Ecopistas, o resultado da pesquisa em 2013, considerando a margem de erro, continua positivo, embora tenha apresentado uma queda na satisfação do usuário em relação à fluidez do tráfego. Essa manifestação deve ser revertida em 2014, com a conclusão das obras que aumentarão a fluidez de veículos nos dois sentidos da Rodovia Ayrton Senna.

Na Ecovias dos Imigrantes, diversos projetos foram implementados ao longo de 2013 com foco na satisfação do usuário, como as medidas tomadas para a melhoria do fluxo de ônibus nos horários de pico e a nova modalidade da operação comboio, que retira milhares de veículos

do repesamento em alguns momentos. Houve também melhorias nos canais de comunicação da concessionária, que continuam sendo constantemente aprimorados, como a ampliação do horário de atendimento à imprensa, a atualização do Twitter e a ativação da página da Ecovias dos Imigrantes no Facebook.

Na Ecovia, uma ação importante é o Programa Saúde do Caminhoneiro, que oferece *check-up* médico, informações e orientações sobre bem-estar e saúde e palestras, além de recreação e cuidado pessoal (veja mais na página 79).

Outro exemplo da atuação do Grupo para aumentar a satisfação dos usuários vem da Ecocataratas, que mantém um Comitê de

Pesquisa de Satisfação do Usuário, composto das áreas de Operação, Engenharia, Comunicação, Administrativa e Sustentabilidade. Em 2013, observou-se um aumento importante nos índices de satisfação, especialmente dos motoristas de veículos pesados, como mostra a tabela abaixo.

Na Ecosul, além dos índices de avaliação geral, a pesquisa contempla um questionário de avaliação estratificado entre os diversos aspectos das rodovias (pavimento, sinalização e limpeza, entre outros), bem como os serviços prestados (atendimento emergencial e arrecadação de pedágio, por exemplo). Esse modelo fornece subsídios para que os setores e equipes operacionais desenvolvam projetos e planos de ação específicos



90%

dos usuários têm avaliação positiva do sistema Ayrton Senna/Carvalho Pinto

AVALIAÇÃO DOS USUÁRIOS DAS RODOVIAS

POR ANO

Concessionária	Total de respondentes	Avaliação		
		Positiva	Regular	Negativa
2011				
Ecovias ¹	940	89%	10%	1%
Ecopistas ¹	800	91,4%	8%	0,6%
Ecovia	904	90%	12%	2%
Ecocataratas	925	81%	17%	2%
Ecosul	900	72%	21%	8%
2012				
Ecovias ¹	1.800	87,32%	11,4%	1,25%
Ecopistas ¹	800	90,85%	8,7%	0,45%
Ecovia	971	93%	6%	1%
Ecocataratas	422	80%	17%	3%
Ecosul	900	77,5%	14,5%	8%
2013				
Ecovias ¹	1.880	86,5%	11,5%	2%
Ecopistas ¹	1.000	90,3%	8,8%	0,9%
Ecovia	910	87%	11%	1%
Ecocataratas	1.027	84%	12%	4%
Ecosul	900	69,4%	18%	12,6%

¹ Média das duas pesquisas realizadas no ano.

O QUE DIZEM OS USUÁRIOS

2013

	Elogios	Motivo mais frequente
Ecovias	177	Atendimento dos colaboradores do tráfego
Ecopistas	1.628	Atendimento dos colaboradores do tráfego e guincho
Ecovia	136	Atendimento dos colaboradores do SAU
Ecocataratas	29	Atendimento dos colaboradores do guincho
Ecosul	110	Atendimento dos colaboradores da operação
Total	2.075	

	Reclamações	Motivo mais frequente
Ecovias	1.562	Congestionamento no acesso ao Porto de Santos
Ecopistas	1.208	Objeto na pista
Ecovia	1.011	Objeto na pista
Ecocataratas	1.270	Objeto na pista
Ecosul	1.991	Objeto na pista
Total	7.007	

para o tratamento de pontos prioritários sinalizados pelos usuários. Em 2013, houve uma ligeira queda na avaliação positiva dos usuários, em razão das intervenções da obra de duplicação na BR-116, entre Pelotas e Camaquã.

AÇÕES DE SEGURANÇA VIÁRIA GRI PR1

A conservação e a manutenção das boas condições de uso das rodovias administradas pela EcoRodovias são condições irrevogáveis para o desempenho do Grupo e estão previstas nos contratos de concessão. As empresas investem permanentemente em projetos para melhorar a estrutura das vias e adotam as práticas mais modernas e eficientes no que diz respeito à qualidade e à segurança – incluindo os requisitos da certificação OHSAS 18001, sobre saúde e segurança no trabalho. Entre as iniciativas comuns, destacam-se:

- tecnologia inovadora de pavimentação (asfaltos com adição de pó de borracha de pneus inservíveis e de polímeros);
- soluções de ponta em segurança (barreiras e elementos atenuadores de impacto);
- melhorias no traçado (limpeza, pintura e paisagismo das estradas);

- indicadores do processo de segurança e fluidez, que medem mensalmente índices de acidentes, de feridos e de mortes, uma referência para as ações de melhoria contínua.

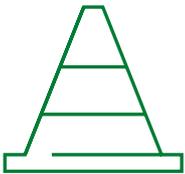
As concessionárias do Grupo adotam ainda uma série de outras práticas para manter a segurança nas estradas concedidas, voltadas para os usuários e também para os funcionários que realizam serviços ao longo das vias:

- execução de operação tapa-buraco em toda a via; planos de revestimento asfáltico; melhorias da estrutura e do paisagismo da rodovia;
- aplicação de adesivos refletivos em bicicletas de moradores e funcionários de empresas parceiras, para aumentar a visibilidade dos motoristas. A concessionária desenvolve campanhas de segurança no trânsito, em parceria com os órgãos municipais de trânsito e o policiamento rodoviário (estadual e federal);
- treinamentos de direção defensiva, sinalização viária e simulados de acidentes; desenvolvimento do Programa de Prevenção e Redução de Acidentes (PPRA), com o objetivo de reduzir o número de ocorrências na estrada;
- treinamentos de combate a incêndio e campanhas de segurança no trânsito.



90,3%

foi a melhor avaliação realizada por usuários de uma rodovia administrada pelo Grupo



R\$ **22 mi**

foram investidos em obras não previstas em contrato nas rodovias da EcoRodovias



Ecovia



Ecopistas

INVESTIMENTOS ADICIONAIS GRI EC8

A EcoRodovias também realiza investimentos que não estão previstos nos contratos de concessão, seja para atender às demandas de órgãos públicos e garantir a segurança dos

usuários ou para melhorar as condições de limpeza e paisagismo ao longo do percurso das rodovias. Em 2013, foram investidos mais de R\$ 22 milhões nesses tipos de obra, como mostra a tabela abaixo.

INVESTIMENTOS NÃO PREVISTOS EM CONTRATO

EM REAIS (R\$)

Infraestrutura	Investimento
Ecovias	
Melhorias para pedestres km 16 da SP-160	127.000,00
Implantação de defensas metálicas, barreiras de concreto e atenuadores de impacto	2.243.000,00
Implantação de telas e alambrados no SAI	1.434.000,00
Implantação de baias de emergência no SAI	132.000,00
Conservação predial (SAU, bases operacionais e pátio de apoio a caminhoneiro)	2.179.000,00
Implantação de equipamentos de lazer/abrigos de ônibus na SP-150 - km 62	32.000,00
Melhorias Plínio de Queiroz/dispositivo de retorno do km 262	495.000,00
Estudos e projetos - Programa de Redução de Acidentes	118.000,00
Ecopistas	
Tunnel Liner — execução de túnel sob a rodovia, por método não destrutivo, para captação de água pluvial (km 26 da SP-070)	1.629.763,87
Ecovia	
Nova ponte sobre o Rio Sagrado I - km 24	3.752.750,00
Nova ponte sobre o Rio Vermelho - km 9,36	4.500.000,00
Manutenção de passarelas BR-277	1.003.177,70
Implantação de barreiras New Jersey - BR-277, km 31 ao 54	3.187.451,43
Edificações da pista educativa na sede administrativa - BR-277 - km 60,5	506.601,06
Ecocataratas	
Alargamento de viaduto para melhoria do conforto do usuário	186.425,63
Implantação de Tunnel Liner no km 722+590	186.312,63
Fechamento de alça no km 725+500 e implantação de retorno do km 724+584 ao km 724+886 - LE/LD da BR-277	762.700,00
Implantação de placas de sinalização no contorno oeste	46.829,35
Alargamento de curva do km 425+900 ao km 426+100	108.841,42
Ecosul	
Serviços para a Fenadoce	31.819,88
Sinalização da Av. Bento Gonçalves	1.050,00
Melhorias sindicato rural	3.723,00
Total	R\$ 22.667.445,98



6



Desempenho socioambiental

28 horas

—
de treinamento,
por funcionário,
foram dadas nas
concessionárias da
EcoRodovias em 2013

R\$ 5 mi

—
foram investidos pela
EcoRodovias na área
ambiental em 2013,
crescimento de 35% em
relação a 2012

OHSAS 18001

—
Todas as concessionárias
do Grupo são certificadas
pela norma que atesta
a gestão em segurança
no trabalho

Foto: Viveiro de Mudanças - Ecovias

Eficiência na gestão

Responsabilidade e boas práticas corporativas buscam o envolvimento de todos os públicos que se relacionam com a EcoRodovias

64

A atuação do Grupo EcoRodovias na área socioambiental é orientada pelas Diretrizes de Sustentabilidade, política que define as premissas de um modelo de negócio que considera as questões ambientais e socioculturais na estratégia e na gestão da Companhia.

A política divide-se em oito temas principais, que norteiam o relacionamento com os diversos *stakeholders* do Grupo, direcionam as ações para mitigar os impactos ambientais e propõem as melhores práticas referentes a temas como direitos humanos, ética, corrupção e saúde e segurança do trabalho (veja mais em *Políticas corporativas*, na página 32).

A gestão da sustentabilidade na EcoRodovias também se orienta pela Política de Gestão Integrada, para que a Companhia seja reconhecida como empresa responsável nas questões que envolvem o respeito às pessoas e ao meio ambiente.

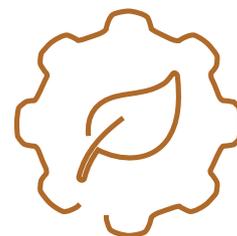
Em relação à qualidade, o foco é a excelência na prestação de serviços, o atendimento a normas, legislações e contratos vigentes e a gestão eficiente de processos. Para tanto, a Companhia possui o Núcleo de Gestão por Processos (NGP), que tem a missão de assegu-

rar o alinhamento das iniciativas ao modelo de gestão, de modo que as ações se desenvolvam de forma sistêmica e estruturada.

No aspecto ambiental, as diretrizes tratam dos vários assuntos relacionados a consumo de recursos naturais, como água e energia, geração e destinação de resíduos e eficiência na emissão de gases de efeito estufa, bem como a proteção da biodiversidade. Considera, também, as várias questões referentes às mudanças climáticas, ao formalizar o compromisso do Grupo com o uso inteligente dos recursos materiais e naturais.

No tocante à responsabilidade social, a empresa aborda temas como relação com público interno, fornecedores e comunidades lindeiras, engajamento das partes interessadas, diversidade, defesa da concorrência e conflito de interesses.

Conheça as diretrizes das políticas da EcoRodovias no endereço www.ecorodovias.com.br/Sustentabilidade/Gestao-Sustentavel.



nossas diretrizes

Política específica de sustentabilidade norteia as ações do Grupo na área socioambiental

PÚBLICOS DE RELACIONAMENTO GRI 4.14 E 4.16

As atividades da EcoRodovias envolvem e impactam diversos públicos de forma positiva e negativa, direta e indiretamente. A relação com esses públicos segue os princípios do Código de Conduta Empresarial e pressupõe os valores ética, respeito e transparência, de modo que a Companhia possa considerar as principais demandas de seus *stakeholders* na estratégia do negócio.

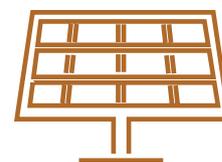
Colaboradores, usuários, fornecedores, comunidades, acionistas, investidores, governo, imprensa, ONGs, instituições financeiras, entidades de classe, empresas controladas e concorrentes são engajados continuamente por meio de diversos canais, que abrangem pesquisas de clima e de satisfação, divulgação de resultados, projetos de responsabili-

dade social e audiências públicas, além dos diversos canais de que a Companhia dispõe para se comunicar com seus públicos, impressos e digitais.

O Grupo conta também com um canal de Ouvidoria para receber denúncias, sugestões, reclamações e outras manifestações de *stakeholders* (leia mais sobre a Ouvidoria no capítulo *Governança corporativa*, página 34).

PODER PÚBLICO GRI S05, S06, S07 E S08

Como operadora de concessões públicas, a EcoRodovias mantém contato frequente com o governo e órgãos reguladores para fornecer informações referentes ao cumprimento de normas e obrigações legais, expressas em contratos ou nas diversas legislações aplicáveis ao setor.



respeito e ética

As relações com os públicos são orientadas pelo Código de Conduta

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Veículo	Público-alvo	Periodicidade
Site institucional	Todos os públicos de interesse da Companhia	Tempo real (online)
Site de RI	Investidores pessoas físicas e institucionais, nacionais e estrangeiros, do Grupo EcoRodovias	Tempo real (online)
Informativo ECOR3	Investidores pessoas físicas do Grupo EcoRodovias	Trimestral
Jornal Gente	Todos os colaboradores da EcoRodovias	Mensal
Mural da Gente	Todos os colaboradores da EcoRodovias	Tempo real (online) Semanal
Boletim da Gente	Colaboradores administrativos	Conforme demanda
Clipping	Todas as lideranças	Segunda a sexta
Rádio Vivaeco	Todos os colaboradores da Ecocataratas, da Ecovia e da Ecosul	Diária
Sites das concessionárias de rodovias	Usuários das concessionárias de rodovias	Tempo real (online)
Twitter das concessionárias de rodovias	Usuários das concessionárias de rodovias	Tempo real (online)
Portal EcoRodovias Revista	Usuários das concessionárias de rodovias	Diária
Revistas EcoRodovias SP e EcoRodovias PR	Usuários de todas as concessionárias de rodovias do Grupo nos estados de SP e PR	Mensal
Revista Ecosul	Usuários da Ecosul	Bimestral
Gente que Lidera	Líderes do Grupo	Boletim sob demanda
Página no Facebook	Usuários de rodovias	Diária

Com a aquisição de novas concessões nos últimos anos, o número de colaboradores cresceu quase três vezes - de 2 mil em 2010 para mais de 5,7 mil em 2013

66

Além disso, todas as empresas controladas são submetidas regularmente à fiscalização e a auditorias externas, conforme legislação vigente, e atuam em conformidade com a Lei Eleitoral 9.504/97, que proíbe a contribuição financeira a campanhas eleitorais, partidos políticos ou instituições correlatas. Pelo mesmo motivo, não participa de *lobbies*, assim como não levanta pretensões no poder concedente se estas não forem entendidas como legítimas e fundamentais.

Essas questões também são abordadas e vetadas pelo Código de Conduta Empresarial do Grupo e se refletem em outros indicadores relacionados: em 2013, a Companhia não foi notificada sobre ações judiciais por concorrência desleal ou práticas de truste e monopólio; da mesma forma, não recebeu multas ou sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos.

GESTÃO DE PESSOAS

Nos últimos anos, a aquisição de concessões rodoviárias e a entrada do Grupo em novos negócios geraram um crescimento exponencial

TOTAL DE TRABALHADORES GRI LA1

POR TIPO DE EMPREGO, CONTRATO DE TRABALHO E REGIÃO

2013	Meio período	Período integral	Total funcionários próprios
SP			
EcoRodovias Infraestrutura	2	36	38
EcoRodovias Conc. Serv.	3	379	382
Ecovias	102	489	591
Ecopistas	—	414	414
Elog Sudeste	4	1.129	1.133
Ecoporto	571	1.125	1.696
PR			
Ecovia	—	157	157
Elog Sul	5	323	328
Ecocataratas	10	317	327
ES			
ECO101	—	197	197
RS			
Ecosul	—	310	310
Elog Sul	—	186	186
Total	697	5.062	5.759
2012			
Elog	10	1.867	1.877
Tecondi	366	1.395	1.761
SP			
EcoRodovias Infraestrutura	2	32	34
EcoRodovias Conc. Serv.	—	322	322
Ecovias	105	480	585
Ecopistas	—	364	364
PR			
Ecovia	—	160	160
Ecocataratas	8	304	312
ES			
ECO101	—	5	5
RS			
Ecosul	—	295	295
Total	491	5.224	5.715

2011	Meio período	Período integral	Total funcionários próprios
SP			
EcoRodovias Infraestrutura	3	28	31
EcoRodovias Conc. Serv.	2	293	295
Ecovias	110	489	599
Ecopistas	0	332	332
Elog	—	—	—
Ecopátio Cubatão	—	—	—
PR			
Ecovia	—	154	154
Ecocataratas	9	303	312
RS			
Ecosul	1	281	282
Total	125	1.880	2.005



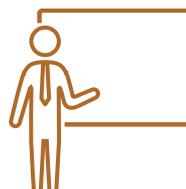
73%

dos funcionários da EcoRodovias trabalham no estado de São Paulo

do número de colaboradores - de pouco mais de 2 mil, em 2010, para mais de 5,7 mil, em 2013. Esse cenário motivou a EcoRodovias a rever seu modelo de gestão de pessoas e a investir em uma visão mais estratégica e estruturada, de modo que pudesse criar as condições necessárias para continuar crescendo com uma cultura organizacional integrada e de alta performance.

Em 2013, a consolidação da Diretoria de Gestão de Pessoas, com reporte direto à presidência, representou um avanço importante nessa direção. A principal missão da área é olhar para os diferentes negócios do Grupo de forma sistêmica e garantir que todos operem dentro de um mesmo modelo, compartilhado e colegiado, capaz de atender às demandas e às especificidades de cada unidade.

Em um primeiro momento, o foco é investir no desenvolvimento profissional dos colaboradores e na capacitação das lideranças, para que elas estejam preparadas para conduzir os negócios diante de qualquer cenário e com os melhores resultados possíveis.



nova diretoria

Gestão de Pessoas tem a missão de trazer o mesmo olhar para os diferentes negócios do Grupo

Dessa forma, o ano de 2013 foi um período de revisão dos investimentos em desenvolvimento, capacitação e treinamento, para preparar as mudanças que serão implementadas em 2014. Um exemplo está na redefinição dos participantes de MBAs e programas oferecidos pela Companhia, a fim de garantir a adequação do perfil da pessoa à proposta do curso em questão.

CLIMA ORGANIZACIONAL

A Pesquisa de Clima Organizacional é realizada desde 2005 para entender as necessidades e a percepção dos colaboradores a respeito da Companhia. O objetivo é avaliar a motivação e a satisfação dos profissionais em relação ao ambiente de trabalho e criar comitês para o desenvolvimento e acompanhamento de planos de ação.

Os comitês de clima são formados por gestores e colaboradores convidados. Esse modelo tem o propósito de estreitar a relação e criar um vínculo de confiança entre líderes e liderados. A partir de 2011, a pesquisa passou a ser realizada a cada dois anos. Em 2013 não foi aplicada pesquisa de clima.

Probem

Há dois anos, o Grupo EcoRodovias implementou o Programa para o Bem-Estar do Colaborador (Probem), voltado para funcionários e familiares que necessitam do apoio de profissionais das áreas de psicologia, psiquiatria, assistência social e jurídica e consultoria financeira.

Um psicólogo ou assistente social é colocado à disposição para atender os colaboradores por meio de uma

central de atendimento externa (0800), que analisa a situação e a encaminha para uma rede composta de mais de 4 mil profissionais. O programa oferece acompanhamentos periódicos a partir da primeira consulta. Em 2013, 43 pessoas foram atendidas pelo programa, além do apoio a incidentes críticos.

NÚMERO TOTAL E TAXA DE ROTATIVIDADE DE EMPREGADOS LA2 POR FAIXA ETÁRIA E GÊNERO

	Ativos	Demitidos	Taxa
Ecovias			
Gênero			
Feminino	318	95	29,87%
Masculino	273	62	22,71%
Faixa etária			
18 a 35	383	124	32,38%
36 a 45	141	25	17,73%
46 a 60	62	8	12,90%
Acima de 60 anos	5	0	0,00%
Total	591	157	26,57%

	Ativos	Demitidos	Taxa
Ecopistas			
Gênero			
Feminino	295	133	45,08%
Masculino	119	40	33,61%
Faixa etária			
18 a 35	347	155	44,67%
36 a 45	55	16	29,09%
46 a 60	11	2	18,18%
Acima de 60 anos	1	0	0,0%
Total	414	173	41,79

	Ativos	Demitidos	Taxa
Ecovia			
Gênero			
Feminino	58	19	32,76%
Masculino	99	21	21,21%
Faixa etária			
18 a 35	102	29	28,43%
36 a 45	38	9	23,68%
46 a 60	15	2	13,33%
Acima de 60 anos	2	0	0,0%
Total	157	40	25,48%

	Ativos	Demitidos	Taxa
Ecocataratas			
Gênero			
Feminino	152	35	23,03%
Masculino	175	55	31,43%
Faixa etária			
18 a 35	244	77	31,56%
36 a 45	71	11	15,49%
46 a 60	11	2	18,18%
Acima de 60 anos	1	0	0,0%
Total	327	90	27,52%

Programas de treinamento e capacitação passaram por reestruturação em 2013, para se adequar a modelo voltado para todos os funcionários

	Ativos	Demitidos	Taxa
Ecosul			
Gênero			
Feminino	141	18	12,77%
Masculino	169	27	15,98%
Faixa etária			
18 a 35	193	30	15,54%
36 a 45	81	11	13,58%
46 a 60	33	3	9,09%
Acima de 60 anos	3	1	33,33%
Total	310	45	14,52%



Ecovias

TREINAMENTO E EDUCAÇÃO

O Grupo EcoRodovias investe em treinamentos para suprir as necessidades de todo o quadro de colaboradores, com programas técnico-operacionais, comportamentais e de liderança, segurança do trabalho e qualidade e meio ambiente, entre outros. As iniciativas voltadas para o desenvolvimento profissional incluem treinamentos *online* e externos e bolsas de estudos e idiomas.

Ao longo de 2013, os programas de treinamento e capacitação do Grupo passaram por uma reestruturação, a fim de atender a um modelo de educação corporativa que visa ao desenvolvimento dos colaboradores de todos os níveis, iniciando pela Escola de Líderes.

Essa revisão faz parte da estratégia que busca trazer um olhar mais abrangente para a gestão de pessoas e tem o objetivo de aprimorar os projetos existentes, bem como desenvolver novas iniciativas nessa área. A previsão é que eles sejam implementados e executados em 2014.

MÉDIA DE HORAS DE TREINAMENTO GRI LA10

POR ANO, POR EMPREGADO

	Funcionários por categoria	Horas de treinamento	Horas por funcionário
2013			
Diretoria	15	256	17,07
Gerência	41	965	23,54
Assessor	12	332	27,67
Coordenador	78	3.070	39,36
Administrativo	441	18.681	42,36
Atendimento	1.631	137.974	84,59
Estagiários	5	57	11,40
Terceiros	0	0	0
Aprendizes	35	428	12,23
2012			
Diretoria	14	373	26,6
Gerência	25	1639	65,6
Assessor	14	370	26,4
Coordenador	65	6.566	101,0
Administrativo	368	21.207	57,6
Atendimento	1.586	50.222	31,7
Estagiários	3	108	36,0
Terceiros	0	0	0
Aprendizes	20	714	35,7
2011			
Diretoria	12	359	29,93
Gerência	22	1.143	51,97
Assessor	15	729	48,62
Coordenador	60	4.739	78,99
Administrativo	393	23.081	58,73
Trainee	4	75	18,63
Atendimento	1.496	72.586	48,52
Estagiários	2	14	7,00
Aprendizes	1	2	1,50



Primeiro Seminário de Líderes EcoRodovias



160 mil

horas de treinamento foram dadas aos colaboradores em 2013, média de 28 horas por funcionário

ACADEMIA CORPORATIVA

Em 2013, o Grupo EcoRodovias revisou seu programa de treinamentos e criou um novo modelo de capacitação de colaboradores, chamado Academia Corporativa, em substituição à Academia de Competências (ferramenta de gestão que permitia a realização de treinamentos específicos, voltada para o público interno). A Academia Corporativa foi estruturada ao longo do ano e será lançada em 2014, com atuação em três frentes principais: Escola de Líderes, Escola Operacional e Escola de Excelência. Em 2013 ocorreu a fase de estruturação das escolas, para lançamento em 2014.

ANÁLISE DE DESEMPENHO LA12

A área de Desenvolvimento Humano está desenhando novos processos para a metodologia do programa de análise de desempenho e, em 2013, realizou a aquisição de um novo sistema, que atenderá plenamente às necessidades da empresa e facilitará o acesso dos colaboradores.

SALÁRIOS E BENEFÍCIOS GRI LA3

O Grupo EcoRodovias oferece benefícios a todos os colaboradores que trabalham em regime de meio período ou turno integral. O valor do vale-alimentação/restaurante é proporcional à carga horária trabalhada e à localização. Os temporários recebem de acordo com o contrato estabelecido com a empresa contratada.

BENEFÍCIOS

Assistência odontológica
Cônjuge e filhos até 24 anos

Auxílio-creche

Auxílio-funeral

Auxílio-funeral agregados
Pai e mãe acima de 70 anos

Benefício de proteção familiar
Cônjuge e filhos
- custo 100% colaborador

Check-up executivos

Complementação auxílio-doença

Convênio farmácia
Cônjuge - custo 100% colaborador

Empréstimo consignado

Fretado

Licença-funerária

Licença-maternidade

Licença-paternidade

Plano de previdência privada

Programas de qualidade de vida

Seguro de vida

Seguro-saúde
Cônjuge e filhos até 24 anos

Seguro-viagem

Subsídio restaurante

Vale-alimentação/restaurante

Vale-transporte

VARIAÇÃO DA PROPORÇÃO DO SALÁRIO MAIS BAIXO COMPARADO AO SALÁRIO MÍNIMO LOCAL GRI EC5

2013

	Ecovia	Ecocataratas	EIL	ECS	Ecovias	Ecopistas	Ecosul
Salário mínimo local ¹	R\$ 678,00	R\$ 678,00	R\$ 678,00	R\$ 678,00	R\$ 678,00	R\$ 678,00	R\$ 678,00
Salário mais baixo ²	R\$ 771,00	R\$ 788,00	R\$ 1.150,00	R\$ 929,00	R\$ 883,00	R\$ 716,00	R\$ 759,00
Relação entre o menor salário e o salário mínimo local	1,14	1,16	1,70	1,37	1,30	1,06	1,12
Porcentagem dos colaboradores ³ que recebem esse salário	7,01%	0,31%	5,26%	0,26%	35,03%	70,77%	0,65%

¹ Em 31 de dezembro de 2013.

² Não considera salários de estagiários, aprendizes, terceiros e funcionários meio período.

³ Em relação ao total de colaboradores de cada unidade.

72



21 mulheres

ocupavam cargo de gerência em 2013; em 2012, elas eram apenas 12

PLANO DE PREVIDÊNCIA GRI EC3

Os colaboradores que mantêm vínculo empregatício há mais de três meses têm duas opções de investimento em previdência: o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

As contribuições por parte da empresa variam de acordo com o salário nominal do colaborador, sendo 1% para os que recebem até R\$ 3.193,42 e de 3% a 10% para os que estão acima dessa faixa. O plano tem adesão de 60% dos colaboradores e, em 2013, passou por uma revisão com o objetivo de modernizá-lo e otimizar seus recursos.

DIVERSIDADE

A EcoRodovias entende que a promoção da diversidade é fundamental para manter um ambiente de trabalho motivador, aberto a diferentes opiniões e que valoriza as experiências individuais dos colaboradores. A Companhia dissemina o respeito à diversidade de gêneros e à igualdade de oportunidades em todas as empresas controladas e elenca a equidade como princípio básico em seu Código de Conduta. Isso significa que todos os profissionais devem ter tratamento igualitário e antidiscriminatório, assim como usuários, fornecedores, prestado-

CONTRIBUIÇÕES NO PLANO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS GRI EC3

2011 R\$ 1.197.562,32

2012 R\$ 1.536.782,20

2013 R\$ 2.248.229,62

res de serviços, investidores e demais públicos de relacionamento.

Além disso, prevê como prática inaceitável todo e qualquer tipo de discriminação, seja de cunho econômico, social ou político ou de cor, raça, sexo ou religião, bem como o assédio sexual ou, ainda, assédio moral de qualquer natureza. A violação ao Código de Conduta Empresarial pode expor o infrator à acusação civil ou criminal ou, ainda, a ações disciplinares corretivas, incluindo a rescisão do contrato de trabalho.

DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE FUNCIONÁRIOS GRI LA13

POR FAIXA ETÁRIA

	2011	2012	2013
Menores de 18 anos	1	66	1
De 18 a 35 anos	1.438	3.739	3.680
De 36 a 45 anos	414	1.326	1.382
De 46 a 60 anos	144	633	649
Acima de 60 anos	8	41	47

Ao longo dos anos, o número de mulheres em cargo de liderança teve um crescimento importante no Grupo, mas ainda há o desafio de aumentar a participação delas na alta direção

TOTAL DE COLABORADORES GRI LA13

POR CATEGORIA FUNCIONAL, GÊNERO E MINORIA

	Conselho	Diretoria	Gerência	Assessor	Coordenador
2011					
Mulheres	0	0	1	4	15
Negros	0	0	0	1	4
Pessoas com deficiência	0	0	0	0	0
Acima de 60 anos	0	1	0	1	0
2012					
Mulheres	0	0	12	5	38
Negros	0	0	1	1	4
Pessoas com deficiência	0	0	0	1	0
Acima de 60 anos	0	1	2	1	0
2013					
Mulheres	0	0	21	4	45
Negros	0	0	8	1	27
Pessoas com deficiência	0	0	0	0	0
Acima de 60 anos	2	2	2	3	0



TOTAL DE COLABORADORES LA13

POR CATEGORIA FUNCIONAL, GÊNERO E MINORIA

	Atendimento	Estagiários	Terceiros	Aprendizes
2011				
Mulheres	712	0	0	1
Negros	303	0	0	0
Pessoas com deficiência	29	0	0	0
Acima de 60 anos	6	0	0	0
2012				
Mulheres	1.168	7	0	36
Negros	325	1	0	1
Pessoas com deficiência	86	0	0	1
Acima de 60 anos	30	0	0	0
2013				
Mulheres	1.185	10	0	31
Negros	1.602	6	0	2
Pessoas com deficiência	83	0	0	1
Acima de 60 anos	34	0	0	0

75

PROPORÇÃO DO SALÁRIO-BASE ENTRE HOMENS E MULHERES LA14

POR CATEGORIA FUNCIONAL

	M	H	Relação mulheres/homens ¹		M	H	Relação mulheres/homens ¹
Administrativo				Gerência			
Analista júnior	16	9	-8,12%	Gerente	6	14	-3,21%
Analista pleno	23	31	4,69%	Gerente sênior	5	28	10,48%
Analista sênior	5	6	-5,60%	Gerente júnior	1	1	0,00%
Assistente júnior	17	17	-5,28%	Coordenador			
Assistente pleno	27	25	3,03%	Serviços administrativos	18	30	-1,65%
Assistente sênior	18	14	6,56%	Serviços técnicos ²	—	—	—
Especialista	3	11	-7,28%	Serviços operacionais	1	12	-37,38%
Atendimento	713	530	-9,08%				
Diretoria²	—	—	—				

¹ Sinais negativos significam que a mulher recebe menor salário que o homem para a mesma função. Positivos, a mulher recebe maior salário que o homem.

² Cargos em que não há comparação entre homens e mulheres.

SEGURANÇA NO TRABALHO LA6, LA7, LA8, LA9 E PR2

Segurança no trabalho é um tema que exige atenção especial das empresas de infraestrutura e logística, pela natureza da atividade. Na EcoRodovias, esse compromisso é formalizado pelo Sistema de Gestão Integrado, que trata sobre a saúde e a integridade física dos colaboradores e prestadores de serviço do Grupo, além de monitorar indicadores e descrever as responsabilidades da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) e do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT).

Todas as empresas concessionárias da EcoRodovias são certificadas pela OHSAS 18001 (norma internacional que atesta a gestão da segurança no trabalho) e buscam a melhoria contínua na abordagem do tema. Também seguem os programas corporativos e contam com iniciativas próprias, desenvolvidas de acordo com as necessidades específicas da região em que atuam.

76

As Cipas são constituídas anualmente, em atendimento à legislação vigente, e têm a função de atuar de forma integrada na gestão do tema e na prevenção de incidentes e de doenças ocupacionais. Todos os funcionários são representados pela comissão, que também auxilia na investigação de incidentes e possui conhecimento e habilidade para a prestação de primeiros socorros, bem como a evacuação de áreas com sinistro. Já o SESMT é composto de médicos, enfermeiros, engenheiros e técnicos em segurança do trabalho, cuja função é trabalhar no atendimento diário e na promoção de treinamentos sobre o tema.

Os acordos formais com sindicatos também incluem cláusulas de saúde e segurança no trabalho e incluem temas como equipamentos de proteção individual (EPIs), Cipa, comunicação de acidentes de trabalho, vistorias de segurança, treinamento e educação e sistemas de reclamação.

A EcoRodovias realiza ainda uma série de ações relacionadas à saúde e à segurança do trabalho, como os diálogos de segurança, a elaboração de mapa de riscos e a Semana Interna de Prevenção de Acidentes (Sipat), com a participação dos terceiros em reuniões mensais. Em

SIPAT

2013

	Número de funcionários	Número de funcionários que participaram da Sipat	Percentual de colaboradores
Ecovias	540	318	58,80%
Ecopistas	380	369	97,11%
Ecovia	157	109	70,00%
Ecocataratas	317	275	87,00%
Ecosul	310	236	76,27%
ECS	382	324	85,00%
Total	2.086	1.631	78,19%

**433**

dias com faltas foram registrados em 2013; em 2012, foram 731 dias

2013, a Sipat teve a participação de 78,2% dos colaboradores de todas as unidades.

Outros programas corporativos relacionados ao tema são Saúde Ativa (que atua na prevenção de doenças e é destinado a todos os colaboradores), Probem (veja mais na página 68), cursos pré-natal, ginástica laboral e Saúde do Caminhoneiro.

FORNECEDORES RELACIONADOS

EC6, HR2, HR6 E HR 7

A relação com os fornecedores é orientada pelo Código de Conduta Empresarial, e os acordos celebrados com os parceiros comerciais incluem cláusulas sobre a utilização de mão de obra infantil, trabalho escravo ou análogo ou qualquer outra forma de violação dos direitos humanos, sob pena de rescisão imediata de contrato, conforme Anexo Condições Gerais de Contratação de Serviços.

Desde 2012, o Grupo utiliza uma ferramenta para cadastro e avaliação de fornecedores que funciona como um grande banco de dados. Isso permite adoção de critérios de seleção, avaliações constantes para qualificar o desempenho



Viveiro de Mudanças - Ecovias

MEMBROS DA CIPA
POR ANO E CONCESSIONÁRIA

	2011	2012	2013
Representantes da Cipa			
Ecovias	12	12	12
Ecopistas	8	8	8
Ecovia	8	8	8
Ecocataratas	17	17	16
Ecosul	2	2	2
ECS	0	2	2
Técnicos de segurança do trabalho			
Ecovias	3	3	3
Ecopistas	2	2	2
Ecovia	1	1	1
Ecocataratas	2	2	2
Ecosul	2	2	2
ECS	1	1	1

acidente zero

Nos últimos três anos, o Grupo não registrou nenhum óbito

OCORRÊNCIAS RELACIONADAS A SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO NA ECORODOVIAS LA7

	2011	2012	2013
Número de lesões	60	70	88
Casos de doenças ocupacionais	1	0	23
Número de dias perdidos	859	498	511
Total de dias com faltas	749	731	433
Número de óbitos	0	0	0

ORÇAMENTO TOTAL
DO PROCESSO DE COMPRAS
COM FORNECEDORES LOCAIS EC6
EM %

Concessionária	%
Ecovias	93%
Ecopistas	92%
Ecovia	56%
Ecocataratas	36%
Ecosul	70%

As ações com as comunidades lindeiras têm foco na geração de emprego, nas campanhas de educação no trânsito e nos projetos de conservação do meio ambiente

78



35 mil

pessoas foram beneficiadas pelo programa De Bem com a Via desde 2008

dos prestadores de serviço, automatização e acompanhamento da validade de documentos e certidões, homologações relacionadas às leis trabalhista, tributária, ambiental e de direitos humanos e bloqueio de fornecedores irregulares ou com histórico de avaliações negativas.

Além disso, todas as empresas contratadas participam do treinamento do Sistema de Gestão Integrado (SGI), como forma de se alinhar aos princípios e às normas de governança da EcoRodovias. Um treinamento específico é direcionado aos profissionais terceirizados que prestam serviços variados, como os de guincho, segurança e vigilância, socorro pré-hospitalar e operação de tráfego.

A Companhia não adota uma política formal que dê preferência à contratação de fornecedores locais, mas sempre busca empresas localizadas próximo às unidades de negócio para facilitar o desenvolvimento do projeto, considerando, além do custo, a qualidade técnica do serviço prestado. Dessa forma, a maior parte das necessidades das empresas controladas acaba sendo suprida localmente.

A EcoRodovias participa do projeto Inovação e Sustentabilidade na Cadeia de Valor (ISCV), que visa promover a inovação para a sustentabilidade a partir de pequenos e médios empreendimentos no contexto da cadeia de valor das grandes empresas. O foco em negócios de pequeno porte que operam na cadeia de grandes corporações se justifica diante da sua representatividade na economia brasileira e do seu potencial de contribuição para a inovação e sustentabilidade nas cadeias das quais fazem parte.

COMUNIDADES LINDEIRAS EC7, EC9 E S01

O relacionamento com as comunidades lindeiras envolve diversos projetos voltados para o desenvolvimento local, com foco na geração de empregos, nas campanhas sobre saúde, segurança e educação no trânsito e nos projetos de conservação do meio ambiente.

Essa relação também se apoia nos canais de comunicação que cada unidade de negócio mantém com as pessoas que moram nos arredores das rodovias e/ou são impactadas pelas atividades da EcoRodovias.

A EcoRodovias tem como meta realizar pelo menos um projeto social em cada unidade de negócio, como exemplificam os programas citados abaixo.

ECOVIAS DOS IMIGRANTES

De Bem com a Via Propõe ações voltadas à educação para o trânsito. Uma equipe multidisciplinar atua em três eixos principais: Minipista (localizada nas dependências da Ecovias dos Imigrantes), Comunidade e Escolas. Desde 2008, foram atendidas mais de 35 mil pessoas, incluindo crianças, jovens e adultos. Em 2013, o projeto ampliou sua atuação e passou a promover a educação para o trânsito dentro das escolas localizadas no entorno do SAI. O público-alvo, que até então era composto de crianças, agora inclui adolescentes e adultos.

Viveiro de Mudas Projeto de compensação ambiental que promove a inclusão de colaboradores com deficiência intelectual. Foi criado em 2008 para viabilizar a produção de espécies nativas da Mata Atlântica, que são utilizadas na recuperação e no replantio de áreas desmatadas e em projetos paisagísticos das rodovias do Sistema Anchieta-Imigrantes. Mais de 2 milhões de metros quadrados de áreas verdes foram recuperados, com a produção de mais de 500 mil mudas. Com isso, reduziu-se em 50% o custo de reflorestamento.

ECOVIA

Centro de Cidadania – Pista Educativa

Estrutura de 1,5 mil metros quadrados voltada para o aprendizado de crianças de escolas situadas em cidades no entorno da concessionária. O ambiente simula grande parte das condições encontradas em uma via pública, como cruzamentos, faixa de pedestres, placas de sinalização e ciclovias. No Brasil, acidentes de trânsito estão entre as principais causas de morte de crianças e adolescentes.

Saúde do Caminhoneiro Tem como meta a redução de acidentes ao focar a saúde e conscientização dos motoristas de caminhão. O programa oferece exames de saúde, orientações sobre DST/aids e diagnóstico precoce de câncer, entre outros.

ECOCATARATAS

Reinventar Há quatro anos, a concessionária apoia esse projeto voltado para a capacitação de pessoal por meio da preservação do meio ambiente. Lonas de publicidade, antes descartadas em lixo comum, tornaram-se matéria-



Ecovia



3mil

Crianças já participaram do projeto de educação infantil no trânsito da Ecosul

-prima para a confecção de peças, como bolsas, nécessaires etc. Em 2013, foram confeccionadas 350 unidades. O sucesso do projeto motivou outras unidades do Grupo a planejar a implantação de programa semelhante.

Jogue Limpo Desde 2014, os baldes de tinta utilizados para a pintura de sinalização nas rodovias passaram a ser revertidos como lixeiras ecológicas, depois de devido tratamento, e destinados às escolas municipais de Cascavel (PR). Ao longo de quatro anos, 1.323 baldes foram reutilizados em 32 escolas que implantaram a coleta seletiva em suas dependências.

ECOSUL

Viver é o Bicho Há dois anos, a concessionária criou esse programa voltado à preservação animal. A meta é conscientizar motoristas e donos de animais sobre as invasões de bichos nas rodovias. Neste período, 68 cavalos receberam assistência veterinária e 30 charretes foram adesivadas.

Educação Infantil no Trânsito Criado há seis anos, o projeto se concentra na educação de crianças, futuros motoristas, para uma direção defensiva e correta. A didática do programa se baseia inicialmente em uma palestra e depois em uma parte prática constituída por uma minipista instalada na sede da Ecosul. Nesse ambiente, os alunos têm a oportunidade de vi-

Ecoviver amplia o foco

80

O Ecoviver é um programa corporativo da EcoRodovias que difunde e incentiva, de forma multidisciplinar, boas práticas na disposição e destinação de resíduos para alunos de escolas públicas. Em 2013, o projeto expandiu seu foco e passou a trabalhar com outros temas da sustentabilidade, conscientizando crianças e jovens sobre a importância de reduzir o consumo de água e energia, por exemplo. As atividades acontecem dentro e fora das salas de aula, e geraram resultados expressivos nos últimos anos. Ao todo, 22 municípios participaram do projeto, com *workshops* de formação e oficinas de arte para professores, mostras nas escolas e bairros em que estão instaladas e apresentações de teatro profissional em cinco cidades, além das participantes efetivas do projeto.

Outras ações específicas são adotadas nas demais empresas concessionárias do Grupo. Na Ecovia, está em estudo a implementação de programas geradores de renda, como o Projeto Reinventar. Adotado na Ecocataratas desde 2010, o Reinventar contribui para a inclusão social de costureiras da cidade de Cascavel (PR) ao reutilizar lonas de publicidade que antes eram descartadas no lixo comum.

Todas as concessionárias de rodovias do Grupo (exceto a ECO101, recém-conquistada) são signatárias do Pacto Empresarial Contra Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, por meio do Programa Na Mão Certa, iniciativa da Childhood Brasil que tem a meta de mobilizar governos, empresas e organizações do terceiro setor em torno do enfrentamento mais eficaz da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras.

Além disso, as concessionárias realizam diversas campanhas educativas e ações preventivas, que incluem palestras sobre o tema “Caminhoneiros Unidos Contra a Exploração Sexual Infantil”, estações de divulgação com lonas e *banners* e distribuição do Guia Na Mão Certa, camisetas e folhetos.

O Grupo não possui uma política formal para contratação de mão de obra local, mas conta com um alto percentual de colaboradores cujo estado de nascimento é o mesmo que o de trabalho, como mostra a tabela a seguir. Na Ecopistas, por exemplo, mais de 90% dos funcionários são oriundos de contratação local, assim como os terceiros.

venciar a condução semelhante a uma rodovia. Ao longo do tempo, mais de 60 escolas e quase 3 mil crianças participaram desse programa.

ELOG

Logística Solidária Feito em parceria entre a Elog e a ONG Prato Cheio, o projeto atende cerca de 7 mil pessoas. A Prato Cheio faz a captação dos doadores de alimentos e seleciona entidades aptas a receberem essa alimentação. Todo o transporte desse alimento entre os postos de coleta e as entidades cadastradas é feito pela Elog.

Em 2013, foram coletadas mais de 14 toneladas de alimentos, em 22 pontos, e distribuídas a mais de 7 mil pessoas, de 52 entidades.

Há dois anos,
o projeto *Viver é o Bicho* conscientiza motoristas e donos de animais sobre as invasões de bichos nas pistas

CONTRATAÇÃO LOCAL E PROPORÇÃO DE MEMBROS DA ALTA GERÊNCIA¹ RECRUTADOS NA COMUNIDADE LOCAL^{EC7}

	Membros de alta gerência			Membros de alta gerência provenientes da comunidade local			%		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013
ECS	14	17	28	2	9	15	14,3%	52,9%	53,6%
Infra	12	13	15	2	6	11	16,7%	46,2%	73,3%
Ecovias	7	7	8	0	4	6	0%	57,1%	75%
Ecopistas	5	5	5	1	2	2	20%	40%	40%
Ecovia	3	5	5	2	5	5	66,7%	100%	100%
Ecocataratas	4	3	4	5	1	4	125%	33,3%	100%
Ecosul	4	3	4	5	1	0	125%	33,3%	0%

¹ Alta gerência: gerentes e diretores-superintendentes.



Usina de asfalto

82 Gestão ambiental

A gestão ambiental no Grupo EcoRodovias segue as Diretrizes de Sustentabilidade e tem como compromisso a adoção das melhores práticas para conservação e mitigação de impactos no meio ambiente. Nesse aspecto, o Sistema de Gestão Integrado (SGI) estabelece metas para aprimorar a gestão dos recursos naturais, estimular a aplicação de alternativas menos poluentes, reduzir o consumo de insumos e materiais e destinar corretamente os resíduos provenientes das atividades da Companhia. A aplicação e o monitoramento desses indicadores são de responsabilidade do Sistema de Gestão Integrado (SGI).

A implantação e o gerenciamento das ações ambientais na EcoRodovias são de responsabilidade da Assessoria de Sustentabilidade, área que também orienta a atuação das Coordenadorias de Sustentabilidade de todas as empresas controladas, definindo metas e compromissos relacionados ao tema.

O trabalho de monitoramento dos indicadores e aprimoramento das práticas de gestão também considera as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e o reporte do balanço social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Juntas, essas ferramentas orientam o cumprimento de diversos requisitos socioambientais e auxiliam a empresa a fortalecer sua gestão.

Dessa forma, o Grupo conquistou importantes certificações (como ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001) e manteve-se pelo terceiro ano consecutivo no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, que reúne as empresas com as melhores práticas socioambientais e de governança.

A EcoRodovias também é membro efetivo da plataforma Empresas pelo Clima (EPC), que auxilia as lideranças empresariais a adotarem práticas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), na gestão de riscos climáticos e na posição de políticas públicas no que se refere às mudanças climáticas. A diminuição das emissões de CO₂ é meta permanente na EcoRodovias, atrelada, por sinal, à remuneração variável da alta direção. Em 2013, as



menos emissões

As emissões relativas de escopo 1 caíram 6% em 2013, acima da meta de 3%



emissões do escopo 1 foram reduzidas em 6,1%, acima da meta, de 3%, estabelecida para o período.

LABORATÓRIO DE PAVIMENTAÇÃO

Em 2008, o Grupo EcoRodovias lançou uma iniciativa inédita no setor de concessão rodoviária ao criar o primeiro laboratório de estudos de pavimentação do Brasil, credenciado pelo Instituto Nacional de Meteorologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) na norma ISO/IEC 17025. Naquele ano, contratou uma consultoria especializada na ISO/IEC 17025 e iniciou a participação em Programas Interlaboratoriais de Asfalto. Em abril de 2010, após a avaliação do Inmetro, o laboratório foi recomendado para a acreditação na norma.

Em 2013, o Grupo teve oito ensaios com acreditação mantida, a partir de nova avaliação dos auditores do órgão. Algumas evoluções na estrutura do laboratório que têm algum tipo de relação com a atuação de acordo com a NBR ISO 17025 e o processo de acreditação:

- em 2013, foi incorporado mais um auxiliar de laboratório à equipe interna, que assumiu mais responsabilidades sobre a Gestão da Qualidade. Isso ocorre de forma progressiva desde 2011, diminuindo a dependência da consultoria que apoia a Companhia nesse trabalho;
- após a acreditação, em 2010, buscou-se aumentar o papel de laboratório de apoio às demais unidades de concessão. Esse incremento ficou claro na participação que as demais empresas controladas tiveram em relação aos ensaios realizados para a Ecovias dos Imigrantes (onde o laboratório está instalado). Em 2010, tínhamos um percentual de 16% de ensaios para as demais unidades em relação ao total, e nos três anos subsequentes esse percentual variou entre 23% e 40%. Cabe ressaltar que, como fisicamente os ensaios de rotina devem ser feitos nos laboratórios locais das concessionárias, o papel do laboratório na EcoRodovias Concessões é ratificar a veracidade dos resultados dos ensaios, bem como desenvolver projetos e estudos específicos sobre novos materiais e tecnologias. Em alguns casos específicos, é

As concessionárias têm laboratórios locais para realizar testes com asfalto, e os ensaios são ratificados e verificados pelo Laboratório de Pavimentação, que também estuda novas tecnologias e materiais

complementada a caracterização de materiais em razão de algum ensaio não realizado pelos laboratórios locais;

- nos últimos dois anos, foram realizados ensaios interlaboratoriais entre a EcoRodovias Concessões e as demais concessionárias.

O objetivo é realizar novos ensaios com os seguintes destaques:

- materiais asfálticos;
- ponto de amolecimento - método anel e bola;
- pontos de fulgor e de combustão em vaso aberto Cleveland - derivados de petróleo;
- viscosidade em temperaturas elevadas usando um viscosímetro rotacional - material asfáltico;
- viscosidade Saybolt Furol - materiais betuminosos.

MITIGAÇÃO DE IMPACTOS EN26, EN7 E EN18

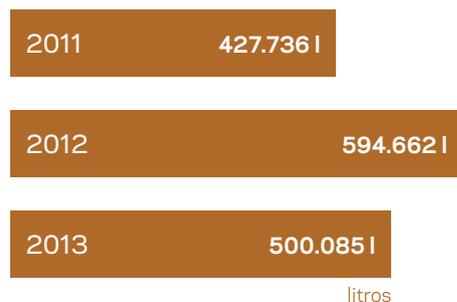
A gestão ambiental do Grupo promove uma série de ações para mitigar o impacto negativo de suas atividades no meio ambiente, monitoradas por meio de indicadores e com metas específicas para cada unidade de negócio.



monitoramento

Além do ISE, o Grupo adere a várias iniciativas para fazer a gestão de suas operações

A EcoRodovias utiliza fresados de asfalto para a contenção de encostas, fundações, camadas de pavimento, acessos rodoviários e pátios

MATERIAIS UTILIZADOS^{EN1}

- TINTA VIÁRIA À BASE DE ÁGUA
- TINTA VIÁRIA À BASE DE SOLVENTE
- LIGANTES (COMO CM30, RC 1C, CAP, ECOFLEX)
- AGREGADOS
- PAPEL PARA IMPRESSÃO DOS TÍQUETES DO PEDÁGIO

84

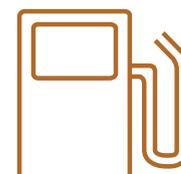
Uso de materiais As empresas controladas utilizam papel reciclado nas impressões e são incentivadas a abastecer os veículos com etanol. Também utilizam fresados de asfalto para contenção de encostas, fundações, camadas de pavimento, acessos rodoviários e pátios. Na Ecovia, por exemplo, foram reaproveitados 14.639,88 m³ de material fresado em 2013. Na Ecocataratas, 100% da frota *flex* utilizou etanol como combustível no período.

Uso de água O Grupo promove campanhas de conscientização para o uso da água e faz regularmente a manutenção de poços artesianos. Na Ecopistas, as torneiras têm sistema de fechamento automático de vazão e descarga com caixa acoplada. A Ecocataratas implantou, nas torneiras dos banheiros das bases operacionais e da sede administrativa, válvulas

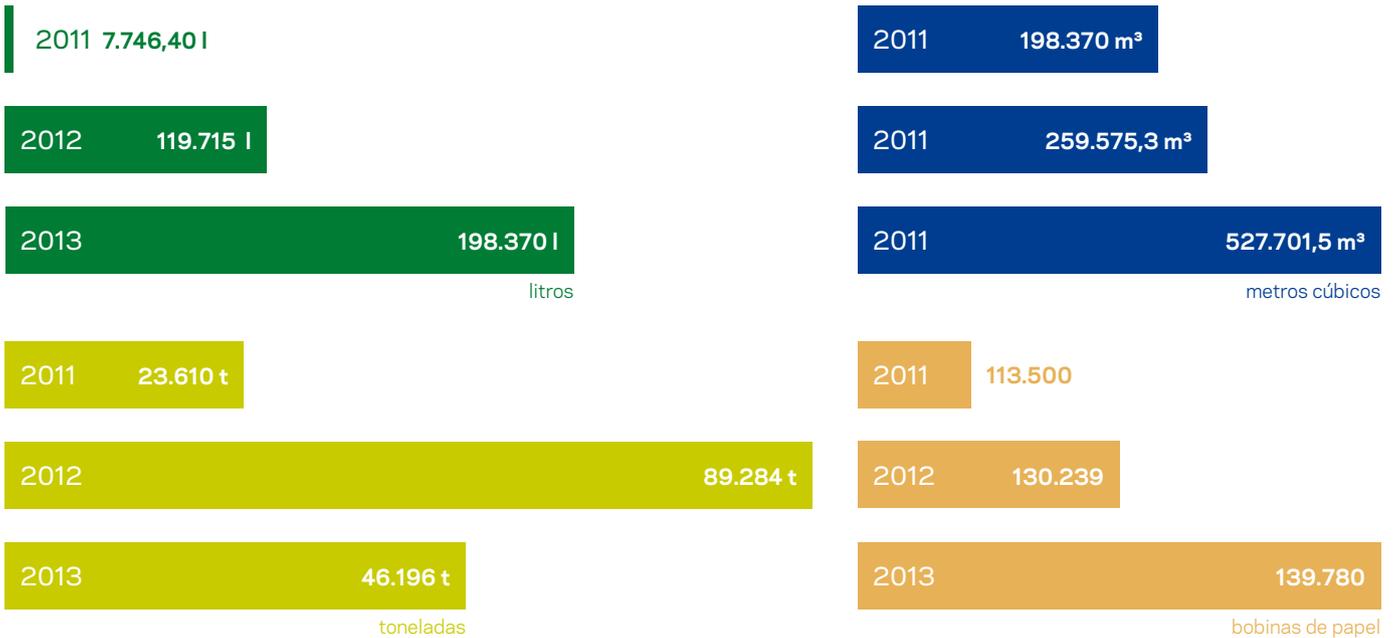
de acionamento por pressão, a fim de diminuir a vazão. Também instalou, na praça de pedágio de São Miguel do Iguaçu, mais uma cisterna de 15 mil litros, para utilização da água pluvial no processo de limpeza. Na Ecosul, também são utilizadas torneiras temporizadas nas unidades operacionais e cisterna para captação de água das chuvas na sede. O consumo é monitorado diariamente.

Emissões Nas empresas controladas, são utilizados veículos fretados para o transporte de funcionários e a realização de videoconferência é incentivada para reduzir os deslocamentos desnecessários. As empresas também fazem o controle de emissões de acordo com o relatório de gases do efeito estufa (GEE) e promovem a substituição de combustível na maior parte da frota.

Efluentes Na Ecovias dos Imigrantes, foi instalada uma miniestação de tratamento de efluentes no Centro de Operações. A Ecovia faz o controle e a manutenção mensal da estação de tratamento de efluentes e, na Ecocataratas, foram instaladas estações de tratamento de esgoto em sete localizações da empresa.



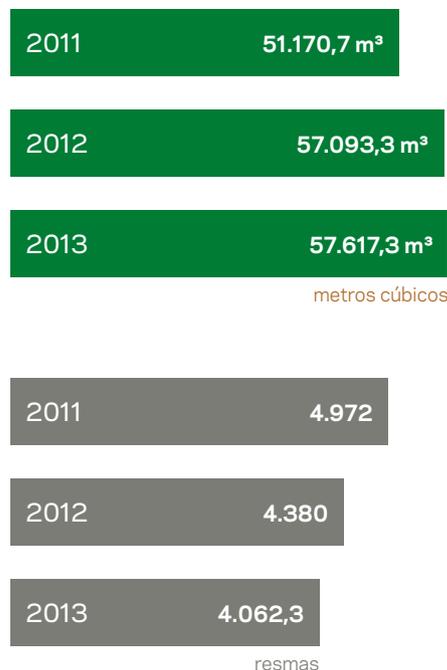
100%
da frota *flex*
usou etanol como
combustível na
Ecocataratas



Poluição sonora A Ecovias realiza o plantio de vegetação nas áreas de entorno das rodovias para minimizar os ruídos gerados pelos veículos. As mudas são produzidas em viveiro próprio. A Ecopistas monitora o nível de ruído das rodovias e utiliza o asfalto borracha, que contribui para reduzir o ruído dos veículos. Na Ecovia, foram executados 63 km de revestimento asfáltico de textura rugosa, que promove baixa propagação do som e melhor aderência no deslocamento dos veículos. A Ecocataratas faz uma avaliação técnica dos ruídos ambientais provenientes das praças de pedágio, das balanças e da sede administrativa, tanto no período diurno quanto noturno. A medição é realizada anualmente.

Resíduos A Ecovias dos Imigrantes e a Ecopistas utilizam material asfáltico reciclado e promovem a coleta seletiva em todos os pontos administrados. A Ecovia incentiva a reciclagem por meio da conscientização dos colaboradores e terceiros, com vídeos e palestras. São realizadas também palestras em escolas do entorno. Na Ecocataratas, o processo de segregação dos resíduos foi intensificado, elevando o índice de reciclagem, e todo resíduo orgânico passou por compostagem.

MATERIAIS PROVENIENTES DE RECICLAGEM EN2



sem ruído

As concessionárias adotam várias medidas para reduzir a poluição sonora

PESO TOTAL DE RESÍDUOS EN22

POR TIPO E MÉTODO DE DISPOSIÇÃO

	2012	2013	Método de disposição
Classe I			
	137.605,43 (kg)	573.520,00 (kg)	
Resíduos perigosos diversos (oriundos de acidentes nas rodovias e outros)	3.000 (l) 33 (m³) 100 (baldes)	83.840,00 (l) — —	Incineração, reciclagem e aterro industrial
Lâmpadas fluorescentes	5.840 unidades	5.663 unidades	Reciclagem e aterro industrial
Resíduos de atendimento pré-hospitalar	1.813,69 (kg)	287,88 (kg)	Incineração, esterilização, aterro sanitário e aterro industrial
Classe II			
Material fresado	34,76 toneladas 42.434,77 m³	13,80 toneladas 43.444,14 m³	Reutilização e reciclagem
Recicláveis	143,89 toneladas	164,97 toneladas	Reciclagem
Resíduos sólidos da construção civil	746,87 toneladas 87 m³	1.343,44 toneladas	Reutilização, reciclagem e aterro
Resíduos sólidos (pneus inservíveis e pedaços de borracha)	217,16 toneladas	225,66 toneladas	Coprocessamento, aterro industrial e reciclagem
Resíduos sólidos orgânicos ou não recicláveis	1.425,13 toneladas	722,18 toneladas	Aterro sanitário

86

DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS EN22

Todos os tipos de resíduos gerados pelas operações do Grupo têm destino próprio (confira na tabela abaixo), conforme orienta a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Cada rodovia traça sua meta anual, além de programar campanhas ambientais com os usuários sobre a limpeza nas pistas. Em 2013, a Ecocatarras conseguiu aumentar em 40% o índice de reciclagem em relação a 2012. No dia 22 de fevereiro, ocorreu um deslizamento de terra no Sistema Anchieta-Imigrantes que resultou na destinação de 19.493,3 toneladas de resíduos Classe II A para aterro.

CONSUMO DE ÁGUA EN8 E EN10

As empresas controladas pela EcoRodovias têm metas anuais para reduzir o consumo de água desde 2010. Esse trabalho segue as Diretrizes de Sustentabilidade do Grupo e os

VOLUME DE ÁGUA RETIRADA POR FONTE EN8

M³

Fonte	2011	2012	2013
Água subterrânea	54.237,25	51.051,24	56.800,32
Água de chuva	68,58	73,50	77,03
Abastecimento municipal	19.998,50	20.064,00	24.247,00
Efluentes reutilizados	0,00	0,00	0,00
Total	74.304,33	71.188,74	79.876,35

requisitos da norma ISO 14001. As ações envolvem campanhas de conscientização dos colaboradores e iniciativas específicas em cada unidade de negócio, como o uso de cisternas e captação de água da chuva para lavagem de áreas externas, além da instalação de equipamentos mais eficientes.

CONSUMO DE ENERGIA DIRETA EN3

	2011	2012	2013
Não renováveis			
Óleo diesel (frota)	1.427.702,83 (l)	1.291.887,17 (l)	1.462.260,00 (l)
Óleo diesel (geradores)	44.815,74 (l)	60.632,52 (l)	87.230,95 (l)
Eletricidade	1.477.540,00 (kWh)	1.398.238,39 (kWh)	3.573.942 (kWh)
Gasolina	443.223,69 (l)	172.651,67 (l)	102.407 (l)
Renováveis			
Álcool (frota)	1.076.283,40 (l)	1.263.102,23 (l)	1.913.737 (l)
Eletricidade	18.837.265,00 (kWh)	24.384.783,00 (kWh)	19.633.471 (kWh)

CONSUMO DE ENERGIA EN3

O controle e o monitoramento do consumo de energia são feitos pelo Sistema de Gestão Integrado, que estabelece também a política de eficiência adotada pelas empresas controladas. As ações para redução do consumo envolvem campanhas de conscientização, instalações de lâmpadas mais eficientes e metas anuais de redução para cada unidade.

Em 2013, a Ecovias dos Imigrantes implementou o Plano para Geração e Reversão de Energia Elétrica, iniciado com a substituição por lâmpadas mais eficientes nos túneis do Sistema Anchieta-Imigrantes. No período, o aumento do consumo de óleo diesel ocorreu por causa de um deslizamento de terra na Rodovia dos Imigrantes, que obrigou o acionamento dos geradores por mais de 36 horas.



CONTROLE DE EMISSÕES

Desde 2009, o Grupo EcoRodovias é membro efetivo da plataforma Empresas pelo Clima (EPC), que visa mobilizar, sensibilizar e articular lideranças empresariais para a gestão e a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Na prática, o EPC também auxilia as corporações na administração dos riscos associados às mudanças climáticas e na proposição de políticas públicas.

Em 2012, a Companhia aderiu ao Carbon Disclosure Project (CDP), iniciativa promovida por investidores institucionais que visa incentivar a economia de baixo carbono e a transparência na divulgação das informações relativas às emissões de GEEs. Em 2013, as concessionárias do Grupo registraram uma redução total de 210,62 toneladas de CO₂ pelo sistema de Identificação Automática de Veículos (AVI), serviço que permite que o motorista passe pela praça de pedágio em velocidade reduzida, sem parar o veículo.



iniciativa

O Grupo faz parte da plataforma Empresas pelo Clima desde 2009

TOTAL DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA EN16 E EN17

Negócio	Escopo 1	Escopo 2	Escopo 3	Escopos 1 e 2
Concessões rodoviárias	4.537,38	2.228,69	1.328,08	6.766,07
Elog	4.128,79	1.417,62	375,96	5.546,41
Porto	9.770,64	829,78	161,92	10.600,42
Total	18.436,82	4.476,09	1.865,96	22.911,91





Ecoviver

DERRAMAMENTOS EN23

Para prevenir acidentes e impactos negativos oriundos dos derramamentos significativos nas estradas, a EcoRodovias capacita seus colaboradores com treinamentos e simulados trimestrais, além de promover campanhas periódicas para os usuários das rodovias controladas. Equipes treinadas acompanham caminhões com cargas perigosas ao longo do trajeto a ser percorrido.

As concessionárias da EcoRodovias também adotam medidas específicas para manter as melhores práticas operacionais, que atendam às normas técnicas pertinentes e à legislação ambiental. As empresas controlam e monitoram as atividades de segurança viária, até mesmo durante a execução de obras nas vias, e realiza auditorias periodicamente para avaliar o desempenho e incorporar possíveis melhorias.

As empresas do Grupo também estão preparadas para acionar os recursos necessários de atendimento emergencial. Nos períodos de treinamento e simulado, as pistas são fechadas para situações de tombamento de cargas e encostas, acidentes de caminhões com produtos

químicos e com vítimas, colisões, remoção de vítimas e tempo de resgate.

A Companhia também conta com um Programa de Redução de Acidentes (PRA), desenvolvido por integrantes de diversas áreas, com o intuito de reduzir o número de ocorrências, feridos e mortes nas rodovias controladas pela EcoRodovias. O conjunto de ações operacionais, de engenharia e educativas, as campanhas e o apoio à fiscalização vêm trazendo resultados importantes nos últimos anos. Esse trabalho envolve diversas iniciativas para aumentar e assegurar a saúde e a segurança dos usuários e está presente em todas as concessionárias do Grupo.

Na Ecovias dos Imigrantes, por exemplo, o ano de 2013 obteve o menor número de acidentes desde que a concessionária assumiu a administração do Sistema Anchieta-Imigrantes, mesmo com o aumento contínuo do volume de tráfego. No período, foram registrados 5.364 acidentes, o que corresponde a uma redução de 25% em relação a 1999, primeiro ano completo de administração da Ecovias dos Imigrantes, quando foram registrados 7.147 acidentes. **PR1**



-25%

é a redução do número de acidentes na Anchieta-Imigrantes desde 1999

DERRAMAMENTOS SIGNIFICATIVOS EN23

Rodovia	Material derramado	Ação de contenção
Ecovias		
SP-150	24.600 kg de piche sólido de carbono - ONU 3077	Sinalização/fechamento da rodovia, acionamento dos órgãos competentes e recolhimento do resíduo por empresa especializada
SP-160	12.950 litros de tolueno - ONU 1294	
Ecopistas		
SP-070 km 34+500 oeste	340 litros de veneno agrícola (Roundup)	Acionada a empresa Suatrans, especializada em manipulação/contenção de produtos perigosos, para a contenção do produto. Após a contenção e remoção do produto, a concessionária providenciou a ação de recuperação da área afetada
Ecovia		
BR-277 km 35 sentido Paranaguá	47.640 litros de óleo combustível A1	Atendimento com equipes operacionais conforme Plano de Ação de Emergência
Ecocataratas		
90 BR-277 km 584 (perímetro urbano do município de Cascavel)	2.000 litros de derramamento de combustível (óleo diesel)	Interrupção da fonte de vazamento e utilização de cimento para absorção do residual extravasado com posterior raspagem e destinação como classe I
	BR-277 km 645	3.500 litros de derramamento de combustível (gasolina)

Rodovia	Material derramado	Ação de contenção
BR-277 km 412+050	20.000 litros de derramamento de combustível (gasolina)	Aplicação de alternativas para interromper o vazamento do combustível após o controle das chamas. Raspagem superficial do solo na área atingida por empresa contratada pela seguradora da carga e posterior envio a aterro classe I
BR-277 km 587+500	16.000 kg de derramamento de produto químico (ureia) em solo e curso hídrico	Efetuada o isolamento da área e posterior retirada do material que atingiu a parte de solo. Trabalho de remoção efetuado por empresa contratada pelos proprietários da carga
BR-277 km 466+700	46.000 litros de derramamento de combustível (gasolina)	Efetuada a interrupção dos pontos de vazamento de combustível. Aplicação de cimento para absorção do material extravasado na pista com posterior raspagem do solo contaminado por empresa contratada pela seguradora da carga e envio a aterro classe I
Ecosul		
BR-116 km 470	10.000 litros de diesel	Foram abertas valas para impedir a progressão do derramamento. Também foram acionadas a emergência ambiental da Fepam e a empresa que presta assessoria para a concessionária nesse tipo de acidente. O responsável pela carga retirou o material contaminado e realizou a destinação correta
BR-116 km 470	5.000 litros de gasolina	Foram comunicados o órgão ambiental (Fepam) e a empresa que presta assessoria para a concessionária nesse tipo de acidente. O responsável pela carga retirou o material contaminado e realizou a destinação correta
BR-392 km 7	200 litros de diesel	Foram comunicados o órgão ambiental (Fepam) e a empresa que presta assessoria para a concessionária nesse tipo de acidente. O responsável pela carga retirou o material contaminado e realizou a destinação correta

BIODIVERSIDADE EN14

As rodovias controladas pelo Grupo atravessam alguns dos biomas mais importantes do Brasil e geram um impacto importante na fauna e flora local. Essa condição exige um cuidado redobrado para a preservação da biodiversidade e impõe à Companhia a obrigação de adotar medidas de controle, monitoramento e prevenção de riscos relacionados ao tema.

O Grupo apoia a manutenção de parques e áreas de preservação localizadas nas proximidades das rodovias e realiza campanhas de combate ao comércio ilegal de plantas e animais. Cada concessionária tem autonomia para traçar suas metas e definir a gestão dos impactos dessa natureza, desde que estejam alinhadas às

Diretrizes de Sustentabilidade do Grupo. Abaixo, as principais atividades desenvolvidas pelas concessionárias no período de 2013:

Ecovias Há sete anos, a concessionária participa e patrocina o Festival Ecosurf, por meio do qual foram distribuídas, em 2013, 2 mil mudas de espécie nativa da Mata Atlântica. A simulação de acidentes com produtos perigosos também é uma ferramenta usada para trabalhos de prevenção. No orçamento 2013/2014 foram contemplados a atualização e o aprimoramento do Plano de Gerenciamento de Risco/Plano de Atendimento a Emergências (PGR/PAE) para todo o SAI, com o intuito de levantar pontos vulneráveis para a biodiversidade próxima às rodovias.



Ecovia

92



Animais a salvo

Os programas de proteção à fauna acontecem em todas as concessionárias

Ecopistas A campanha Segure o Bicho existe desde 2010 e tem o objetivo de diminuir o atropelamento de animais nas pistas. Em 2013, diversos treinamentos foram realizados com colaboradores para orientá-los na captura e no manejo de animais de grande porte que invadem as pistas.

Ecovia O programa de monitoramento da fauna atropelada, implantado em 2008, registrou 655 animais acidentados em 2013 – 11 foram resgatados com vida, mas apenas três conseguiram sobreviver, depois de tratamento adequado. Para evitar esses atropelamentos, a Ecovia realiza uma campanha contínua de palestras sobre a importância da preservação da fauna. Por estar próximo à região de Mata Atlântica, a empresa mantém esse monitoramento com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) e o Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas), mantido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). A concessionária desenvolve também um projeto de mapeamento, quantificação e identificação de árvores exóticas e que invadem a linha de tráfego, nas rodovias BR-277, PR-508 e PR- 407. Entre 2010 e 2013, já foram removidas 1.861 árvores desse tipo.

Ecocataratas O levantamento da fauna atropelada se concentra entre Guarapuava e Foz do Iguaçu (PR), por causa da incidência de acidentes nesse trecho. Em relação à flora, o compromisso firmado com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) definiu o plantio de 15.500 mudas nativas em Área de Preservação Permanente (APP), entre os municípios de Matelândia e Medianeira, durante o primeiro semestre de 2013. A medida foi adotada como compensação pela supressão florestal por conta de obras de duplicação. Em uma segunda fase, serão plantadas 20 mil mudas de árvores nativas a serem definidas pelo instituto. Outro projeto implantado em 2013 e que se estenderá ao longo de 2014 diz respeito à construção e à adequação de bacias de contenção para produtos químicos perigosos em pontos distintos. Essas obras fazem parte do Programa de Atendimento de Emergências da concessionária.

Ecosul Palestras em escolas promovem a educação ambiental e são um dos focos de atuação da concessionária, que também promove campanhas para os usuários a fim de preservar os recursos naturais. Outro plano da empresa é realizar campanhas em praças de pedágio com distribuição de pôsteres a respeito de curiosidades da fauna regional.



15.500

mudas nativas serão plantadas pela Ecocataratas para mitigar impactos

MULTAS PR9

As concessionárias do Grupo cumprem as obrigações contratuais como forma de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Esse compromisso faz parte do Código de Conduta Empresarial e inclui uma metodologia de gestão, denominada Gerenciamento dos Compromissos do Contrato de Concessão, com o objetivo de registrar o número de notificações emitidas pelo poder concedente – a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O foco é evitar a ocorrência de infrações e traçar um plano de ação para que não haja reincidência.

Em 2013, a Ecovias recebeu uma notificação de infração da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), no valor de R\$ 170 mil, por causa do atraso na entrega de duas passarelas. A Ecopistas recebeu nove notificações da Artesp no período, havendo o pagamento de duas notificações, no valor total de R\$ 29.297,29. As demais, a empresa entendeu serem indevidas, tendo apresentado defesa prévia em todos os casos, os quais aguardam seus respectivos julgamentos. A empresa está em conformidade quanto às licenças e às autorizações ambientais.

A Ecovia recebeu três autos de infração, dois deles atribuídos a não conformidades em alguns pontos do pavimento e das estruturas de sinalização. O outro diz respeito ao controle dos bens patrimoniados. A conces-

A EcoRodovias investiu cerca de R\$ 5 milhões na área ambiental em 2013, valor 35% superior ao investimento realizado em 2012

sionária protocolou defesa prévia em todos, e a multa ainda não foi definida. Já a Ecosul recebeu oito autos de infração no período, no valor total de R\$ 545,5 mil, referentes aos contratos de concessão. Para todos, foram apresentadas defesas prévias, e a decisão ainda está em julgamento.

INVESTIMENTOS AMBIENTAIS EN30

Em 2013, o Grupo EcoRodovias investiu cerca de R\$ 5 milhões na área ambiental, valor 35% superior ao do ano anterior. O tratamento, a disposição de resíduos e a área de pesquisa e desenvolvimento receberam a maior parte da quantia.

TOTAL DE INVESTIMENTOS E GASTOS EM PROTEÇÃO AMBIENTAL EN30

R\$

	2011	2012	2013
Tratamento e disposição de resíduos	612.169,32	564.184,50	1.409.177,56
Tratamento de emissões (ex. gastos com filtros)	92.418,98	51.041,10	73.900,00
Serviços externos de gestão ambiental	361.050,06	502.742,58	604.025,38
Certificação externa	74.957,29	51.604,49	66.184,76
Pesquisa e desenvolvimento	340.724,08	2.401.920,42	2.681.733,01
Tecnologias limpas	78.219,10	125.869,09	134.122,60
Total	1.559.538,83	3.697.362,18	4.969.143,31

Relatório de asseguuração limitada dos auditores independentes

Aos Conselheiros e Diretores da
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.
São Paulo - SP

INTRODUÇÃO

Fomos contratados pela Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Ecorodovias" ou "Companhia") com o objetivo de aplicar procedimentos de asseguuração limitada sobre as informações divulgadas no Relatório de Sustentabilidade 2013 da Ecorodovias, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

RESPONSABILIDADES

DA ADMINISTRAÇÃO DA ECORODOVIAS

A administração da Ecorodovias é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações divulgadas no Relatório de Sustentabilidade 2013 de acordo com as Diretrizes para Relato de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative - GRI (GRI-G3.1), e com os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações divulgadas no Relatório de Sustentabilidade 2013, com base no trabalho de asseguuração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico (CT) 07/2012, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguuração Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não financeiras históricas. Essas normas requerem o cumpri-

mento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações divulgadas no Relatório de Sustentabilidade 2013, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguuração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração da Ecorodovias e outros profissionais da Companhia que estão envolvidos na elaboração das informações constantes no Relatório de Sustentabilidade 2013, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilitem concluir na forma de asseguuração limitada sobre as informações de sustentabilidade tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguuração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações divulgadas no Relatório de Sustentabilidade 2013, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação, materialidade e apresentação das informações constantes no Relatório de Sustentabilidade 2013 e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas e sobre os processos associados às informações materiais de sustentabilidade divulgadas onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

(a) planejamento dos trabalhos, considerando a materialidade dos aspectos e tópicos para as atividades e operações da Ecorodovias, a relevância das informações divulgadas, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2013 da Ecorodovias;



(b) entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;

(c) entendimento do processo de reporte e forma de gestão dos aspectos materiais e dos indicadores de desempenho;

(d) aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados no Relatório de Sustentabilidade 2013;

(e) análise de evidências que suportam as informações quantitativas e qualitativas divulgadas no Relatório de Sustentabilidade 2013;

(f) análise dos processos para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade 2013 e da sua estrutura e conteúdo, com base nos Princípios de Conteúdo e Qualidade das Diretrizes para Relato de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative - GRI (GRI-G3.1.);

(g) visitas às unidades operacionais da Ecorodovias para aplicação dos procedimentos (b), (c), (d), (e) e (f);

(h) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis; e

(i) análise da razoabilidade das justificativas das omissões pela não divulgação no Relatório de Sustentabilidade 2013 dos indicadores de desempenho associados aos aspectos e tópicos materiais apontados no processo de definição de materialidade realizado pela Companhia.

Acreditamos que as informações, as evidências e os resultados obtidos em nosso trabalho são suficientes e apropriados para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

ALCANCE E LIMITAÇÕES

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguarção limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguarção razoável. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguarção razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho de asseguarção razoável, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, para a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade, nem em relação a projeções futuras.

CONCLUSÃO

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações constantes no Relatório de Sustentabilidade 2013 da Ecorodovias, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as Diretrizes para Relato de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative - GRI (GRI-G3.1), e com os registros e arquivos que serviram de base para a sua preparação.

São Paulo, 23 de junho de 2014

KPMG Risk Advisory Services Ltda.

CRC 2SP023233/O-4

Eduardo V. Cipullo

Contador CRC 1SP135597/O-6

Sobre o relatório

GRI 3.1, 3.2, 3.3, 3.5, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 3.10, 3.11, 3.13, 4.16 E 4.17

96

Este é o oitavo ano consecutivo que o Grupo EcoRodovias publica seu relatório de sustentabilidade, com o objetivo de prestar contas e apresentar os resultados sociais, econômicos e ambientais de suas atividades. O documento segue as diretrizes da versão 3.1 da Global Reporting Initiative (GRI) e alcançou, pelo segundo ano seguido, o nível de aplicação A+. A publicação também atende aos critérios da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), com escopo definido para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013.

O relatório é um meio importante para informar os diversos *stakeholders* da Companhia (colaboradores, usuários, comunidades, instituições financeiras, fornecedores, governo, ONGs, acionistas, investidores, concorrentes, associações e entidades de classe e veículos da mídia) sobre o desempenho e as ações com foco na sustentabilidade, bem como outros assuntos pertinentes aos interesses do Grupo.

O conteúdo foi desenvolvido com base em entrevistas com os principais executivos da EcoRodovias, e fatos ocorridos após 31 de dezembro de 2013 também foram abordados, quando pertinentes. Os indicadores de desempenho econômico e financeiro foram integralmente apurados de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação brasileira e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IRFS). Os indicadores GRI

abrangem apenas as concessões de rodovias – Ecovias, Ecopistas, Ecovia, Ecocataratas e Ecosul, com exceção de EC1, EC5, EC7, LA1, LA2, LA13 e LA14.

A definição do conteúdo considerou também os temas levantados durante o primeiro teste de materialidade do Grupo, realizado em 2011. Na ocasião, diversas consultas presenciais reuniram um grupo de 167 pessoas para conhecer a percepção de diferentes públicos de relacionamento sobre as atividades da EcoRodovias.

Esse trabalho deu origem a uma matriz com 67 temas relacionados a aspectos econômicos e socioambientais, propostos pela Companhia e submetidos à avaliação dos presentes. O público elegeu um total de 45 temas relevantes para os negócios do Grupo, que passaram a ser reportados com maior profundidade a partir daquele ano.

Esse processo foi fundamental para o desenvolvimento de uma gestão eficaz e abriu um diálogo importante com públicos participantes. Da mesma forma, a EcoRodovias busca a evolução permanente de suas ações por meio do monitoramento dos requisitos do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa.

A comparabilidade com o conteúdo de relatórios anteriores está assegurada, e eventuais correções ou atualizações estão indicadas nas tabelas, quando necessário.



Para mais informações, acesse www.ecorodovias.com.br ou entre em contato com a área de Relações com Investidores, pelo e-mail invest@ecorodovias.com.br



Nível de aplicação do relatório

A EcoRodovias considera que o *Relatório Anual de Sustentabilidade 2013* atende aos requisitos para o nível de aplicação A+, definidos pela Global Reporting Initiative (GRI), segundo as diretrizes da versão G 3.1, apresentadas no quadro a seguir:

98

Níveis de aplicação		C	C+	B	B+	A	A+
Conteúdo do relatório	Perfil da G3.1	Responder aos itens: 1.1; 2.1 - 2.10; 3.1 - 3.8; 3.10 - 3.12; 4.1 - 4.4; 4.14 - 4.15		Todos os indicadores de perfil e governança: 1.1 - 4.17		Todos os indicadores de perfil e governança: 1.1 - 4.17	
	Forma de gestão da G3.1	Não exigido		Informações sobre a forma de gestão para cada aspecto de indicador		Forma de gestão divulgada para cada aspecto de indicador	
	Indicadores de desempenho da G3.1 & indicadores de desempenho do suplemento setorial	Mínimo de 10 indicadores de desempenho (essenciais ou adicionais), incluindo, ao menos, um de cada dimensão: econômica, ambiental e social. Se houver disponibilidade, podem ser reportados indicadores setoriais, contanto que sete não sejam setoriais		Mínimo de 20 indicadores de desempenho (essenciais ou adicionais), incluindo, ao menos, um de cada dimensão. Se houver disponibilidade, podem ser reportados indicadores setoriais, contanto que 14 não sejam setoriais		Reporte obrigatório dos indicadores setoriais após um ano do lançamento da versão final do suplemento	
		Com verificação externa		Com verificação externa		Com verificação externa	

Índice remissivo GRI

LEGENDA

- Totalmente
- ◐ Parcialmente

Indicadores GRI	Capítulo	Status	Página
1. Estratégia e análise			
1.1	Declaração da Presidência sobre a relevância da sustentabilidade para a Organização e sua estratégia	Mensagem do presidente	● 2
1.2	Principais impactos, riscos e oportunidades	Governança corporativa	● 34
2. Perfil organizacional			
2.1	Nome da organização	Perfil	● 12
2.2	Principais marcas, produtos e serviços	Perfil	● 13-17
2.3	Estrutura operacional	Perfil	● 13-17
2.4	Localização da sede da Organização	Perfil	● 12
2.5	Atuação geográfica	Perfil	● 14
2.6	Natureza jurídica	Perfil	● 12
2.7	Mercados atendidos	Perfil	● 14-15
2.8	Porte da Organização	Perfil	● 13-17
2.9	Principais mudanças no ano	Perfil	● 13-17
2.10	Prêmios	Perfil	● 18-19
3. Parâmetros para o relatório			
3.1	Período coberto pelo relatório	Sobre o relatório	● 96
3.2	Relatório anterior	Sobre o relatório	● 96
3.3	Periodicidade	Sobre o relatório	● 96
3.4	Dados para contato	Informações corporativas	● 110
3.5	Definição do conteúdo	Sobre o relatório	● 96
3.6	Limite do relatório	Sobre o relatório	● 96
3.7	Escopo e limite do relatório	Sobre o relatório	● 96
3.8	Base para elaboração do relatório	Sobre o relatório	● 96
3.9	Técnicas de medição de bases de cálculo	Sobre o relatório	● 96
3.10	Consequências de reformulações em relatórios anteriores	Sobre o relatório	● 96
3.11	Mudanças significativas em relação aos anos anteriores	Sobre o relatório	● 96
3.12	Localização das informações no relatório	Índice remissivo GRI	● 99
3.13	Verificação externa	Declaração de garantia	● 94-95
4. Governança, compromissos e engajamento			

Indicadores GRI	Capítulo	Status	Página
4.1 Estrutura de governança	Governança corporativa	●	26
4.2 Indicação caso o presidente do mais alto grau de governança também seja um diretor executivo	Governança corporativa	●	27
4.3 Conselheiros independentes no mais alto órgão de governança	Governança corporativa	●	26
4.4 Canais de comunicação com o mais alto órgão de governança	Governança corporativa	●	28
4.5 Remuneração variável do mais alto grau de governança e demais executivos (considerando econômico, social e ambiental)	Governança corporativa	◐	32
4.6 Processos em vigor para evitar conflito de interesses	Governança corporativa	●	28, 33, 34
4.7 Processo para a qualificação de membros do mais alto órgão de governança para definir a estratégia da Organização em questões relacionadas a temas econômicos, sociais e ambientais	Governança corporativa	◐	27
4.8 Valores, códigos e princípios internos	Perfil	●	13
4.9 Atuação do mais alto órgão de governança na avaliação do desempenho econômico, social e ambiental	Governança corporativa	◐	27
4.10 Processos para autoavaliação do mais alto órgão de governança quanto ao desempenho econômico, social e ambiental	Governança corporativa	●	27
4.11 Princípio da precaução	Governança corporativa	●	34
4.12 Cartas, princípios e iniciativas	Desempenho socioambiental	●	82, 88
4.13 Participação em associações	Governança corporativa	●	31
4.14 Relação de <i>stakeholders</i> engajados	Desempenho socioambiental	●	65
4.15 Identificação e seleção dos <i>stakeholders</i>	Sobre o relatório	●	96
4.16 Engajamento dos <i>stakeholders</i>	Desempenho socioambiental e Sobre o relatório	●	96
4.17 Demandas dos <i>stakeholders</i>	Sobre o relatório	●	96
Desempenho econômico			
Abordagem e gestão	Perfil, Governança, Desempenho operacional e Desempenho socioambiental	●	
Performance econômica			
EC1 Valor econômico direto gerado e distribuído (DVA)	Desempenho econômico-financeiro	●	48, 49
EC2 Implicações financeiras, riscos e oportunidades oriundos das mudanças climáticas	Governança corporativa	●	34, 35
EC3 Plano de pensão oferecido	Desempenho socioambiental	●	72
Presença no mercado			
EC5 Relação entre salário mínimo interno e local	Desempenho socioambiental	●	72
EC6 Gastos com fornecedores locais	Desempenho socioambiental	●	76

Indicadores GRI	Capítulo	Status	Página
EC7 Contratação local de alta gerência	Desempenho socioambiental	●	78
Impactos econômicos indiretos			
EC8 Investimentos em infraestrutura e comunidades	Desempenho operacional	●	61
EC9 Impactos econômicos indiretos	Desempenho socioambiental	●	78
Desempenho ambiental			
Abordagem e gestão	Desempenho socioambiental	●	
Materiais			
EN1 Materiais usados, por peso e volume	Desempenho socioambiental	●	84
EN2 Materiais usados provenientes de reciclagem	Desempenho socioambiental	●	85
Energia			
EN3 Energia direta	Desempenho socioambiental	●	87
EN5 Energia economizada por conservação e eficiência	Desempenho socioambiental	●	87
EN7 Iniciativas e resultados na redução de consumo de energia indireta	Desempenho socioambiental	●	87
Água			
EN8 Consumo de água por fonte	Desempenho socioambiental	●	86
EN10 Água reciclada e reutilizada	Desempenho socioambiental	●	86
Biodiversidade			
EN14 Estratégias para gestão de impactos na biodiversidade	Desempenho socioambiental	●	91
Emissões, efluentes e resíduos			
EN16 Emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa	Desempenho socioambiental	●	88
EN17 Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa	Desempenho socioambiental	●	88
EN18 Iniciativas para a redução de emissões	Desempenho socioambiental	●	83
EN22 Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	Desempenho socioambiental	●	86
EN23 Número e volume total de derramamentos significativos	Desempenho socioambiental	●	89
Produtos e serviços			
EN26 Mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços	Desempenho socioambiental	●	83
Conformidade			
EN28 Multas e sanções não monetárias por não conformidade ambiental	Desempenho socioambiental	●	93
Geral			
EN30 Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo	Desempenho socioambiental	●	93
Desempenho social			
Abordagem e gestão	Desempenho socioambiental	●	
Processo de compra			
HR2 Avaliação de empresas contratadas e fornecedores críticos referente a direitos humanos	Desempenho socioambiental	●	76

Indicadores GRI	Capítulo	Status	Página
HR3 Treinamento para empregados sobre direitos humanos	Desempenho socioambiental	●	Não há treinamento formal sobre políticas e procedimentos em direitos humanos
Não discriminação			
HR4 Número total de casos de discriminação e medidas tomadas		●	Não houve caso de discriminação no período
Trabalho infantil			
HR6 Identificação de unidades de negócio com risco de trabalho infantil e medidas tomadas	Desempenho socioambiental	●	76
Trabalho forçado ou análogo ao escravo			
HR7 Identificação de unidades de negócio com risco de trabalho forçado ou análogo e medidas tomadas	Desempenho socioambiental	●	76
Práticas de segurança			
HR8 Treinamentos ao pessoal de segurança sobre direitos humanos		●	Não houve treinamento do pessoal de segurança no período relatado
Direitos indígenas			
HR9 Casos de violação de direitos de povos indígenas e medidas tomadas		●	Não houve caso registrado de violação dos povos indígenas no período relatado
Práticas trabalhistas e trabalho decente			
Abordagem e gestão	Desempenho socioambiental	●	
Emprego			
LA1 Perfil dos trabalhadores	Desempenho socioambiental	●	66
LA2 Taxa de rotatividade	Desempenho socioambiental	●	68
LA3 Benefícios oferecidos a empregados	Desempenho socioambiental	●	71
Relações entre trabalhadores e governança			
LA4 Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva		●	100% dos funcionários da EcoRodovias são abrangidos por convenções coletivas
LA5 Prazo mínimo para notificação com antecedência de mudanças operacionais		●	A EcoRodovias tem como prática notificar as mudanças operacionais para seus colaboradores com cinco meses de antecedência. Em 2013, não houve nenhuma mudança operacional passível de notificação
Saúde e segurança no trabalho			
LA6 Percentual de empregados representados por comitês	Desempenho socioambiental	●	76
LA7 Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho	Desempenho socioambiental	●	76
LA8 Programas de educação e prevenção em doenças graves	Desempenho socioambiental	●	76
LA9 Temas de saúde e segurança previstos em acordos coletivos	Desempenho socioambiental	●	76
Treinamento e educação			
LA10 Média de horas de treinamento	Desempenho socioambiental	●	70
LA12 Análise de desempenho e desenvolvimento de carreira	Desempenho socioambiental	●	71
Diversidade e igualdade de oportunidades			
LA13 Perfil dos trabalhadores por indicadores de diversidade	Desempenho socioambiental	●	73
LA14 Proporção de salários entre homens e mulheres	Desempenho socioambiental	●	75

Indicadores GRI	Capítulo	Status	Página
Sociedade			
Abordagem e gestão	Governança corporativa e Desempenho socioambiental	●	
Comunidade			
S01	Gestão de impactos na entrada, operação e saída	Desempenho socioambiental	● 78
Corrupção			
S02	Unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção	Governança corporativa	● 28
S03	Treinamentos anticorrupção	Governança corporativa	● 28
S04	Medidas tomadas em casos de corrupção	Governança corporativa	● 28
Políticas públicas			
S05	Posição e participação no desenvolvimento de políticas públicas	Desempenho socioambiental	● 65
S06	Contribuições financeiras para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas	Governança corporativa	● 65
Concorrência desleal			
S07	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólios	Governança corporativa	● 65
Conformidade			
S08	Multas significativas e sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos	Governança corporativa	● 65
Responsabilidade pelo produto/serviço			
Abordagem e gestão	Desempenho operacional e Desempenho socioambiental	●	
Saúde e segurança do cliente			
PR1	Avaliação de impactos de produtos e serviços na saúde e segurança	Desempenho operacional e Desempenho socioambiental	● 59, 89
PR2	Casos de não conformidade relacionados à saúde e à segurança	Desempenho socioambiental	● Não houve casos de não conformidade relacionados à saúde e à segurança no período relatado
Rotulagem de produtos e serviços			
PR5	Satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas	Desempenho operacional	● 57
Comunicação de marketing			
PR6	Adesão a leis, normas e códigos voluntários de marketing	●	A EcoRodovias possui uma política de comunicação e marketing desde 2010. Anualmente, também analisa a conformidade com os padrões e normas de órgãos como o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) e o Código Internacional da Prática Publicitária, entre outros
PR7	Casos de não conformidade relacionados a marketing, publicidade ou patrocínio	●	● Não houve multas ou sanções relacionadas a comunicações de marketing e publicidade em 2013
Conformidade			
PR9	Gastos com multas por não conformidade com leis e regulamentos no fornecimento de produtos e serviços	Desempenho socioambiental	● 93



Balanço Social Ibase e NBCT 15

GRI EC5 E 3.12

1 - Base de cálculo	2013 (R\$ mil)
Receita líquida (RL)	2.639.059
Resultado operacional (RO)	959.656
Folha de pagamento bruta (FPB)	96.625.830
2 - Indicadores sociais internos	2013 (R\$ mil)
Alimentação	8.002.083
Encargos sociais compulsórios	34.143.840
Previdência privada	2.248.230
Saúde	7.912.667
Segurança e saúde no trabalho	919.570
Educação	769.806
Cultura	23.270
Capacitação e desenvolvimento profissional	633.616
Creches ou auxílio-creche	492.219
Participação nos lucros ou resultados	20.191
Transporte	5.330.335
Total - Indicadores sociais internos	60.495.826

3 - Indicadores sociais externos	2013 (R\$ mil)
Educação	769.806
Cultura	1.651.939
Saúde e saneamento	203.817
Esporte	1.086.432
Outros	920.722
Total das contribuições para a sociedade	4.632.716
Tributos (excluindo encargos sociais)	442.300.688
Total - Indicadores sociais externos	446.933.404

4 - Indicadores ambientais	2013 (R\$ mil)
4.1 - Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	
Programa de desenvolvimento tecnológico e industrial (manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente)	4.969.143
Educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores	88.410
Passivos e contingências ambientais	2.372.491
Outros	265.921
Total 4.1	7.695.965
4.2 - Investimentos em programas e/ou projetos externos	
Projetos de educação ambiental em comunidades	1.705.810
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	943.884
Outros projetos ambientais	0
Total 4.2	2.649.694
Total dos investimentos em meio ambiente (4.1 + 4.2)	10.345.660

Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	3
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	29.651

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos e o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:

- não possui metas
- cumpre de 0 a 50%
- cumpre de 51 a 75%
- cumpre 76 a 100%

5 – Indicadores do corpo funcional	Unidades
Nº de empregados(as) ao fim do período	5.759
Nº de admissões durante o período	1.841
Nº de desligamentos durante o período	1.768
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	3.559
Nº de estagiários(as)	17
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	696
Nº de empregados por faixa etária:	
menores de 18 anos	1
de 18 a 35 anos	3.680
de 36 a 45 anos	1.382
de 46 a 60 anos	649
acima de 60 anos	47
Nº de empregados por nível de escolaridade:	
analfabetos	3
com ensino fundamental	264
com ensino médio/técnico	4.034
com ensino superior	1.250
pós-graduados	208
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.841
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	1,36%
Nº de homens que trabalham na empresa	3.918
% de cargos de chefia ocupados por homens	2,17%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.864
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,48%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	119
Remuneração bruta segregada por:	
Empregados	192.802
Administradores	15.437

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2013
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	189
Número total de acidentes de trabalho	88
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="radio"/> direção <input checked="" type="radio"/> direção e gerências <input type="radio"/> todos(as) os(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="radio"/> direção e gerências <input type="radio"/> todos(as) os(as) empregados(as) <input type="radio"/> todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="radio"/> não se envolve <input checked="" type="radio"/> segue as normas da OIT <input type="radio"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="radio"/> direção <input type="radio"/> direção e gerências <input checked="" type="radio"/> todos(as) os(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="radio"/> direção <input type="radio"/> direção e gerências <input checked="" type="radio"/> todos(as) os(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="radio"/> não são considerados <input type="radio"/> são sugeridos <input checked="" type="radio"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="radio"/> não se envolve <input type="radio"/> apoia <input checked="" type="radio"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	7.007 na empresa 17 no Procon 372 na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	100 na empresa 94 no Procon 45 na Justiça
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça (R\$ mil)	0 no Procon 631,7 na Justiça

Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:

Ações como: melhorias de sinalização, segurança e monitoramento no trecho de concessão, campanhas educacionais de prevenção de acidentes e ampla divulgação dos canais de comunicação com o usuário do sistema; atendimento aos prazos contratuais e processuais, sugestão de resposta para a Ouvidoria ao usuário e treinamento quanto aos subsídios para as respostas; controle na qualidade de prestação de serviços dos terceirizados, de forma a evitar ou mitigar impactos aos usuários quando da realização dos serviços em campo (roçada, obras em pavimento etc.)

Número de processos trabalhistas:

movidos contra a entidade	313.125
julgados procedentes	181.662
julgados improcedentes	463.769
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da Justiça (R\$ mil)	1.330,42

Valor adicionado total a distribuir: 2013 (R\$ mil)

Distribuição do valor adicionado: 2013 (R\$ mil)

Governo	464.344
Colaboradores(as)	313.125
Acionistas	181.662
Terceiros	463.769
Retido	217.850

Informações corporativas

Créditos

EQUIPE RESPONSÁVEL GRI 2.4

Grupo EcoRodovias
Rua Gomes de Carvalho,
1.510, 3º andar
Vila Olímpia – São Paulo (SP)
Telefone: +55 (11) 3787-2667
www.ecorodovias.com.br

110

ASSESSORIA DE SUSTENTABILIDADE/ COMITÊS DE SUSTENTABILIDADE DAS UNIDADES DE NEGÓCIO

Artaet Arantes da Costa Martins
artaet.martins@ecorodovias.com.br
—
Daniela Espinossi Agostinho
Daniela.agostinho@ecorodovias.com.br

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Marcello Guidotti
Raquel Turano de Souza
invest@ecorodovias.com.br

GERÊNCIA DE RELAÇÕES COM IMPRENSA E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Maria Clara Cabral
Maria.cabral@ecorodovias.com.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL E DESIGN

Report Sustentabilidade

Equipe: Luana Bessa (gestão de projetos e relacionamento), Beto Gomes e Janice Kiss (edição e redação), Fernando Rocha (projeto gráfico e diagramação) e Thais Benite (produção gráfica)

REVISÃO

Assertiva Produções Editoriais

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Gráfica: Stilgraf
Tiragem: 500 exemplares
Papel: couché matte 115g/m² (miolo) e duodesign 300g/m² (capa)

FAMÍLIA TIPOGRÁFICA

Galaxie Polaris, Chester Jenkins, 2008

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 2** Relatório da Administração 2013
- 10** Demonstrações Financeiras
- 20** Notas explicativas às
Demonstrações Financeiras

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Relatório da Administração 2013

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2013 foi de extrema importância para o Grupo EcoRodovias. Em maio, iniciamos a pré-operação da BR-101/ES/BA, com a nossa sexta concessão rodoviária, a ECO101, rapidamente demonstrando a qualidade dos serviços oferecidos pelo Grupo. Com o objetivo de fortalecer estrategicamente a atuação dessa concessionária, em julho, a Centaurus Participações S.A. adquiriu 27,5% do capital social da ECO101, permanecendo a EcoRodovias com 58,0% de participação e a Grant Concessões e Participações Ltda. com 14,5%. A previsão de início da cobrança de pedágio, após o término dos trabalhos iniciais e investimentos contratuais dos doze primeiros meses, é para o primeiro semestre de 2014.

Em 2013, concluímos ainda importantes negociações nos nossos contratos de concessão. Visando maximizar a eficiência das operações rodoviárias no Polo de Pelotas, por exemplo, tivemos a redução do valor das tarifas de pedágio da Ecosul, com as seguintes contrapartidas: (i) devolução de trechos não pedagiados totalizando 166,5 km de rodovias simples; (ii) incorporação da pista duplicada da BR 392/RS com extensão de 51,8 km; e (iii) aumento gradativo do fator multiplicador de veículos pesados em relação aos veículos de passeio para 2 entre 2014 e 2016.

Na concessionária Ecovias dos Imigrantes foram iniciadas as obras constantes do aditivo ao contrato de concessão assinado em novembro de 2012, que incluem a remodelação do trevo localizado no km 55 da Rodovia Anchieta, com implantação de um anel viário interligando as rodovias Anchieta, Cônego Domenico Rangoni, Imigrantes e Padre Manoel da Nóbrega, bem como a construção de uma terceira faixa em ambos os sentidos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, entre o km 270 e o km 262 na região do Polo Industrial de Cubatão. A data prevista para as conclusões das obras é setembro de 2014.

Ainda no âmbito contratual, as concessionárias de São Paulo foram autorizadas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) a iniciar, em julho, a cobrança de pedágio dos eixos suspensos dos caminhões. A autorização foi dada em contrapartida ao não reajuste das tarifas previstas em contrato.

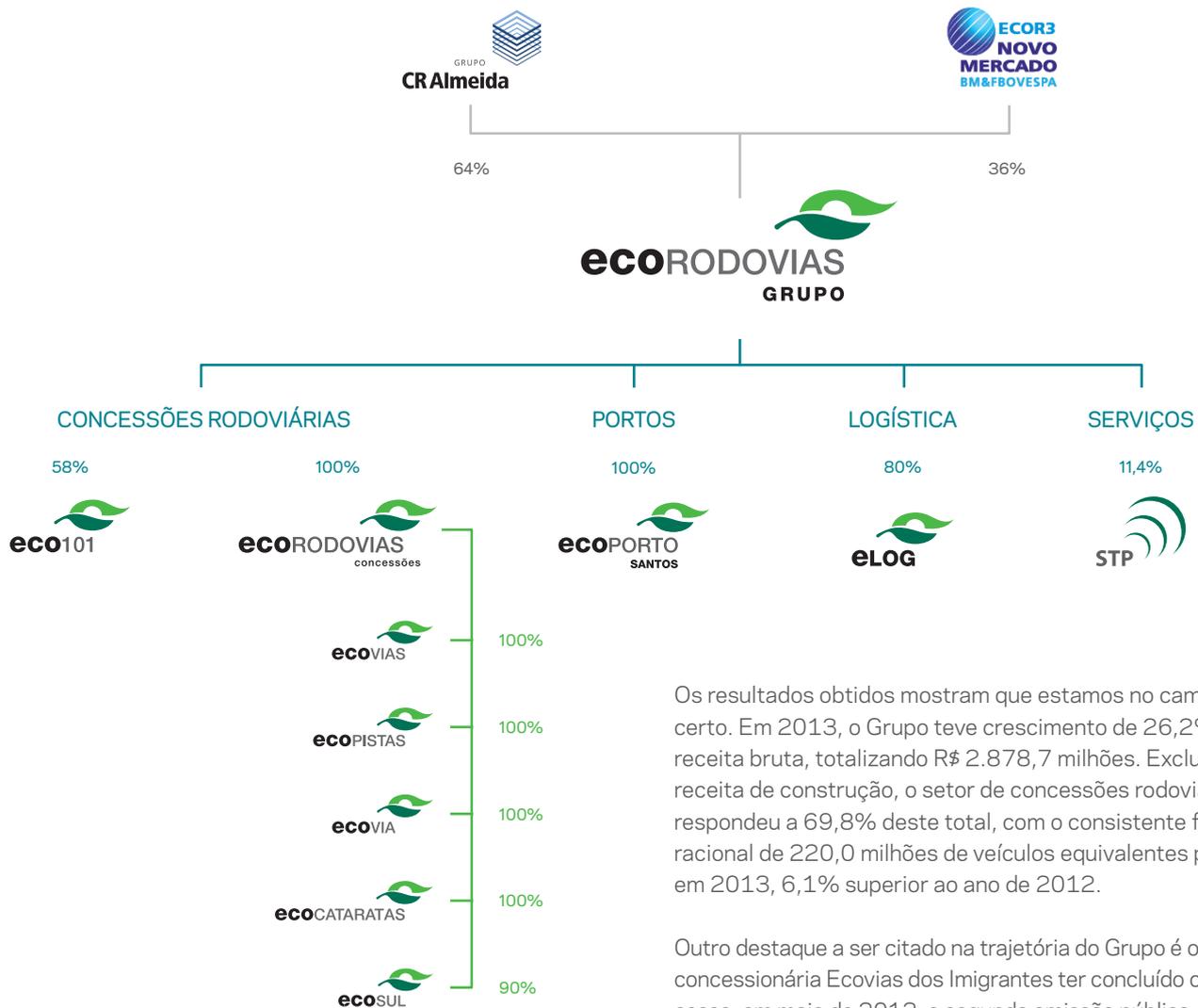
O ano de 2013 também foi importante para que o Grupo pudesse reiterar o seu foco em novos projetos de infraestrutura logística. No segundo semestre, participamos de forma consciente e segura de cinco leilões federais de concessões rodoviárias. Além disso, em parceria com a Fraport, uma das maiores operadoras de aeroportos do mundo, participamos do leilão do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. Todas as propostas apresentadas pelo Grupo objetivaram um retorno adequado aos nossos acionistas.

Apesar de ficarmos próximos das propostas vencedoras, não obtivemos sucesso, mas, em contrapartida, acreditamos que esse foi um dos motivos que nos possibilitou entrar em 2014 com uma boa saúde financeira, portanto, prontos para aproveitar novas oportunidades de negócio em infraestrutura.

Em outubro, a Companhia concluiu a venda de participação de 1,34% da empresa Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. – STP para Raízen, pelo valor de R\$ 33,5 milhões. No início de fevereiro deste ano, foi celebrado um contrato com a Capital Group para a venda do restante das ações, representativas de 11,41% da STP, pelo valor de R\$ 292,1 milhões, com o objetivo de reforçar a estrutura de capital e capacidade de investimento do Grupo.

No setor de logística, em decorrência da Medida Provisória nº 612, de 4 abril de 2013, foram concedidas autorizações à Elog para exploração de CLIA (Centro Logístico e Industrial Aduaneiro) nas unidades dos Portos Secos de Campinas, São Paulo e Curitiba II, passando as suas atividades a serem desenvolvidas por prazo indeterminado e com liberdade tarifária. No mesmo setor, Elog e Ecoporto Santos ajustaram suas operações, se preparando para os grandes desafios de 2014.

Outro evento de extrema importância na trajetória do Grupo aconteceu entre o final de 2012 e início de 2013, quando um de nossos então acionistas majoritários - Impregilo International Infrastructures N.V. - alienou sua participação na EcoRodovias, passando 19% para a Primav Construções e Comércio S.A. e o restante para o mercado em bolsa. Sendo assim, a Primav passou a ter 64,0% das ações da EcoRodovias, com os 36,0% restantes em circulação no mercado (free float), conforme organograma abaixo:



Os resultados obtidos mostram que estamos no caminho certo. Em 2013, o Grupo teve crescimento de 26,2% em sua receita bruta, totalizando R\$ 2.878,7 milhões. Excluindo a receita de construção, o setor de concessões rodoviárias correspondeu a 69,8% deste total, com o consistente fluxo operacional de 220,0 milhões de veículos equivalentes pagantes* em 2013, 6,1% superior ao ano de 2012.

Outro destaque a ser citado na trajetória do Grupo é o fato de a concessionária Ecovias dos Imigrantes ter concluído com sucesso, em maio de 2013, a segunda emissão pública de debêntures integralmente enquadrada como debêntures de infraestrutura (Lei 12.431/2011), no montante de R\$ 881,0 milhões. Outra operação de sucesso foi a contratação de uma linha de repasse do BNDES no total de R\$ 32,1 milhões para a Ecocatarratas para financiamento das obras de duplicação da BR-277.

As ações da EcoRodovias (BM&FBOVESPA: ECOR3), no ano de 2013, apresentaram crescimento no volume financeiro

médio de 17,5% e crescimento de 6,5% no número médio de negócios, que resultou na entrada das ações, a partir de janeiro de 2014, no Ibovespa, índice composto pelas empresas com ações mais negociadas e de maior valor no país, o que mostra a importância da EcoRodovias no mercado de ações brasileiro. O reconhecimento de que o Grupo busca resultados de maneira sustentável vem, ainda, por meio da inclusão das ações, pela terceira vez, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA, o ISE.

No balanço de 2013, também devemos citar, como reforço à estrutura corporativa, a criação de duas novas diretorias: a de Gestão de Pessoas e a Jurídica, que vêm se juntar ao experiente quadro existente, além da abertura do escritório em Brasília, de forma a contribuir com o crescimento sustentável do Grupo.

Depois de todos estes desafios, não poderíamos deixar de agradecer os nossos colaboradores pela dedicação e comprometimento na superação das metas empresariais. Queremos agradecer igualmente os nossos acionistas, sempre confiantes na gestão da Companhia, os conselheiros, que nos conduziram e nos apoiaram na realização de importantes decisões, e o apoio de nossos clientes, usuários, órgãos reguladores e demais instituições.

PERSPECTIVAS

4

Para o biênio 2014/2015 podemos esperar a continuidade dos leilões de infraestrutura no setor rodoviário, de portos e aeroportos. O Grupo, com sólidos princípios econômicos e financeiros, está preparado para essas oportunidades.

Além disso, outros setores de infraestrutura serão estudados e, caso seja verificado interesse, o ingresso em novos negócios será submetido ao Conselho de Administração e Assembleias. Com isso, o Grupo EcoRodovias reitera a sua capacidade e competência em análise de projetos e sua máxima vontade de conquistá-los com retorno aos investidores.

ADOÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS - *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

DESEMPENHO OPERACIONAL

CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Evolução do volume de tráfego: O volume de tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias apresentou um crescimento de 6,1% em 2013, quando com-

parado com 2012. Os principais motivos para esta variação estão apresentados abaixo:

Veículos comerciais - apresentou crescimento de 11,0% em 2013, quando comparado ao ano anterior. O aumento no volume de exportação de soja, milho e açúcar influenciou diretamente as concessionárias Ecovias dos Imigrantes, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas e Ecosul. O crescimento na Ecopistas ocorreu em função do bom desempenho do setor industrial na região. Em São Paulo, adicionalmente, como contrapartida ao não reajuste das tarifas, iniciou-se a cobrança dos eixos suspensos para caminhões.

Veículos de passeio - cresceu 1,7% em 2013, quando comparado ao ano anterior, apesar das condições climáticas desfavoráveis que impactaram o fluxo de veículos de passeio nas regiões de turismo dos estados das regiões Sudeste e Sul do país. Houve um decréscimo de 1,2% na Ecovias dos Imigrantes e crescimentos de 3,0% na Ecopistas, 0,9% na Ecovia Caminho do Mar e 0,6% na Ecocataratas. O desenvolvimento do Polo de Pelotas, influenciado pela ampliação do polo naval de Rio Grande e a implantação do estaleiro em São José do Norte, foi o grande influenciador do crescimento de 8,5% na concessionária Ecosul.

VOLUME DE TRÁFEGO

(veículos equivalentes pagantes x mil)

	2013	2012	Var.
Comercial			
Ecovias dos Imigrantes	29.059	25.920	12,1%
Ecopistas	30.975	28.453	8,9%
Ecovia Caminho do Mar	11.473	11.336	1,2%
Ecocataratas	17.230	15.996	7,7%
Ecosul Rodovias do Sul	19.973	16.199	23,3%
Total	108.710	97.904	11,0%
Passeio			
Ecovias dos Imigrantes	32.873	33.280	-1,2%
Ecopistas	57.038	55.357	3,0%
Ecovia Caminho do Mar	4.496	4.457	0,9%
Ecocataratas	10.481	10.423	0,6%
Ecosul Rodovias do Sul	6.455	5.951	8,5%
Total	111.343	109.468	1,7%
Comercial + Passeio			
Ecovias dos Imigrantes	61.932	59.200	4,6%
Ecopistas	88.013	83.810	5,0%
Ecovia Caminho do Mar	15.969	15.793	1,1%
Ecocataratas	27.711	26.419	4,9%
Ecosul Rodovias do Sul	26.428	22.150	19,3%
VOLUME DE TRÁFEGO	220.053	207.372	6,1%

Nota: Veículo equivalente pagante é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

TARIFA MÉDIA (em R\$ / veículos equivalentes pagantes)	2013	2012	Var.
Ecovias dos Imigrantes	13,40	13,17	1,7%
Ecopistas	2,58	2,53	2,0%
Ecovia Caminho do Mar	13,03	12,39	5,2%
Ecocataratas	8,52	8,09	5,3%
Ecosul - Rodovias do Sul	7,10	6,66	6,6%
TARIFA MÉDIA CONSOLIDADA	7,67	7,47	2,7%

Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.

O crescimento de 2,7% na tarifa média consolidada foi decorrente, principalmente, do não reajuste nas tarifas de pedágio nas concessionárias de São Paulo, fato este compensado pelo início da cobrança de eixos suspensos, dentre outras medidas.

ECOPORTO SANTOS

Obs: Os dados de 2012 incluem as movimentações anteriores à aquisição do Ecoporto Santos pelo Grupo EcoRodovias.

A movimentação de contêineres nas operações de cais no Ecoporto Santos teve redução de 8,4% em 2013 como reflexo, principalmente, da descontinuidade de um serviço ASE (trade Ásia) no início do ano, parcialmente compensado com escalas spots. O market share de operações de cais foi de 13,9%, uma redução de 2,5 p.p. em comparação aos 16,4% de 2012. Os números são reflexo direto e esperado do início das operações de dois novos terminais de contêineres no Porto de Santos: Embraport e BTP. As operações de armazenagem do Ecoporto Santos cresceram 0,5% em 2013, resultante da manutenção e captação de clientes e contêineres no Ecoporto Alfandegado.

MOVIMENTAÇÃO (em contêineres)	2013	2012	Var.
Ecoporto Santos			
Operação de Cais	296.460	323.623	-8,4%
Operações de Armazenagem	82.481	82.068	0,5%

TARIFA MÉDIA (em R\$)	2013	2012	Var.
Ecoporto Santos			
Operação de Cais	675	675	-0,1%
Operações de Armazenagem	5.144	4.647	10,7%

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada atingiu R\$ 2.878,7 milhões em 2013, crescimento de 26,2% em relação à 2012 devido à consolidação do Ecoporto Santos e ao crescimento orgânico das concessões rodoviárias.

RECEITA BRUTA (em milhões de R\$)	2013	2012	Var.
Concessões Rodoviárias	1.745,4	1.606,1	8,7%
Receita de Construção	505,8	298,5	69,4%
Ecoporto Santos	625,0	370,3	68,8%
Serviços	131,6	123,4	6,6%
Eliminações	(129,1)	(117,2)	10,2%
RECEITA BRUTA	2.878,7	2.281,1	26,2%

A receita de concessões rodoviárias é proveniente de receitas de pedágios, receitas acessórias (monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos, outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias) e receita de construção estabelecida pelo ICPC-01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) - Contratos de Concessão em que a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária gera uma receita sobre a qual a Companhia não reconhece margem de lucro (margem igual a zero), sendo o valor correspondente ao mesmo contabilizado na conta de "Custo de Construção de Obras".

A receita bruta do Ecoporto Santos atingiu R\$ 625,0 milhões em 2013 e R\$ 370,3 milhões em 2012, que corresponde aos meses de junho a dezembro de 2012.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida consolidada atingiu R\$ 2.639,1 milhões, com um crescimento de 26,4% em relação a 2012. As deduções sobre a receita bruta atingiram R\$ 239,5 milhões em 2013, representando 8,3% do total da receita bruta.

RECEITA LÍQUIDA (em milhões de R\$)	2013	2012	Var.
Concessões Rodoviárias	1.595,0	1.468,0	8,7%
Receita de Construção	505,8	298,5	69,4%
Ecoporto Santos	550,5	328,8	67,4%
Serviços	116,8	109,4	6,8%
Eliminações	(129,0)	(117,2)	10,1%
Holding	-	-	
RECEITA LÍQUIDA	2.639,1	2.087,5	26,4%

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2013, os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$ 1.711,7 milhões, frente aos R\$ 1.217,3 milhões em 2012, denotando uma variação de 40,6%.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	2013	2012	Var.
Pessoal	313,1	231,2	35,4%
Conservação e Manutenção	81,4	54,8	48,5%
Serviços de Terceiros	318,8	214,0	49,0%
Seguros, Poder Concedente e Locações	107,0	71,5	49,7%
Depreciação / Amortização	236,6	203,9	16,0%
Provisão para Manutenção	74,9	75,1	-0,3%
Custo de Construção de Obras	505,8	298,5	69,4%
Outros	74,1	68,3	8,5%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.711,7	1.217,3	40,6%

Os principais motivos para tais variações foram:

6

Pessoal: R\$ 313,1 milhões em 2013, 35,4% superior a 2012, devido à aplicação do dissídio, novas contratações para a ECO101 e a consolidação de 12 meses do Ecoporto Santos.

Conservação e Manutenção: R\$ 81,4 milhões em 2013, 48,5% superior a 2012, resultante de maior manutenção na Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas e Ecosul decorrente do alto volume de tráfego pesado nestas concessionárias.

Serviços de terceiros: R\$ 318,8 milhões em 2013, 49,0% superior a 2012, devido à consolidação de 12 meses do Ecoporto Santos, contratação de consultorias para estudos de novas oportunidades de negócio em concessões rodoviárias e aeroportos, além do início das operações da ECO101.

Seguros, Poder Concedente e Locações: R\$ 107,0 milhões em 2013, 49,7% superior a 2012, decorrente do reajuste nos contratos de seguros e nos alugueis das unidades, bem como a consolidação de 12 meses do Ecoporto Santos.

Depreciação e Amortização: R\$ 236,6 milhões em 2013, 16,0% superior a 2012, devido às obras realizadas nas concessionárias Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas e consolidação de 12 meses do Ecoporto Santos.

Custo de construção de obras: R\$ 505,8 milhões em 2013, 69,4% superior a 2012, resultante da maior quantidade de

obras nas concessionárias, dentre as quais se destacam as obras relacionadas ao aditivo contratual da Ecovias dos Imigrantes, as obras de ampliação da Ecopistas e obras iniciais na ECO101

Outros: R\$ 74,1 milhões em 2012, 8,5% superior a 2012, devido à consolidação de 12 meses do Ecoporto Santos e ao início das operações da ECO101.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA foi de R\$ 1.195,5 milhões em 2013 e a margem EBITDA sobre a receita líquida de 45,3%. O crescimento de 12,1% foi ocasionado pelo aumento do EBITDA no setor de concessões rodoviárias e pela consolidação de 12 meses do Ecoporto Santos. A redução da margem EBITDA foi influenciada pela consolidação de 12 meses do Ecoporto Santos e aumento na receita de construção das concessionárias de rodovias.

EBITDA (em milhões de R\$)	2013	2012	Var.
Lucro Líquido (antes da participação de minoritários)	399,5	427,0	-6,4%
Depreciação e Amortização	236,6	203,9	16,0%
Resultado Financeiro	325,5	241,5	34,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	234,7	238,5	-1,6%
Amortização de Investimentos	-	0,3	-100,0%
Equivalência Patrimonial	(0,8)	(44,8)	-98,2%
EBITDA	1.195,5	1.066,4	12,1%
MARGEM EBITDA	45,3%	51,1%	-5,8p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido totalizou R\$ 325,5 milhões negativos em 2013, 34,8% a mais que resultado de 2012. Esta variação ocorreu devido a maior representatividade das debêntures no endividamento total da companhia e pela alta dos juros e inflação ocorrida ao longo de 2013.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2013, a EcoRodovias apresentou lucro líquido após a participação de minoritários de R\$ 397,8 milhões, 5,8% inferior aos R\$ 422,1 milhões registrados em 2012.

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

A EcoRodovias encerrou dezembro de 2013 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários de R\$ 1.152,6 milhões.

A dívida bruta da EcoRodovias atingiu R\$ 3.700,7 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento de 22,0%, quando comparado a 31 de dezembro de 2012. Contribuíram para o aumento da dívida bruta: (i) emissão de debêntures no valor de R\$ 881,0 milhões pela Ecovias dos Imi-

grantes; (ii) liberação de R\$ 96,5 milhões do BNDES em favor da concessionária Ecopistas; (iii) liberação de R\$ 32,1 milhões do BNDES em favor da concessionária Ecocataratas; (iv) emissão de notas promissórias da EcoRodovias (R\$ 275,0 milhões) e (v) aumento de R\$ 23,5 milhões nos empréstimos de capital de giro nas concessionárias Ecovia Caminho do Mar e Ecosul. Fatores de redução da dívida bruta: (i) pagamento de R\$ 593,9 milhões, referente ao principal e juros das notas promissórias da EcoRodovias; (ii) pagamento de principal e juros no valor de R\$ 149,8 milhões referentes à 1ª, 2ª e 3ª séries da primeira emissão de debêntures da concessionária Ecovias dos Imigrantes; (iii) pagamento de juros no valor de R\$ 55,3 milhões referente à primeira emissão de debêntures do Ecoporto Santos.

Endividamento (em milhões de R\$)	31/12/13	31/12/12	Var.
Curto Prazo	835,6	1.002,7	-16,7%
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	571,5	802,7	-28,8%
Debêntures	264,1	200,0	32,0%
Longo Prazo	2.865,0	2.031,5	41,0%
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	218,5	161,9	34,9%
Debêntures	2.646,5	1.869,6	41,6%
Endividamento Bruto	3.700,6	3.034,2	22,0%
Caixa e equivalentes de caixa	1.152,6	858,1	34,3%
Endividamento Líquido	2.548,0	2.176,1	18,7%

CAPEX

Os investimentos consolidados realizados na EcoRodovias, em 2013, totalizaram R\$ 758,2 milhões, 64,9% superior ao registrado em 2012.

Concessões rodoviárias: o total de investimentos realizados em 2013 foi de R\$ 715,7 milhões, superior em 72,2%, se comparado a 2012. Os principais investimentos foram concentrados em melhorias nas sinalizações e nos dispositivos de segurança, pavimentação e conservação especial, investimentos em hardware e equipamentos de pedágio e obras, dentre as quais se destacam as obras relacionadas ao aditivo contratual na Ecovias dos Imigrantes, a quinta faixa entre o km 26 e o km 41 na Rodovia dos Imigrantes, a conclusão do Trevo dos Pimentas e obras nas marginais da Rodovia Ayrton Senna, na Ecopistas, bem como os investimentos iniciais em pavimentação e conservação especial e aquisição de hardwares e equipamentos de pedágios na ECO101.

Ecoporto Santos: o valor de investimento realizado em 2013 foi de R\$ 24,4 milhões, inferior em 21,0% quando comparado com 2012, correspondente à modernização de máquinas e equipamentos e obras para adequação de infraestrutura.

EcoRodovias Concessões e Serviços: os investimentos foram de R\$ 17,5 milhões, 32,6% superiores a 2012, correspondentes à obras para adequação da infraestrutura e aquisição de software e hardware.

CAPEX (em milhões de R\$)	2013			2012			Var.
	INTANGIVEL/ IMOBILIZADO	CUSTO DE MANUTENÇÃO	TOTAL	INTANGIVEL/ IMOBILIZADO	CUSTO DE MANUTENÇÃO	TOTAL	TOTAL 2013 X 2012
Concessões Rodoviárias	623,4	92,3	715,7	337,3	78,3	415,6	72,2%
Ecovias dos Imigrantes	292,8	38,9	331,7	91,1	55,0	146,1	127,0%
Ecopistas	173,3	-	173,3	118,0	-	118,0	46,9%
Ecovia Caminho do Mar	41,8	13,9	55,7	31,2	3,5	34,7	60,5%
Ecocataratas	32,0	37,1	69,1	59,1	19,0	78,1	-11,5%
Ecosul - Rodovias do Sul (100%)	41,0	2,4	43,4	32,2	0,8	33,0	31,5%
ECO101 (100%)	42,5	-	42,5	5,7	-	5,7	645,6%
Ecoporto Santos	24,4	-	24,4	30,9	-	30,9	-21,0%
Serviços	17,5	-	17,5	13,2	-	13,2	32,6%
Holding	0,6	-	0,6	0,2	-	0,2	2,00
CAPEX	665,9	92,3	758,2	381,6	78,3	459,9	64,9%

DIVIDENDOS

Ao longo de 2013, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos no valor total de R\$ 435,2 milhões, sendo R\$ 255,2 milhões de dividendos complementares referentes ao exercício de 2012 e R\$ 180,0 milhões de dividendos intermediários referentes ao exercício de 2013. A Administração propõe, ainda, a distribuição de R\$ 198,0 milhões em dividendos. A distribuição do exercício de 2013 está sujeita à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A EcoRodovias está comprometida em adotar as melhores práticas de governança corporativa, com eficiência, transparência de sua gestão e firme propósito de criar valor para seus acionistas, uma vez que o objetivo é fazer com que as decisões sejam tomadas visando o melhor interesse e longo prazo.

Seguimos as práticas recomendadas pelo “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, do IBGC, dentre as quais destacam-se: Código de Conduta Empresarial aprovado pelo Conselho de Administração; transparência na divulgação dos resultados; cargos de presidente do Conselho de Administração e de executivo principal da companhia ocupados por pessoas diferentes; contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros; utilização de câmara de arbitragem para a resolução de conflitos societários e políticas de divulgação de informações e manutenção de sigilo.

8

Em 31 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração era composto por sete membros, sendo três independentes, com mandatos unificados de dois anos. O Conselho de Administração conta com a assessoria dos comitês estatutários de Auditoria, Gestão de Pessoas e de Governança e Investimentos, Finanças e Riscos, além dos comitês não estatutários de Ética e de Sustentabilidade.

A Diretoria da Companhia não possui vínculos com seus acionistas controladores e exerce gestão profissionalizada e compartilhada na busca sistemática de um consenso entre todos os seus membros, reforçando o conceito de órgão com decisões colegiadas.

A companhia possui, também, uma sólida estrutura organizacional de controle e de gerenciamento de riscos que, através da aplicação das melhores práticas, dissemina esta cultura em todo o Grupo.

A cultura anticorrupção já está arraigada em sua administração e colaboradores, sendo que, desde a entrada em vigor da Lei Anticorrupção, em janeiro de 2014, a Companhia tem divulgado de forma contundente os termos da referida lei. O Grupo EcoRodovias possui normas estruturadas de governança corporativa, controle de riscos e um Código de Conduta Empresarial que veda condutas como a promessa de vantagens a agentes públicos, pagamento de propinas, frustração de competitividade, etc., amplamente divulgado a todos os seus colaboradores.

Além disso, há um Comitê de Ética, formado por membros da alta administração, que tem por objetivo processar e apurar as denúncias a ele direcionadas, cujo tratamento é sigiloso. Não obstante as atividades já desempenhadas pela Companhia, a EcoRodovias reuniu um grupo de trabalho formado pelas diretorias Jurídica e de Gestão de Pessoas, e as gerências de Riscos e Controles Internos e de Comunicação Interna com o objetivo de aprimorar ainda mais os controles e políticas existentes, desenvolvendo um plano de ação amplo dentro do Grupo.

GESTÃO DE PESSOAS

O Grupo EcoRodovias conquistou, em 2013, o direito de permanecer por mais um ano no restrito grupo de empresas que se diferenciam no mercado pela excelência na gestão de pessoas. Pela quinta vez consecutiva, está entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, de acordo com pesquisa da Você S.A./FIA e, pelo terceiro ano consecutivo, no ranking das 130 Melhores Empresas para Trabalhar definido pela Revista Época/Great Place to Work. A área de Recursos Humanos prioriza programas que visam o bem-estar dos colaboradores, com destaque para o Programa Mamãe EcoRodovias, que oferece o monitoramento telefônico de uma equipe especializada e benefícios às colaboradoras gestantes e para o Programa Saúde EcoRodovias, com orientação e acompanhamento de tratamentos médicos e hospitalares.

Além disso, com a criação da nova Diretoria de Gestão de Pessoas, o Grupo passou a exercer diversas ações de desenvolvimento e gestão. A Escola de Líderes, por exemplo, foi criada para poder formar um quadro de pessoas preparadas para assumir com prontidão posições-chave com as competências requeridas.

Outro exemplo é o Projeto de Cultura, que identificou, em 2013, os principais arquétipos do Grupo EcoRodovias, como “Um só time”, “Inovação” e “Foco do Cliente”.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O Grupo EcoRodovias adota iniciativas que representam efetiva contribuição para o desenvolvimento sociocultural de diversos públicos de relacionamento, com ênfase para as comunidades lindeiras aos ativos do Grupo, usuários e colaboradores.

Citamos aqui apenas alguns exemplos dos inúmeros programas de responsabilidade socioambiental desenvolvidos pelo Grupo em 2013:

- **Ecoviver:** tem como objetivo envolver professores, alunos e comunidade em geral em atividades educacionais e culturais, promovendo a educação ambiental nas escolas localizadas às margens das rodovias.
- **Voluntários do Bem:** projeto de voluntariado, em que os colaboradores dão aulas a crianças de escolas públicas sobre

valorização dos recursos naturais, a utilização de estradas e conceitos básicos de administração de uma empresa.

- **Saúde do Caminhoneiro:** em alguns períodos do ano, as concessionárias disponibilizam exames médicos a caminhoneiros, além de palestras sobre saúde.
- **Reinventar:** iniciativa com objetivo de reaproveitar as lonas utilizadas em painéis publicitários ao longo das rodovias e transformá-las em produtos como bolsas, pastas, estojos, aventais, gerando renda para costureiras.
- **Virando o Jogo:** projeto que incentiva a prática de esportes entre crianças de 6 a 10 anos nas comunidades de Diadema. São realizadas atividades esportivas, aulas de dança e educação para o trânsito, entre outras. O objetivo do projeto é afastar as crianças das margens da Rodovia e oferecer atividades recreativas e educativas.
- **Equipes Brasileiras de Voleibol Sentado:** a EcoRodovias é patrocinadora oficial das seleções brasileiras masculina e feminina do voleibol sentado.
- **Preservação da fauna:** diversos projetos de preservação da fauna, como por exemplo o projeto Respeito à Vida, na Ecocatara-tas, de educação ambiental, em parceria com o PNI e o Instituto Chico Mendes. O objetivo é sensibilizar as comunidades lindeiras e os usuários da BR-277 sobre o respeito à fauna, à flora e aos limites de velocidade, em áreas de unidades de conservação. O Grupo também apoia a manutenção de parques e áreas de preservação localizados nas proximidades das rodovias e realiza campanhas de combate ao comércio ilegal de plantas e animais.
- **Emissões:** uso prioritário de combustíveis renováveis (etanol) na frota de veículos, uso de equipamentos com maior eficiência energética e contratação de veículos fretados para o transporte de funcionários.
- **Papai Noel Existe:** os colaboradores escrevem cartas como se fossem o Papai Noel e a EcoRodovias distribui os presentes a entidades carentes da região.

Além disso, o Grupo EcoRodovias deu continuidade à sua participação na campanha “Década de Ação pelo Trânsito Seguro”, lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que visa reduzir o número de acidentes de trânsito. Na Companhia, o tema da campanha é “Por uma estrada sem acidentes” e contou em 2013 com o slogan “#Dicas Salvam Vidas”, veiculando mensagens e orientações de segurança no trânsito em programas de rádio, jornais e faixas (banners) ao longo da rodovia. Nas praças de pedágios de cinco concessionárias, os motoristas receberam o segundo volume de um guia de segurança no trânsito, com 45 orientações de como se portar na direção.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/A foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2013: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”). Os honorários relativos a esses trabalhos foram de R\$ 374,2 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

São Paulo, 18 de março de 2014.

A Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (31/12/2013)

MEMBROS EFETIVOS

Marco Antonio Cassou (Presidente)
 Cesar Beltrão de Almeida
 João Alberto Gomes Bernacchio
 Eduardo Bunker Gentil
 Geraldo Carbone
 Raimundo Christians
 Eduardo Rath Fingerl

MEMBROS SUPLENTE

Eros Gradowski Junior
 Belmiro Valverde Jobim Castor

DIRETORIA (31/12/2013)

Marcelino Seras

Diretor Presidente, Diretor de Operações Logísticas e Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Federico Botto

Diretor de Operações Rodoviárias

Marcello Guidotti

Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Claudio Costa

Diretor Gestão de Pessoas

Marcelo Lucon

Diretor Jurídico

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012 Reclassificado Conforme NE 4
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	177.016	435.621	1.071.043	778.981
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	70.740	66.722
Clientes	8	-	-	66.423	79.521
Clientes - partes relacionadas	8	-	-	85.228	70.367
Tributos a recuperar	9	14.847	13.812	36.576	28.180
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	10	14.372	14.032	-	-
Despesas antecipadas	11	16	202	6.865	6.987
Partes relacionadas	21	47	-	-	-
Outros créditos		3.871	210	30.003	15.837
Total do ativo circulante		210.169	463.877	1.366.878	1.046.595
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	10.805	12.434
Tributos diferidos	16. a)	-	-	531.563	541.416
Depósitos judiciais	12	10.357	9.615	88.399	79.472
Partes relacionadas - clientes	21	-	6.487	-	-
Outros créditos		-	-	10.302	30.556
Despesas antecipadas	11	-	-	290	340
Investimentos:					
Em controladas	13	1.194.531	1.220.196	253.159	275.506
Ágio	13	969.668	996.152	-	-
Imobilizado	14	4.339	4.582	428.020	405.011
Intangível	15	94	73	3.811.352	3.414.245
Total do ativo não circulante		2.178.989	2.237.105	5.133.890	4.758.980

10

TOTAL DO ATIVO	2.389.158	2.700.982	6.500.768	5.805.575
-----------------------	-----------	-----------	-----------	-----------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA EXPLICATIVA	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012 Reclassificado Conforme NE 4
CIRCULANTE					
Fornecedores		4.668	552	79.917	57.051
Empréstimos e financiamentos	18	290.762	574.108	571.533	802.424
Arrendamento mercantil financeiro	19	-	-	-	248
Debêntures	20	-	-	264.076	200.026
Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	304	368	30.906	25.661
Obrigações sociais e trabalhistas	25	7.332	7.876	53.451	42.513
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	2.232	1.726
Partes relacionadas - fornecedores	21	17	-	3.530	5.163
Obrigações com o poder concedente	24	-	-	20.454	20.794
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	13.111	27.765
Provisão para manutenção	22	-	-	49.932	63.531
Provisão para construção de obras futuras	23	-	-	9.519	2.141
Outras contas a pagar		13.850	10.279	67.198	38.658
Total do passivo circulante		316.933	593.183	1.165.859	1.287.701
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	218.482	161.921
Debêntures	20	-	-	2.646.532	1.869.621
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	6.597	8.766
Outras contas a pagar		-	-	20.251	45.446
Tributos diferidos	16. a)	207	163	36.889	24.700
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	26	48	60	135.148	106.441
Provisão para manutenção	22	-	-	128.116	115.131
Provisão para construção de obras futuras	23	-	-	2.268	10.040
Obrigações com o poder concedente	24	-	-	42.597	50.321
Total do passivo não circulante		255	223	3.236.880	2.392.387
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	27. a)	1.320.549	1.320.549	1.320.549	1.320.549
Reserva de lucros - legal	27. c)	131.747	111.855	131.747	111.855
Reserva de lucros - orçamento de capital	27. d)	388.105	578.037	388.105	578.037
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	27. e)	197.958	65.268	197.958	65.268
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	27. f)	36.658	34.692	36.658	34.692
Reserva de capital - alienação part. acionistas não controladores	27. h)	5.441	-	5.441	-
Ações em tesouraria	27. g)	(8.488)	(2.825)	(8.488)	(2.825)
Atribuído à participação dos acionistas controladores		2.071.970	2.107.576	2.071.970	2.107.576
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio das controladas	27. h)	-	-	26.059	17.911
Total do patrimônio líquido		2.071.970	2.107.576	2.098.029	2.125.487
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.389.158	2.700.982	6.500.768	5.805.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**
(Em milhares de reais - R\$)

	NOTA EXPLICATIVA	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
RECEITA LÍQUIDA	28	-	-	2.639.059	2.087.521
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	29	-	-	(1.346.606)	(949.547)
LUCRO BRUTO		-	-	1.292.453	1.137.974
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	29	(76.377)	(47.911)	(365.104)	(267.767)
Resultado de equivalência patrimonial	13. a)	461.565	459.073	769	44.910
Juros sobre o capital próprio recebidos	13. a)	21.880	38.523	-	-
Amortização do ágio sobre investimento	13. a)	(26.484)	(8.926)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	5.d.i)	33.003	(2.967)	31.538	(8.062)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		413.587	437.792	959.656	907.055
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	30	22.985	15.622	113.407	69.434
Despesas financeiras	30	(38.704)	(33.880)	(438.884)	(310.967)
		(15.719)	(18.258)	(325.477)	(241.533)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		397.868	419.534	634.179	665.522
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	16. b)	26	23	(212.625)	(230.853)
Diferidos	16. b)	(44)	2.515	(22.042)	(7.624)
		(18)	2.538	(234.667)	(238.477)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		397.850	422.072	399.512	427.045
ATRIBUÍVEL A					
Participação dos acionistas controladores		397.850	422.072	397.850	422.072
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.662	4.973
		397.850	422.072	399.512	427.045
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO	31	0,71	0,76		
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - DILUÍDO	31	0,71	0,75		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	397.850	422.072	399.512	427.045
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	397.850	422.072	399.512	427.045
ATRIBUÍVEL A				
Acionistas da Companhia			397.850	422.072
Outros acionistas que não da Companhia			1.662	4.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	NOTA EXPLICATIVA		
		Capital social	Reservas de capital, Opções Outorgadas e Ações em tesouraria
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		1.320.549	31.224
Efeito de participação de acionistas não controladores nas controladas		-	-
Opções de ações outorgadas reconhecidas		-	2.789
Plano de opção com base em ações	27.f)	-	(1.331)
Ações em tesouraria adquiridas	27.g)	-	(7.760)
Ações em tesouraria exercidas por diretores - plano de opções	27.g)	-	6.945
Dividendos distribuídos (R\$0,09 por ação)	27.e)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-
Destinação do lucro:			
Reserva legal	27.c)	-	-
Constituição de reserva de lucros - orçamento de capital	27.d)	-	-
Dividendos intermediários pagos (R\$0,26 por ação)	27.e)	-	-
Constituição para reserva de dividendos	27.e)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		1.320.549	31.867
Efeito da venda de participação à acionistas não controladores nas controladas	5.d.ii)	-	-
Alienação de participação de acionistas não controladores		-	5.441
Reversão de orçamento capital cfe AGOE de 25.04.2013		-	-
Opções de ações outorgadas reconhecidas	27.f)	-	2.971
Plano de opção com base em ações	27.f)	-	(1.005)
Ações em tesouraria adquiridas	27.g)	-	(11.546)
Ações em tesouraria exercidas por diretores - plano de opções	27.g)	-	5.883
Dividendos distribuídos (R\$0,46 por ação)	27.e)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-
Destinação do lucro:			
Reserva legal	27.c)	-	-
Dividendos intermediários pagos (R\$0,32 por ação)	27.e)	-	-
Constituição para reserva de dividendos	27.e)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		1.320.549	33.611

14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atribuível aos acionistas da Companhia			Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores (BR GAAP)	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido consolidado (IFRS e BR GAAP)
Reservas de lucros						
Legal	Dividendos adicionais propostos	Orçamento de capital				
90.751	51.431	388.105	-	1.882.060	3.041	1.885.101
-	-	-	-	-	15.001	15.001
-	-	-	-	2.789	-	2.789
-	-	-	-	(1.331)	-	(1.331)
-	-	-	-	(7.760)	-	(7.760)
-	-	-	-	6.945	-	6.945
-	(51.431)	-	-	(51.431)	(5.104)	(56.535)
-	-	-	422.072	422.072	4.973	427.045
21.104	-	-	(21.104)	-	-	-
-	-	189.932	(189.932)	-	-	-
-	-	-	(145.768)	(145.768)	-	(145.768)
-	65.268	-	(65.268)	-	-	-
111.855	65.268	578.037	-	2.107.576	17.911	2.125.487
-	-	-	-	-	12.819	12.819
-	-	-	-	5.441	-	5.441
-	189.932	(189.932)	-	-	-	-
-	-	-	-	2.971	-	2.971
-	-	-	-	(1.005)	-	(1.005)
-	-	-	-	(11.546)	-	(11.546)
-	-	-	-	5.883	-	5.883
-	(255.200)	-	-	(255.200)	(6.333)	(261.533)
-	-	-	397.850	397.850	1.662	399.512
19.892	-	-	(19.892)	-	-	-
-	-	-	(180.000)	(180.000)	-	(180.000)
-	197.958	-	(197.958)	-	-	-
131.747	197.958	388.105	-	2.071.970	26.059	2.098.029

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Lucro líquido do exercício	397.850	422.072	399.512	427.045
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	607	599	236.631	203.924
Amortização de ágio	26.484	8.926	-	-
Capitalização de juros	-	-	(934)	-
Prêmio de opção com base em ações	903	2.467	1.966	2.789
Perda/baixa do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimento	-	7.409	2.663	13.260
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	32.585	26.247	375.538	264.786
Variação monetária com o Poder Concedente	-	-	7.644	9.813
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, depósitos judiciais e atualização monetária	(12)	60	(2.213)	6.186
Provisão para manutenção e provisão para construção de obras	-	-	(1.008)	4.842
Receita sobre títulos e valores mobiliários	-	-	(6.606)	(3.954)
Provisão para Credores de Liquidação Duvidosa - PCLD	-	-	3.047	2.159
Resultado de equivalência patrimonial e juros sobre capital próprio recebidos	(483.445)	(497.596)	(769)	(44.910)
Tributos diferidos	44	(2.514)	22.042	7.659
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Clientes	-	-	(4.810)	(11.946)
Partes relacionadas - clientes	(10)	(6.451)	-	36.028
Tributos a recuperar	(1.035)	(192)	(8.396)	(2.519)
Despesas antecipadas	186	(106)	172	(762)
Depósitos judiciais	(742)	(499)	(8.927)	(10.320)
Outros créditos	(3.661)	49	(8.712)	(6.105)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	4.116	(1.536)	22.866	(20.929)
Obrigações sociais e trabalhistas	(544)	2.371	10.938	6.636
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(64)	52	5.245	2.207
Partes relacionadas - fornecedores	17	-	(1.633)	(32.150)
Outras contas a pagar	3.571	1.199	3.345	32.382
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(14.654)	(228)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(23.150)	(37.443)	1.032.947	885.993

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Dividendos recebidos	501.856	971.719	21.514	29.183
Fluxo de caixa na aquisição da Tecondi - vide nota explicativa 5.c)	-	-	-	(741.086)
Aporte de capital de acionistas não controladores	-	-	-	15.001
Investimento em controladas - venda de participação - vide nota explicativa 5.d)	19.871	-	19.862	-
Pagamento de dividendos minoritários	-	-	(6.333)	(5.104)
Aquisição de imobilizado e intangível	(385)	(245)	(612.756)	(384.581)
Investimento em controladas - aportes de capital	(3)	(933.992)	-	(1.215)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	521.339	37.482	(577.713)	(1.087.802)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Comissão sobre notas promissórias	2.433	3.432	2.433	3.432
Obrigações pagas com o poder concedente	-	-	(15.708)	(13.515)
Títulos e valores mobiliários	-	-	4.217	(7.895)
Captação de arrendamento mercantil, empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	-	-	1.014.731	1.451.025
Captação de notas promissórias	274.635	544.429	274.635	544.429
Pagamento de arrendamento mercantil, empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(209.982)	(1.084.731)
Pagamento de notas promissórias	(550.000)	-	(550.000)	-
Pagamento de ações em tesouraria	(5.663)	(815)	(5.663)	(815)
Opções outorgadas	-	(1.331)	-	(1.331)
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-	-	(1.663)	(942)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(435.200)	(197.199)	(435.200)	(210.725)
Juros pagos	(42.999)	-	(240.972)	(228.170)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(756.794)	348.516	(163.172)	450.762

AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	435.621	87.066	778.981	530.028
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	177.016	435.621	1.071.043	778.981

AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	(258.605)	348.555	292.062	248.953
--	-----------	---------	---------	---------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
RECEITAS				
Com arrecadação de pedágio	-	-	1.689.156	1.548.181
Com construção	-	-	505.830	298.540
Outras receitas	-	-	683.675	434.452
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados	-	-	(868.912)	(611.096)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(17.779)	(23.589)	(246.544)	(166.793)
Outros	-	-	-	(294)
VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO BRUTO	(17.779)	(23.589)	1.763.205	1.502.990
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(607)	(599)	(236.631)	(203.924)
AMORTIZACÃO DE INVESTIMENTOS	(26.484)	(8.926)	-	-
VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(44.870)	(33.114)	1.526.574	1.299.066
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	22.985	15.622	113.407	69.434
Resultado de equivalência patrimonial	483.445	497.596	769	44.910
	506.430	513.218	114.176	114.344
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	461.560	480.104	1.640.750	1.413.410
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	461.560	480.104	1.640.750	1.413.410
Pessoal	22.890	25.001	313.125	231.164
Remuneração direta	20.344	23.156	236.687	197.521
Benefícios	1.719	1.254	57.472	26.200
FGTS	827	591	18.966	7.443

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Impostos, taxas e contribuições	18	(2.538)	464.344	427.134
Federais	18	(2.538)	354.908	333.183
Estaduais	-	-	294	151
Municipais	-	-	109.142	93.800
Remuneração de capitais de terceiros	40.802	35.569	463.769	328.067
Juros	32.585	26.247	272.934	194.217
Aluguéis	2.098	1.689	24.885	17.100
Outros efeitos financeiros	6.119	7.633	165.950	116.750
Remuneração de capitais próprios	397.850	422.072	399.512	427.045
Dividendos	180.000	145.768	180.000	145.768
Participação dos acionistas não controladores	-	-	1.662	4.973
Reserva legal	19.892	21.104	19.892	21.104
Constituição de reserva de lucros - orçamento de capital	-	189.932	-	189.932
Constituição para reserva de dividendos	197.958	65.268	197.958	65.268

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$,
exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

20

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura" ou "Companhia") é uma sociedade por ações com sede em São Paulo - SP, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A Companhia iniciou suas atividades em 7 de novembro de 2000 e tem por objeto operar ativos de logística intermodal, por meio da exploração de concessão de rodovias, assim como exploração de negócios de logística, tais como retroáreas, armazéns alfandegados, centros de distribuição, terminais portuários, entre outros, e a participação em outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP. As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores, sob a sigla "ECOR3".

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 5.

A EcoRodovias e suas controladas são também designadas como "Grupo EcoRodovias" ao longo deste relatório.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas sob responsabilidade da diretoria, a qual au-

torizou sua conclusão, como também foram apreciadas e discutidas no Comitê de Auditoria, ambos em 24 de fevereiro de 2014.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade, exceto pela mensuração e registro dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo a International Accounting Standard Board (IASB).

As demonstrações financeiras consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. Adicionalmente, a Companhia apresenta um balanço patrimonial adicional no início do período mais antigo divulgado, quando se realiza aplicação retrospectiva de uma política contábil, reapresentação retrospectiva ou reclassificação de itens nas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial adicional na data-base de 1º de janeiro de 2012 é apresentado nessas demonstrações financeiras consolidadas devido à aplicação retrospectiva de determinadas políticas contábeis, conforme nota explicativa nº 4.

2.1. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2009

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

2.2. INVESTIMENTO EM COLIGADAS E EM JOINT VENTURES

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Joint venture é um tipo de acordo conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da *joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da Companhia em sua coligada e na *joint venture* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras da coligada ou *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

2.3. CLASSIFICAÇÃO CORRENTE VERSUS NÃO CORRENTE

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4. MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

22

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são

categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1** — Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2** — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3** — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

A Companhia determina as políticas e procedimentos para mensuração do valor justo, como propriedades para investimento e ativos financeiros não cotados e disponíveis para venda, e para mensuração não recorrente, tais como ativos mantidos para distribuição em operação descontinuada.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo propriedades e ativos financeiros disponíveis para venda, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente.

2.5. RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio, e as receitas de logística são reconhecidas quando da utilização do pátio pelos caminhões e quando da movimentação, da armazenagem e dos reparos de contêineres vazios.
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.
- d) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

2.6. IMPOSTOS

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

IMPOSTOS DIFERIDOS

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é

provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

IMPOSTO SOBRE VENDAS

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.7. IMOBILIZADO

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Hardware e equipamentos de pedágio 5 anos
- Máquinas e equipamentos 10 anos
- Móveis e utensílios 10 anos
- Edificações 25 anos
- Benfeitorias 25 anos
- Outros 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

2.9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - RECONHECIMENTO INICIAL E MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

(I) ATIVOS FINANCEIROS

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos, debêntures e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- Empréstimos e contas a receber;
- Investimentos mantidos até o vencimento;
- Investimentos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Essa categoria é a mais relevante da Companhia. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretendem manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

26

Dividendos sobre investimentos patrimoniais disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando o direito de reconhecimento da Companhia for estabelecido.

O valor justo de ativos monetários disponíveis para venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repassa”; e (a)

a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo,

ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

(II) REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente

para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado – é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado.

Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado abrangente.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é

a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração do resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e esse aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável da demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração do resultado.

(III) PASSIVOS FINANCEIROS

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

28

(IV) INSTRUMENTOS FINANCEIROS - APRESENTAÇÃO LÍQUIDA

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.10. PERDA POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente,

utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

ÁGIO PAGO POR EXPECTATIVA DE RENTABILIDADE FUTURA

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.12. AÇÃO EM TESOURARIA

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.13. PROVISÕES GERAIS

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O Grupo EcoRodovias faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

PASSIVOS CONTINGENTES RECONHECIDOS EM UMA COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior de:

- o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25); ou,
- o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita (CPC 30).

2.14. TRANSAÇÕES ENVOLVENDO PAGAMENTO EM AÇÕES

Os Administradores da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcioná-

rios prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (“transações liquidadas com títulos patrimoniais”).

Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contraprestação não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados como a diferença entre o valor justo do pagamento em ações e o valor justo de quaisquer bens ou serviços identificáveis recebidos na data do benefício. Essa diferença é então capitalizada ou contabilizada em despesa, conforme a situação.

TRANSAÇÕES LIQUIDADAS COM TÍTULOS PATRIMONIAIS

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados.

Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de desvalorização apropriado.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em “despesas de pessoal” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “despesas de pessoal” corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional

é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais.

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

2.15. CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e controladas.

TRANSAÇÕES E SALDOS

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Encargos e efeitos tributários atribuídos à variação cambial nesses empréstimos são também reconhecidos no patrimônio líquido.

30

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2.16. AJUSTE A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.17. ARRENDAMENTOS MERCANTIS

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

COMPANHIA COMO ARRENDATÁRIO

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.18. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.19. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS APLICADOS PELA PRIMEIRA VEZ EM 2013

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações que exigem a reapresentação das demonstrações financeiras anteriores. Essas incluem o CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, o CPC 19 (R1) Negócios em Conjunto, o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, o CPC 46 Mensuração do Valor Justo e alterações ao CPC 26 (R1) Apresentação de Demonstrações Contábeis. Adicionalmente, a aplicação do CPC 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades resultou em divulgações adicionais nas demonstrações financeiras consolidadas. Vide detalhes na nota explicativa nº 4.

2.20. PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS MAS QUE NÃO ESTÃO EM VIGOR EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

▪ IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

▪ Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)

As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.

▪ IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32

Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

▪ IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRSs emitidas pelo IASB, determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

CONTABILIZAÇÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível

ou ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. As divulgações para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritas na nota explicativa nº 36.

MOMENTO DE RECONHECIMENTO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura, que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

DETERMINAÇÃO DA CARGA DE AMORTIZAÇÃO ANUAL DOS ATIVOS INTANGÍVEIS ORIUNDOS DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor e Índices de Preços ao Consumidor - IPCs), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), "commodities" (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

DETERMINAÇÃO DAS RECEITAS DE CONSTRUÇÃO

De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, a mesma realiza serviços de construção, sendo que os mesmos podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, e portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

DETERMINAÇÃO DO AJUSTE AO VALOR PRESENTE DE DETERMINADOS ATIVOS E PASSIVOS

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 8,76% e 11,99% ao ano.

A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.

- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 24.

4. EFEITOS DA ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC E RECLASSIFICAÇÕES EFETUADAS PELA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

- a) Informações originalmente divulgadas com as reclassificações do IFRS 10 e 11

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, novas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e IASB entraram em vigor e que foram aplicadas pela

primeira vez pela Companhia. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e aplicou as normas CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e CPC 19 (R2) / IFRS 11 - Negócios em Conjunto.

Até o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia consolidava proporcionalmente a sua participação nos ativos, passivos e resultados das empresas Elog S.A. e STP Serviço de Tecnologia e Pagamentos S.A., na proporcionalidade de 80% e 12,75%, respectivamente. Com a adoção do IFRS10 e IFRS11, a Companhia deixou de realizar essa consolidação proporcional e passou a apresentar os efeitos de ativos e passivos na linha de investimentos e do resultado, como equivalência patrimonial.

A Companhia, em função da aplicação dessas novas normas, está representando os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e as demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, como segue:

BALANÇOS PATRIMONIAIS

CONTAS	Em 01/01/12 (data de transição)			Em 31/12/12 (data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Balço originalmente divulgado com as reclassificações do IFRS 10 e 11	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Balço originalmente divulgado com as reclassificações do IFRS 10 e 11
ATIVOS						
Ativos circulantes:						
Caixa e equivalentes de caixa	604.551	(74.523)	530.028	946.916	(167.935)	778.981
Títulos e valores mobiliários	30.106	-	30.106	28.498	-	28.498
Clientes	176.505	(102.486)	74.019	254.032	(104.144)	149.888
Impostos a recuperar	27.403	(3.268)	24.135	31.948	(3.768)	28.180
Despesas antecipadas	8.503	(4.196)	4.307	7.603	(616)	6.987
Outros créditos	30.564	(5.374)	25.190	40.784	(18.464)	22.320
Total dos ativos circulantes	877.632	(189.847)	687.785	1.309.781	(294.927)	1.014.854
Ativos não circulantes:						
Títulos e valores mobiliários	37.201	-	37.201	50.658	-	50.658
Imposto de renda e contribuição social diferidos	68.444	(4.339)	64.105	59.371	(5.009)	54.362
Depósitos judiciais	25.242	(7.361)	17.881	91.129	(11.657)	79.472
Ativos indenizatórios	2.870	(2.870)	-	3.632	(3.632)	-
Outros créditos	6.383	(6.383)	-	32.537	(1.981)	30.556
Despesas antecipadas	410	(20)	390	360	(20)	340
Investimentos	10	258.554	258.564	10	275.496	275.506
Propriedade para investimento	51.603	(51.603)	-	-	-	-
Imobilizado	287.933	(181.087)	106.846	590.719	(185.708)	405.011
Intangível	2.798.709	(190.875)	2.607.834	4.057.759	(185.052)	3.872.707
Total dos ativos não circulantes	3.278.805	(185.984)	3.092.821	4.886.175	(117.563)	4.768.612
TOTAL DOS ATIVOS	4.156.437	(375.831)	3.780.606	6.195.956	(412.490)	5.783.466

BALANÇOS PATRIMONIAIS

CONTAS	Em 01/01/12 (data de transição)			Em 31/12/12 (data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Balço originalmente divulgado com as reclassificações do IFRS 10 e 11	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Balço originalmente divulgado com as reclassificações do IFRS 10 e 11
PASSIVOS						
PASSIVOS CIRCULANTES:						
Fornecedores	131.851	(93.247)	38.604	150.138	(91.649)	58.489
Empréstimos e financiamentos	161.120	(14.714)	146.406	804.722	(2.298)	802.424
Arrendamento mercantil	2.016	(922)	1.094	599	(351)	248
Debêntures	378.634	(12.626)	366.008	207.144	(7.118)	200.026
Impostos, taxas e contribuições a recolher	21.566	(4.826)	16.740	30.795	(5.134)	25.661
Obrigações sociais	30.354	(8.712)	21.642	54.309	(11.796)	42.513
Programa de parcelamento Especial - REFIS	259	14	273	1.848	(122)	1.726
Empresas relacionadas	1.787	(502)	1.285	5.163	-	5.163
Obrigações com o poder concedente	17.082	-	17.082	18.158	-	18.158
Provisão para imposto de renda e contribuição social	20.152	(1.744)	18.408	29.397	(1.632)	27.765
Provisão para manutenção	38.286	-	38.286	63.531	-	63.531
Provisão para construção de obras futuras	12.527	-	12.527	2.141	-	2.141
Outras contas a pagar	46.296	(14.983)	31.313	66.491	(26.635)	39.856
Total dos passivos circulantes	861.930	(152.262)	709.668	1.434.436	(146.735)	1.287.701
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES:						
Empréstimos e financiamentos	189.187	(76.705)	112.482	164.346	(2.425)	161.921
Arrendamento mercantil	641	(395)	246	64	(64)	-
Debêntures	944.565	(122.259)	822.306	2.107.637	(238.016)	1.869.621
REFIS	2.710	(2.048)	662	11.905	(3.139)	8.766
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.430	(67)	24.363	2.880	(289)	2.591
Outras contas a pagar	4.952	(1.674)	3.278	46.705	(1.259)	45.446
Provisão para manutenção	133.259	-	133.259	115.131	-	115.131
Provisão para obras futuras	1.929	-	1.929	10.040	-	10.040
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	52.634	(20.421)	32.213	127.004	(20.563)	106.441
Obrigações com o poder concedente	55.099	-	55.099	50.321	-	50.321
Total dos passivos não circulantes	1.409.406	(223.569)	1.185.837	2.636.033	(265.755)	2.370.278
Total dos passivos	2.271.336	(375.831)	1.895.505	4.070.469	(412.490)	3.657.979
CAPITAL E RESERVAS:						
Capital social	1.320.549	-	1.320.549	1.320.549	-	1.320.549
Reservas de lucros - legal	90.751	-	90.751	111.855	-	111.855
Reservas de lucros - orçamentos de capital	388.105	-	388.105	578.037	-	578.037
Reservas de lucros - dividendos adicionais	51.431	-	51.431	65.268	-	65.268
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	31.224	-	31.224	31.867	-	31.867
Atribuído a participação de acionistas controladores	1.882.060	-	1.882.060	2.107.576	-	2.107.576
Participação dos acionistas não controladores	3.041	-	3.041	17.911	-	17.911
Total do patrimônio líquido	1.885.101	-	1.885.101	2.125.487	-	2.125.487
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.156.437	(375.831)	3.780.606	6.195.956	(412.490)	5.783.466

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

CONTAS	Exercício findo em 31/12/2012 (período comparativo deste relatório)		
	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Demonstração do resultado originalmente divulgado com as reclassificações do IFRS 10 e 11
Receita líquida	2.409.107	(321.586)	2.087.521
Custo dos serviços prestados	(1.162.350)	212.803	(949.547)
Lucro bruto	1.246.757	(108.783)	1.137.974
Despesas gerais e administrativas	(342.976)	75.209	(267.767)
Outras receitas líquidas	49.272	(57.334)	(8.062)
Resultado de equivalência patrimonial	-	44.910	44.910
Lucro operacional antes do resultado financeiro	953.053	(45.998)	907.055
Resultado financeiro	(264.952)	23.419	(241.533)
Lucro antes de impostos	688.101	(22.579)	665.522
Imposto de renda e contribuição social	(261.056)	22.579	(238.477)
Lucro consolidado do período	427.045	-	427.045
Atribuído a acionistas controladores	4.973	-	4.973
Atribuído a acionistas não controladores	422.072	-	422.072

FLUXO DE CAIXA

CONTAS	Em 31/12/2012 (período comparativo deste relatório)		
	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Demonstração do Fluxo de Caixa originalmente divulgada com as reclassificações do IFRS10 e 11
Fluxos de caixa das atividades operacionais	698.375	(40.552)	657.823
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(1.084.011)	(3.791)	(1.087.802)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	728.001	(49.069)	678.932
	342.365	(93.412)	248.953

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

CONTAS	Exercício findo em 31/12/2012 (período comparativo deste relatório)		
	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Demonstração do Valor Adicionado originalmente divulgada com as reclassificações do IFRS10 e 11
Receitas	2.657.145	(375.972)	2.281.173
Insumos adquiridos de terceiros	(892.016)	101.728	(790.288)
Valor Adicionado bruto	1.765.129	(274.244)	1.490.885
Retenções - Depreciação	(237.426)	33.502	(203.924)
Valor Adicionado líquido produzido	1.527.703	(240.742)	1.286.961
Valor Adicionado recebido em transferência	82.557	31.787	114.344
Receitas Financeiras	82.557	(13.123)	69.434
Equivalência Patrimonial	-	44.910	44.910
Outros	-	-	-
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.610.260	(208.955)	1.401.305
Distribuição do Valor Adicionado	1.610.260	(208.955)	1.401.305
Pessoal	326.612	(95.448)	231.164
Impostos, taxas e contribuições	509.094	(76.965)	432.129
Remuneração de Capitais de Terceiros	347.509	(36.542)	310.967
Remuneração de Capitais Próprios	427.045	-	427.045

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Não houve efeitos da aplicação dos novos pronunciamentos na Demonstração do Resultado Abrangente.

Outros pronunciamentos aplicáveis em 2013, divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia.

b) Outras reclassificações efetuadas

Além dos impactos do CPC36 (R3) e visando a uniformidade e comparabilidade das informações contábeis intermediárias, a Companhia apresenta a seguir as reclassificações realizadas em seu balanço patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO		Balanço originalmente divulgado com as reclassificações do IFRS10 e 11	Reclassificação	Reapresentado
ATIVO				
Circulante				
	Outros créditos (**)	22.320	(6.483)	15.837
36	Títulos e valores Mobiliários	28.498	38.224	66.722
Não Circulante				
	Tributos diferidos (*)	54.362	487.054	541.416
	Títulos e valores mobiliários	50.658	(38.224)	12.434
	Intangível (*)	3.872.707	(458.462)	3.414.245
PASSIVO				
Circulante				
	Fornecedores	(58.489)	1.438	(57.051)
	Obrigações com o poder concedente	(18.158)	(2.636)	(20.794)
	Outras contas a pagar	(39.856)	1.198	(38.658)
Não Circulante				
	Tributos diferidos (*)	(2.591)	(22.109)	(24.700)
	Total	3.909.451	-	3.909.451

(*) Foram reclassificados os benefícios fiscais (Imposto de Renda e Contribuição Social) de incorporações das controladas Ecoporto Santos S.A. (anteriormente denominada Tecondi Terminal para contêineres da Margem Direita S.A no montante de R\$382.628 e Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas no montante de R\$82.317, que estavam classificados no Intangível na rubrica “Contratos de Concessão”.

(**) De acordo com os itens 7 e 8 do CPC 27, foram reclassificados R\$6.483 que estavam classificados na rubrica “Outros créditos” para Intangível de estoques de materiais de insumo que serão aplicados na construção de obras da controlada indireta Ecovias.

A Administração da Companhia entende que a melhor forma de apresentação do Fluxo de Caixa seja a partir do Lucro Líquido, portanto, a Companhia passa a demonstrar seu Fluxo de Caixa a partir do Lucro Líquido e não mais do Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição

Social. Para garantir a comparabilidade das informações, estamos rerepresentando a Demonstração de Fluxo de Caixa - DFC do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os efeitos da rerepresentação da DFC estão demonstrados no quadro a seguir.

	Controladora			Consolidado		
	Ajustado com efeitos CPC36	Reclassif.	Reapresentado	Ajustado com efeitos CPC36	Reclassif.	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	419.534	(419.534)	-	665.522	(665.522)	-
Lucro líquido	-	422.072	422.072	-	427.045	427.045
Amortização ágio investimentos	-	8.926	8.926	-	-	-
Depreciação e amortização	1.110	(511)	599	-	-	-
Imposto Diferido	(2.515)	1	(2.514)	135	7.624	7.759
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	23	(23)	-	(231.081)	230.853	(228)
Juros pagos	-	-	-	(228.170)	228.170	-
Outras contas a pagar	3.715	(2.516)	1.199	-	-	-
Demais variações	(467.725)	-	(467.725)	451.417	-	451.417
Total fluxo de caixa das atividades operacionais	(45.858)	8.415	(37.443)	657.823	228.170	885.993
Fluxo de caixa das atividades de investimento	45.897	(8.415)	37.482	(1.087.802)	-	(1.087.802)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Juros pagos	-	-	-	-	(228.170)	(228.170)
Demais variações	348.516	-	348.516	678.932	-	678.932
Total fluxo de caixa das atividades de financiamento	348.516	-	348.516	678.932	(228.170)	450.762
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	348.555	-	348.555	248.953	-	248.953

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas majoritariamente detidas e participações em entidades nas quais a Companhia é detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detiver a maioria das ações com direito a voto). Conforme descrito na Nota

Explicativa nº 4, a Companhia adotou o critério da contabilização pelo método da Equivalência Patrimonial dos investimentos controlados em conjunto descritos em grupo específico abaixo.

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

	31/12/2013	31/12/2012
Controladas diretas:		
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (i)	100,00%	100,00%
EIL01 Participações S.A. (ii)	100,00%	100,00%
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (iii)	58,00%	80,00%
EIL02 S.A. (iv)	100,00%	100,00%
EIL03 S.A. (v)	100,00%	-
EIL04 S.A. (vi)	100,00%	-
Ecoporto Santos S.A. (anteriormente denominada Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A.) (vii)	100,00%	100,00%
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. (viii)	100,00%	100,00%
Termlog - Transporte e Logística Ltda. (ix)	100,00%	100,00%
Controladas em conjunto:		
Elog S.A. (x)	80,00%	80,00%
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (xi)	11,41%	12,75%
Controladas indiretas:		
Via EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.:		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (xii)	100,00%	100,00%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (xiii)	100,00%	100,00%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (xiv)	100,00%	100,00%
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (xv)	100,00%	100,00%
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (xvi)	90,00%	90,00%
Via Elog S.A.:		
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (xvii)	100,00%	100,00%
ELG-01 Participações Ltda. (xviii)	100,00%	100,00%
Elog Logística Sul Ltda. (xix)	100,00%	100,00%
Anish Empreendimentos e Participações Ltda. (xx)	100,00%	100,00%
Paquetá Participações Ltda. (xxi)	100,00%	100,00%

a) As atividades e as principais informações econômicas das controladas diretas, indiretas e em conjunto são conforme segue:

CONTROLADAS DIRETAS

(i) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., tem por objeto social participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços adminis-

trativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para outras empresas do Grupo EcoRodovias. A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. controla as empresas do segmento de concessionárias de rodovias de Grupo EcoRodovias, são elas: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Rodovia das Cataratas S.A. - Eco-

cataratas e Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul. A seguir a Companhia apresenta o quadro consolidado da EcoRodovias Concessões e Serviços e suas controladas.

	31.12.2013								
	Controladora	Ecopistas	Ecocataratas	Ecovias	Ecosul	Ecovia	Subtotal	Eliminações	Consolidado
Ativo									
Circulante	364.882	106.533	28.287	420.872	12.664	15.871	949.109	(27.309)	921.800
Não circulante	1.294.687	989.684	465.999	1.236.438	161.521	161.883	4.310.212	(1.182.182)	3.128.030
Total	1.659.569	1.096.217	494.286	1.657.310	174.185	177.754	5.259.321	(1.209.491)	4.049.830
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante	30.678	99.994	58.107	222.092	123.688	137.063	671.622	(27.308)	644.314
Não circulante	825.411	706.728	94.859	1.033.224	17.391	8.495	2.686.108	(87.383)	2.598.725
Participação minoritários	-	-	-	-	-	-	-	3.311	3.311
Patrimônio líquido	803.480	289.495	341.320	401.994	33.106	32.196	1.901.591	(1.098.111)	803.480
Total	1.659.569	1.096.217	494.286	1.657.310	174.185	177.754	5.259.321	(1.209.491)	4.049.830

31.12.2013

Demonstração do resultado									
Receita líquida	116.845	380.661	253.040	1.011.465	209.915	219.134	2.191.060	(123.506)	2.067.554
Custos	(84.706)	(251.804)	(149.944)	(465.799)	(85.585)	(101.966)	(1.139.804)	76.718	(1.063.086)
Lucro bruto	32.139	128.857	103.096	545.666	124.330	117.168	1.051.256	(46.788)	1.004.468
Receitas (despesas)	(4.772)	(16.431)	(20.832)	(52.015)	(16.915)	(19.265)	(130.230)	46.788	(83.443)
Equivalência	476.079	-	-	-	-	-	476.079	(476.079)	-
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	503.446	112.426	82.264	493.651	107.415	97.903	1.397.105	(476.079)	921.025
Resultado financeiro	(64.017)	(76.092)	(16.508)	(64.361)	(9.703)	(10.556)	(241.237)	(1)	(241.238)
Lucro operacional antes dos impostos	439.429	36.334	65.756	429.290	97.712	87.347	1.155.868	(476.080)	679.787
Imposto de renda e Contribuição social	3.175	(9.291)	(22.327)	(139.867)	(33.022)	(29.383)	(230.715)	-	(230.715)
Lucro do exercício	442.604	27.043	43.429	289.423	64.690	57.964	925.153	(476.080)	449.073
Atribuível a:									
Companhia	442.604	27.043	43.429	289.423	58.221	57.964	918.684	(476.080)	442.604
Outros acionistas	-	-	-	-	6.469	-	6.469	-	6.469

- (ii) A EIL01 Participações S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. A seguir as principais informações acerca deste investimento que refletem na consolidação da Companhia:

CONTAS	EIL01
	31.12.2013
Ativo Circulante	347
Ativo não Circulante	-
Total do Ativo	347
Passivo Circulante	94
Patrimônio Líquido	253
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	347
Receitas (despesas)	189
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	189
Resultado Financeiro	157
Lucro Operacional antes dos impostos	346
Imposto de Renda e Contribuição Social	(93)
Lucro Líquido do Exercício	253
Atribuível a:	
Companhia	253
Outros acionistas	-

40

- (iii) A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., constituída em 22 de março de 2012, tem por objeto social a exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. Em 01 de novembro de 2013, após cumprimento das condições precedentes, foi concluída, por meio da celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações e efetiva transferência de ações a operação de venda de 27,5% das ações representativas do capital social da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., que explora a rodovia BR 101 ES/BA. Com a conclusão da operação, a Companhia passou a deter 58% do capital social da ECO101. (Vide nota explicativa nº 5.d.ii)

A seguir as principais informações, em seu valor integral, acerca deste investimento:

CONTAS	ECO101
	31.12.2013
Ativo Circulante	11.431
Ativo não Circulante	57.449
Total do Ativo	68.880
Passivo Circulante	14.718
Patrimônio Líquido	54.162
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	68.880
Receita Líquida	26.581
Custo dos serviços prestados	(40.784)
Prejuízo bruto	(14.203)
Receitas (despesas) operacionais	(19.595)
Prejuízo Operacional antes do resultado financeiro	(33.798)
Resultado Financeiro	3.964
Prejuízo Operacional antes dos impostos	(29.834)
Imposto de Renda e Contribuição Social	10.393
Prejuízo do exercício	(19.441)
Atribuível a:	
Companhia	(14.633)
Outros acionistas	(4.808)

- (iv) A EIL02 S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. A seguir as principais informações, em seu valor integral, acerca deste investimento:

CONTAS	EIL02
	31.12.2013
Ativo Circulante	1
Ativo não Circulante	-
Total do Ativo	1
Passivo Circulante	-
Passivo Não Circulante	-
Patrimônio Líquido	1
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1

(v) A EIL03 S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. A seguir as principais informações, em seu valor integral, acerca deste investimento:

CONTAS	EIL03
	31.12.2013
Ativo Circulante	1
Ativo não Circulante	-
Total do Ativo	1
Passivo Circulante	-
Passivo Não Circulante	-
Patrimônio Líquido	1
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1

(vi) A EIL04 S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. A seguir as principais informações, em seu valor integral, acerca deste investimento:

CONTAS	EIL04
	31.12.2013
Ativo Circulante	1
Ativo não Circulante	-
Total do Ativo	1
Passivo Circulante	-
Passivo Não Circulante	-
Patrimônio Líquido	1
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1

(vii) A Ecoporto Santos S.A. (anteriormente denominada Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A.) é uma empresa brasileira que realiza operações portuárias e também o manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação, com terminal próprio no Porto de Santos, nos termos da licitação 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.

(viii) A Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda, é uma empresa brasileira, dedicada ao manuseio e à armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.

(ix) A Termlog Transporte e Logística Ltda. atua na movimentação interna de contêineres das empresas Ecoporto Santos (anteriormente Tecondi) e Termares, e expande seus serviços para atender ao mercado de transporte de carga fracionada e de distribuição.

As empresas Ecoporto Santos S.A. (anteriormente denominada Tecondi), Termares e Termlog, formam o "Ecoporto Santos" (anteriormente denominado Complexo Tecondi). Desta forma a Companhia apresenta abaixo, de forma consolidada os efeitos nas informações financeiras consolidadas.

	31.12.2013					
	Ecoporto Santos	Termares	Termlog	Combinado	Eliminações	Consolidado
Ativo Circulante	206.247	29.873	11.391	247.511	-	247.511
Ativo não circulante	684.246	61.785	9.801	755.832	(38.690)	717.142
Total do Ativo	890.493	91.658	21.192	1.003.343	(38.690)	964.653
Passivo Circulante	219.207	12.239	5.680	237.126	(38.690)	198.436
Passivo não Circulante	637.061	8.780	6.934	652.775	-	652.775
Patrimônio líquido	34.225	70.639	8.578	113.442	-	113.442
Total do passivo e PL	890.493	91.658	21.192	1.003.343	(38.690)	964.653
Receita líquida	429.309	123.372	37.856	590.537	(40.035)	550.502
Custos	(218.852)	(42.944)	(19.700)	(281.496)	40.035	(241.461)
Lucro Bruto	210.457	80.428	18.156	309.041	-	309.041
Receitas (despesas)	(118.565)	(53.960)	(986)	(173.511)	-	(173.511)
Lucro Operacional antes resultado financeiro	91.892	26.468	17.170	135.530	-	135.530
Resultado financeiro	(72.179)	136	(599)	(72.642)	-	(72.642)
Lucro Operacional antes dos impostos	19.713	26.604	16.571	62.888	-	62.888
IR E CS	(2.183)	(8.642)	(1.371)	(12.196)	-	(12.196)
Lucro líquido do exercício	17.530	17.962	15.200	50.692	-	50.692

CONTROLADAS EM CONJUNTO

(x) A Elog S.A., tem por atividade a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para a guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.

Além disso é a holding do segmento de logística da Companhia. Em atendimento ao CPC36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, a Elog S.A., deixou de ser consolidada proporcionalmente (80%) pela Companhia e passa a ser registrada apenas pelo método da equivalência patrimonial, vide Nota Explicativa nº 4. A seguir, a Companhia apresenta integralmente as operações da Elog S.A. incluindo suas controladas:

	Elog Sul	Elog S.A.	ELG-01	Ecopátio Cubatão	Paquetá Particip.	Anish Emp.	Combinado	Eliminações	Total de operações Logísticas
Ativo Circulante	19.502	154.480	6	13.092	-	1.107	188.187	(13.673)	174.514
Ativo não Circulante	42.842	531.965	50.932	138.300	11.000	49.443	824.482	(291.126)	533.356
Total do Ativo	62.344	686.445	50.938	151.392	11.000	50.550	1.012.669	(304.799)	707.870
Passivo Circulante	24.150	88.479	1	4.829	-	241	117.700	(13.673)	104.027
Passivo Não Circulante	5.590	305.458	-	287	-	-	311.335	-	311.335
Patrimônio Líquido	32.604	292.508	50.937	146.276	11.000	50.309	583.634	(291.126)	292.508
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	62.344	686.445	50.938	151.392	11.000	50.550	1.012.669	(304.799)	707.870
Receita Líquida	81.341	182.137	-	38.954	-	-	302.432	(102)	302.330
Custo dos serviços prestados	(54.625)	(155.731)	-	(33.392)	-	-	(243.748)	(13.386)	(257.134)
Lucro bruto	26.716	26.406	-	5.562	-	-	58.684	(13.488)	45.196
Receitas (despesas) operacionais	(17.305)	(60.935)	(32)	(4.047)	(12)	(1.298)	(83.629)	13.486	(70.143)
Equivalência patrimonial	-	6.366	(1.305)	-	-	(12)	5.049	(5.049)	-
Lucro/Prejuízo Operacional antes do resultado financeiro	9.411	(28.163)	(1.337)	1.515	(12)	(1.310)	(19.896)	(5.051)	(24.947)
Resultado Financeiro	7	(20.950)	-	77	-	5	(20.861)	-	(20.861)
Lucro/Prejuízo Operacional antes dos impostos	9.418	(49.113)	(1.337)	1.592	(12)	(1.305)	(40.757)	(5.051)	(45.808)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.821)	22.956	-	(487)	-	-	19.648	3	19.651
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	6.597	(26.157)	(1.337)	1.105	(12)	(1.305)	(21.109)	(5.048)	(26.157)
Atribuível a:									
Companhia	6.597	(20.926)	(1.337)	1.105	(12)	(1.305)	(15.878)	(5.048)	(20.926)
Outros acionistas	-	(5.231)	-	-	-	-	(5.231)	-	(5.231)

(xi) A Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP tem por atividade operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil, a STP está presente em 52 concessionárias de rodovias no País, nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Companhia detinha

12,75% do capital social da STP, na qual há controle compartilhado mediante a existência de Acordo de Acionistas. Em atendimento ao CPC36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, a STP, deixou de ser consolidada proporcionalmente pela Companhia e passa a ser registrada apenas pelo método da equivalência patrimonial, vide Nota Explicativa nº 4. Em 03 de outubro de 2013, após o cumprimento das condições precedentes, foi concluída a celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças na

efetiva transferência de ações decorrente da operação da venda de 10% das ações representativas do capital social da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP. Com a conclusão da operação, a Companhia passou a deter 11,41% do capital social da STP. (Vide notas explicativas nº 5.d.i e 39).

A seguir, a Companhia apresenta as principais informações deste investimento na visão de 100% de suas operações:

CONTAS	STP
	31.12.2013
Ativo Circulante	885.231
Ativo não Circulante	148.213
Total do Ativo	1.033.445
Passivo Circulante	863.161
Passivo Não Circulante	2.425
Patrimônio Líquido	167.858
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.033.445
Receita Líquida	615.977
Custo dos serviços prestados	(187.531)
Lucro bruto	428.446
Receitas (despesas) operacionais	(152.112)
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	276.334
Resultado Financeiro	9.608
Lucro Operacional antes dos impostos	285.942
Imposto de Renda e Contribuição Social	(95.806)
Lucro Líquido do Exercício	190.136
Atribuível a:	
Companhia	21.695
Outros Acionistas	168.441

CONTROLADAS INDIRETAS

- (xii) A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.
- (xiii) A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do Corredor Ayrton Senna - Carvalho Pinto.

- (xiv) A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
- (xv) A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, constituída em 3 de novembro de 1997, e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 003 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

Em decorrência de reestruturação societária através de aporte de capital ocorrido em 30 de março de 2012, a Ecocataratas passou a ser controlada direta da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

- (xvi) A Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001, e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
- (xvii) A Ecopátio Logística Cubatão Ltda. foi constituída em 4 de abril de 2006, com a atividade de administrar o terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões, cargas e contêineres com destino ao Porto de Santos. Esse terminal está localizado no município de Cubatão - SP e possui uma área de 442,7 mil m² que permitiu a criação de vagas para caminhões, cargas e contêineres. Essa área, pertencente ao município de Cubatão - SP, é objeto de concessão de acordo com Escritura Pública de Contrato de Concessão Real de Uso de Imóvel do Patrimônio Municipal de Cubatão, com prazo final em dezembro de 2029. A Ecopátio Cubatão atua como um terminal alfandegado desde 2010, quando passou a operar como terminal de exportação sob licença Redex - Recinto Especial de Despacho Aduaneiro de Exportação. A sede da companhia fica localizada na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, km 263.

- (xviii) A ELG-01 Participações Ltda., constituída em 27 de novembro de 2009, tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
- (xix) A Elog Logística Sul Ltda., anteriormente denominada EADI Sul Terminal de Cargas Ltda., tem por atividade preponderante a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.

(xx) A Anish Empreendimentos e Participações Ltda. tem por objeto empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis e participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, "holding", acionista ou cotista.

(xxi) A Paquetá Participações Ltda. tem por objetivo a administração de bens próprios, tais como, mas não limitados a, imóveis, títulos mobiliários e ativos financeiros de qualquer natureza e a participação direta ou indireta na qualidade de sócia ou acionista de quaisquer sociedades.

(b) Reestruturação societária

No exercício de 2012, o Grupo EcoRodovias efetuou algumas reestruturações societárias visando simplificar sua estrutura operacional, conforme segue:

I. Aumento do capital social da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

Em 30 de março de 2012, foi deliberado o aumento do capital social da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. em R\$305.432, fazendo com que a participação que a EcoRodovias Infraestrutura detinha na empresa Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas passasse a ser detida diretamente pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. Esse aumento no capital social foi realizado a valores contábeis e, conseqüentemente, não houve nenhum ganho nem perda.

II. Incorporação da CFF Participações Ltda. pela Aba Porto Participações S.A.

Em 27 de novembro de 2012, conforme deliberado em Reunião de Sócios, foi aprovada a incorporação da CFF Participações Ltda. pela sua então controladora Aba Porto Participações S.A. nos termos do Protocolo e Justificativa de Incorporação. Como resultado dessa incorporação, a CFF Participações Ltda. foi extinta de pleno direito e a Aba Porto Participações S.A. tornou-se sua sucessora.

III. Incorporação da Ecoporto Holding S.A. pela Aba Porto Participações S.A.

Em 27 de novembro de 2012, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da Ecoporto Holding S.A. pela sua então controladora Aba Porto Participações S.A. nos termos do Protocolo e Justificativa de Incorporação. Como resultado, a Ecoporto Holding S.A. foi extinta de pleno direito e a Aba Porto Participações S.A. tornou-se sua sucessora.

IV. Cisão total da Aba Porto Participações S.A. com versão do patrimônio líquido para a Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Termlog Transporte e Logística Ltda.

Em 27 de novembro de 2012, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a cisão total da Aba Porto Participações S.A., nos termos do protocolo de cisão total com versão do patrimônio líquido para sociedades existentes e instrumento de justificação. Como resultado dessa cisão, a Aba Porto Participações S.A. foi extinta de pleno direito e as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Termlog Transporte e Logística Ltda. tornaram-se suas sucessoras.

C) Combinação de negócios

Em 18 de maio de 2012, a EcoRodovias, através de sua controlada direta Ecoporto, celebrou Acordo de Subscrição de Ações e Outras Avenças com a CFF Participações Ltda., tendo por objeto a subscrição e integralização, pela Ecoporto, de ações da Aba Porto Participações S.A. representativas de 41,29% de seu capital social votante e total. A Aba Porto, nessa data, detinha ações/cotas representativas da totalidade do capital social das empresas Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. (atualmente denominada Ecoporto Santos S.A.), Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Termlog Transporte e Logística Ltda., empresas essas que compõem o Complexo Tecondi, voltadas para a área de operação de portos marítimos. Na mesma data foi celebrado Contrato de Opção de Compra de Quotas, pelo qual a Ecoporto poderia, no prazo de até 12 meses, adquirir a totalidade da participação societária detida pelos acionistas originais no Complexo Tecondi. A Ecoporto exerceu a opção para aquisição da totalidade da participação societária do Complexo Tecondi em 19 de junho de 2012, ou seja, os 58,71% remanescentes.

A aquisição totalizou R\$1.297.341, sendo pagos R\$540.369 correspondentes à aquisição dos 41,29% e R\$756.972 referentes aos 58,71% remanescentes.

A aquisição de 100% foi efetivada e o controle foi obtido através da Ecoporto em 24 de maio de 2012 (até essa data nenhum desembolso havia sido efetuado), data em que as condições precedentes foram atendidas, sendo elas aprovação da Codesp e anuência dos bancos, sem as quais a aquisição não poderia ser concretizada. Ademais, a opção de compra de 58,71% foi considerada como efetiva, visto que a condição para o exercício ser apenas a condição financeira em 24 de maio de 2012.

Com essa aquisição, a EcoRodovias, por meio da Ecoporto, passou a realizar operações portuárias, além do manuseio e

da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

A Companhia contratou avaliador terceirizado a fim de realizar estudos para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A Administração avaliou o valor justo dos ativos e passivos adquiridos e concluiu que o ágio pago seria substancialmente alocado aos contratos de concessão. Em 31 de dezembro de 2012 foi registrada uma amortização de R\$25.415, por possuir vida útil finita. O ágio será amortizado pelo prazo da concessão.

Na determinação do preço de aquisição, a Companhia utilizou como premissa a renovação do contrato de concessão, em 2023, por mais 25 anos, conforme previsão na cláusula décima sexta do Contrato de Arrendamento PRES 028.98 ("Contrato"), que prevê tal faculdade mediante solicitação da Companhia ao Poder Concedente. A partir da Lei nº 8.630/93 e Lei nº 8.987/95 e princípios administrativos, a Companhia entende que bastará a comprovação do adimplemento das obrigações do Contrato e existência de interesse público para sua prorrogação. A Companhia entende também que, de acordo com seu plano de investimentos e com sua relevante participação no mercado, terá plenas condições de cumprir as exigências para renovação. Sendo assim, a mesma premissa está sendo utilizada para amortização do ágio decorrente da aquisição.

O ágio de R\$1.136.118, gerado pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da adquirida, foi avaliado por empresa de avaliação independente e alocado conforme a seguir:

- (i) R\$1.106.175 como contratos de concessão com vida útil definida até 2048.
- (ii) R\$29.943 como mais-valia de imobilizado, máquinas e equipamentos, guindastes portuários e veículos, com vida definida entre cinco e dez anos.

O fluxo de caixa da aquisição foi conforme segue:

	Saldos em 31/05/2012
Total do ativo	994.509
Total do passivo	(833.286)
Patrimônio líquido	161.223
Ágio gerado na operação	1.136.118
Custo total da aquisição	1.297.341
Caixa e equivalentes de caixa da controlada adquirida	(556.255)
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada adquirida	741.086

O balanço patrimonial consolidado em 31 de maio de 2012 foi considerado como balanço de abertura, como segue:

	Valor contábil na aquisição
Ativos líquidos adquiridos	161.223
Caixa e equivalentes de caixa	556.255
Contas a receber de clientes	102.110
Outros créditos	24.975
Depósitos judiciais	51.271
Impostos diferidos	374
Imobilizado	258.118
Intangível	1.406
Fornecedores	(40.814)
Empréstimos e financiamentos	(634.927)
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(68.042)
Outras contas a pagar	(89.503)

d) Venda de participação

I. Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP

A Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP tem por atividade operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil, a STP está presente em 52 concessionárias de rodovias no País, nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, , Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Companhia detém 12,75% do capital social da STP, na qual há controle compartilhado mediante a existência de Acordo de Acionistas. Em atendimento ao CPC36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, a STP, deixou de ser consolidada proporcionalmente pela Companhia e passa a ser registrada apenas pelo método da equivalência patrimonial, vide Nota Explicativa nº 4. Em 5 de agosto, a Companhia comunicou ao mercado, que celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças com a Sampra Participações Ltda. afiliada Raizen Combustíveis para venda de 10% das ações que detêm na STP, passando a deter 11,41%. A conclusão financeira está condicionada ao cumprimento de determinadas condições suspensivas dentre elas, a obtenção da previa autorização do Conselho de Defesa Econômica - CADE, o qual foi concluído em 03 de outubro de 2013.

Os efeitos da venda dessa participação estão demonstrados a seguir:

ATIVO	SALDOS
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	179.953
Clientes	687.843
Tributos a recuperar	2.620
Despesas antecipadas	1.404
Outros créditos	1.843
Total do ativo circulante	873.663
NÃO CIRCULANTE	
Depósitos judiciais	611
Tributos diferidos	5.020
Imobilizado e intangível	130.831
Total do ativo não circulante	136.462
TOTAL DO ATIVO	1.010.125
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	
Fornecedores	793.451
Impostos e contribuições a recolher	5.278
Dividendos a pagar	4.832
Provisão para imposto de renda e contribuição social	20.337
Outras contas a pagar	22.682
Total do passivo circulante	846.580
NÃO CIRCULANTE	
Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	2.722
Outras contas a pagar	102
Total do passivo não circulante	2.824
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	160.721
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.010.125
Participação detida até 03.10.2013 (investimento - 12,75%)	20.492
Participação a partir de 03.10.2013 (investimento - 11,41%)	18.890
Baixa de investimento 03.10.2013	(1.602)
VALOR TOTAL DA VENDA	33.440
GANHO NA VENDA DO INVESTIMENTO	31.838

O valor do ganho na venda do investimento encontra-se registrado na conta "Outras receitas (despesas), líquidas".

II. ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 01 de novembro de 2013, a Companhia, por meio de Comunicado ao Mercado anunciou a venda de 27,5% de sua participação societária detida na ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., representativa de 80% do seu capital social, pelo valor de R\$18.260, à Centaurus Participações S.A. Com a conclusão da operação, a Companhia passou a deter 58% do capital da ECO101.

Os efeitos da venda dessa participação estão demonstrados a seguir:

ATIVO	SALDOS
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	36.817
Tributos a recuperar	501
Despesas antecipadas	1.771
Outros créditos	2.013
Total do ativo circulante	41.102
NÃO CIRCULANTE	
Imobilizado e intangível	26.180
Total do ativo não circulante	26.180
TOTAL DO ATIVO	67.282
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	
Fornecedores	6.765
Impostos e contribuições a recolher	413
Obrigações sociais	1.027
Outras contas a pagar	810
Total do passivo circulante	9.015
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	58.267
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	67.282
Participação detida até 01.11.2013 (investimento - 80%)	46.614
Participação a partir de 01.11.2013 (investimento - 58%)	33.795
Baixa de investimento 01.11.2013	(12.819)
VALOR TOTAL DA VENDA	18.260
GANHO NA VENDA DO INVESTIMENTO	5.441

O valor do ganho na venda do investimento encontra-se registrado no patrimônio líquido na rubrica "Reservas de Capital" de acordo com o item 67 do ICPC09 que orienta para que na alienação de ações ou instrumentos de uma entidade que a Companhia controla e que não haja perda de controle com essa operação, tal resultado deverá ser alocado diretamente ao patrimônio líquido, e não ao resultado.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	101	77	19.099	31.778
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	176.787	336.004	1.010.792	418.238
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	128	99.540	41.152	328.965
	177.016	435.621	1.071.043	778.981

a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria “renda fixa crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

O Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

Em 31 de dezembro de 2013, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 91,12% em Certificado de Depósito Bancário - CDB, 3,29% em Operações Compromissadas, 5,15% em Letra Financeira - LF e 0,44% em títulos públicos federais.

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 101,7% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados à taxa média ponderada de 91,6% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses, possuindo liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplica-

ção financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2013, o valor aplicado nessa modalidade no consolidado é de R\$6.492 (R\$186.703 em 31 de dezembro de 2012).

Diversos fatores proporcionaram o aumento de caixa e equivalentes de caixa no Consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 dentre eles à segunda emissão de debêntures da controlada indireta Ecovias conforme nota explicativa nº 20.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS - CONSOLIDADO

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez.

	31/12/2013	31/12/2012
CDBs (a)	18.249	28.498
Fundo de Investimento (a)	52.491	38.224
Poupança (b)	10.805	12.434
	81.545	79.156
Circulante	70.740	66.722
Não circulante	10.805	12.434

a) Os CDBs e fundos de investimento são remunerados a taxas média ponderada de 97,7% do CDI e refletem as condições de mercado no fim de cada exercício. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 20). A formação dessas reservas é supervisionada pelo Agente fiduciário.

- b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental - CCA; os valores serão corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.

8. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	31/12/2013	31/12/2012
Nacional (a)		
Partes Relacionadas - STP (nota explicativa nº 21)	85.228	70.367
Demais clientes	59.806	70.995
Internacional (b)	11.903	10.765
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (c)	(5.286)	(2.239)
	151.651	149.888

48

- a) Representados substancialmente por clientes de portos, locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.
- b) Representados substancialmente por clientes do segmento portuário.
- c) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, substancialmente das operações dos portos.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2013	31/12/2012
A vencer	148.029	141.975
Vencidos:		
Até 30 dias	2.832	3.616
De 31 a 90 dias	790	2.094
Acima de 90 dias	5.286	4.442
	156.937	152.127

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	2.239	80
Aquisição de novas empresas	-	1.834
Constituição de PCLD no exercício	4.620	1.019
Valores recuperados no exercício	(1.573)	(694)
Saldo final	5.286	2.239

Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do exercício.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recuperar	14.809	13.812	33.371	26.693
Lei Rouanet nº 8.313/91	-	-	42	34
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a recuperar	-	-	223	341
Cofins a recuperar sobre insumos	-	-	685	-
ISS a recuperar	-	-	943	128
Outros	38	-	1.312	984
	14.847	13.812	36.576	28.180

10. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER - CONTROLADORA

	31/12/2012	Propostos	Recebidos	31/12/2013
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	1.695	416.119	(417.814)	-
Elog S.A.	12.337	-	-	12.337
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	-	33.052	(33.052)	-
Termlog Transporte e Logística Ltda.	-	31.511	(31.511)	-
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	-	21.514	(19.479)	2.035
	14.032	502.196	(501.856)	14.372

49

11. DESPESAS ANTECIPADAS - CONSOLIDADO

O saldo de R\$7.155, classificado no ativo circulante e não circulante (R\$7.327 em 31 de dezembro de 2012) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, aluguéis e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. Detalhes adicionais sobre os seguros contratados estão descritos na nota explicativa nº 35.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia, através de suas controladas.

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	79.472	17.881
Adição por aquisição de novas empresas	-	51.271
Adições	3.966	17.823
Baixas/estornos	(1.610)	(14.732)
Atualização monetária	6.571	7.229
Saldo final	88.399	79.472

13. INVESTIMENTOS

A) CONTROLADORA

	Valores das investidas 31/12/2013	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Elog S.A.	292.508	(26.157)
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	803.480	442.604
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (b)	167.858	175.226
Ecoporto Holding S.A.	-	-
EIL 02 S.A.	1	-
EIL 03 S.A.	1	-
EIL 04 S.A.	1	-
EIL-01 Participações Ltda.	254	253
Ecoporto Santos S.A. (a)	34.225	17.530
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	70.639	17.962
Termlog Transporte e Logística Ltda.	8.578	15.200
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas - vide nota explicativa nº 5.b.i)	-	-
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	54.162	(19.441)
Lucros não realizados	-	-

50

(a) No mês de março de 2013 foi reconhecido o valor de R\$3.960 de equivalência referente ao complemento do resultado de 2012 do Ecoporto. (b) Vide nota explicativa nº 5.d.i. (c) Vide nota explicativa nº 5.d.ii.

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está apresentada a seguir:

	31/12/2011	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Aporte de capital
Elog S.A.	241.334	-	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	857.341	(823.411)	-
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	17.367	(14.759)	-
Ecoporto Holding S.A.	1	-	716.550
EIL-01 Participações Ltda.	-	-	1
Elog S.A.(anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.)	-	(14.424)	-
Ecoporto Santos S.A.	-	-	149.026
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	-	-	-
Termlog Transporte e Logística Ltda.	-	-	-
Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas	298.617	-	-
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	-	-	60.000
Lucros não realizados - Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	(7.348)	-	-
	1.407.312	(852.594)	925.577

(a) Vide Nota explicativa nº 5.b.i (b) Vide nota explicativa nº 5.b.iv

Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
80	80	234.006	254.941	(20.926)	28.031
100	100	803.480	776.115	442.604	436.431
11,41	12,75	19.153	20.574	21.695	17.966
-	-	-	-	-	8.621
100	100	1	-	-	-
100	100	1	-	-	-
100	100	1	-	-	-
100	100	254	1	253	-
100	100	34.225	12.593	21.490	(6.489)
100	100	70.639	79.279	17.962	3.503
100	100	8.578	24.889	15.200	3.566
-	-	-	-	-	6.815
58	80	31.414	58.825	(14.633)	(1.175)
-	-	(7.221)	(7.021)	(200)	327
		1.194.531	1.220.196	483.445	497.596

Incorporação Cataratas (a)	Incorporação Elog S.A.	Plano de opção com base em ações	Cisão Aba Porto (b)	Equivalência patrimonial	31/12/2012
-	(273.225)	-	-	31.891	-
305.432	-	322	-	436.431	776.115
-	-	-	-	17.966	20.574
-	-	-	(725.172)	8.621	-
-	-	-	-	-	1
-	273.225	-	-	(3.860)	254.941
-	-	-	(129.944)	(6.489)	12.593
-	-	-	75.776	3.503	79.279
-	-	-	21.323	3.566	24.889
(305.432)	-	-	-	6.815	-
-	-	-	-	(1.175)	58.825
-	-	-	-	327	(7.021)
-	-	322	(758.017)	497.596	1.220.196

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está apresentada a seguir:

	31/12/2012	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos (a)	Aportes
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	776.115	(416.119)	-
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	20.574	(21.514)	-
EIL-01 Participações Ltda.	1	-	-
EIL02 S.A.	-	-	1
EIL03 S.A.	-	-	1
EIL04 S.A.	-	-	1
Elog S.A.	254.941	-	-
Ecoporto Santos S.A.	12.593	-	-
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	79.279	(33.052)	-
Termlog Transporte e Logística Ltda.	24.889	(31.511)	-
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	58.825	-	-
Lucros não realizados	(7.021)	-	-
	1.220.196	(502.196)	3

(a) Vide nota explicativa nº 10.

52

Os principais saldos das controladas (totais de ativos, passivos, receitas e lucro do exercício) estão apresentados na nota explicativa nº 5.

Os saldos dos ágios na controladora classificados como "outros investimentos societários" (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2011	Adição	Baixas	Amortização	31/12/2012
Ágio - Ecosul	7.320	-	-	(511)	6.809
Ágio - Elog	238.721	-	(7.396)	-	231.325
Ágio - Ecoportos	-	766.433	-	(8.415)	758.018
	246.041	766.433	(7.396)	(8.926)	996.152

	31/12/2012	Adição	Baixas	Amortização	31/12/2013
Ágio - Ecosul	6.809	-	-	(514)	6.295
Ágio - Elog	231.325	-	-	130	231.455
Ágio - Ecoportos	758.018	-	-	(26.100)	731.918
	996.152	-	-	(26.484)	969.668

AFAC	Venda de participação	Baixas	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2013
-	-	-	880	442.604	803.480
-	(1.602)	-	-	21.695	19.153
-	-	-	-	253	254
-	-	-	-	-	1
-	-	-	-	-	1
-	-	-	-	-	1
-	-	(9)	-	(20.926)	234.006
-	-	-	142	21.490	34.225
6.450	-	-	-	17.962	70.639
-	-	-	-	15.200	8.578
-	(12.819)	-	41	(14.633)	31.414
-	-	-	-	(200)	(7.221)
6.450	(14.421)	(9)	1.063	483.445	1.194.531

B) CONSOLIDADO

	Valores das investidas 31/12/2013	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (a)	167.858	175.226
Elog S.A.	292.508	(26.157)

a) Vide nota explicativa nº 5.d.i.

14. IMOBILIZADO

A) CONTROLADORA

54

	Taxas médias de depreciação - %	Valores em 31/12/2012	
		Saldos em 31/12/2012	Adições
Hardware	12,1	797	143
Máquinas e equipamentos	10,2	245	2
Móveis e utensílios	10,3	463	4
Edificações	3,9	1.956	-
Outros	10,0	3.028	76
		6.489	225

	Taxas médias de depreciação - %	Valores em 31/12/2012	
		Saldos em 31/12/2012	Adições
Hardware	10,6	940	169
Máquinas e equipamentos	10,5	247	-
Móveis e utensílios	10,3	467	-
Edificações	3,9	1.956	-
Imobilizado em andamento	-	-	32
Outros	9,8	3.089	123
		6.699	324

Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
11,41	12,75	19.153	20.574	21.695	17.966
80	80	234.006	254.932	(20.926)	26.944
		253.159	275.506	769	44.910

Baixas	Custo		Adições	Depreciação		Residual	
	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012		Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012	
-	940	(556)	(105)	(661)	279	241	
-	247	(136)	(25)	(161)	86	109	
-	467	(215)	(48)	(263)	204	248	
-	1.956	(379)	(76)	(455)	1.501	1.577	
(15)	3.089	(271)	(306)	(577)	2.512	2.757	
(15)	6.699	(1.557)	(560)	(2.117)	4.582	4.932	

Baixas	Custo		Adições	Depreciação		Residual	
	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012		Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012	
-	1.107	(661)	(109)	(768)	339	279	
-	248	(161)	(26)	(188)	60	86	
-	468	(263)	(48)	(312)	156	204	
-	1.956	(455)	(76)	(531)	1.425	1.501	
-	32	-	-	-	32	-	
-	3.212	(577)	(308)	(885)	2.327	2.512	
-	7.023	(2.117)	(567)	(2.684)	4.339	4.582	

B) CONSOLIDADO

	Taxas médias de depreciação - %				
		Saldos em 31/12/2011	Adições	Aquisição de empresas	Baixas
Hardware e equipamentos de pedágio	12,6	139.924	18.999	5.898	(4)
Máquinas e equipamentos	15,0	18.886		125.948	(21)
Móveis e utensílios	7,9	9.707	4.652	4.580	(10)
Terrenos	-	5.066	609	-	(420)
Edificações	4,7	34.761	290	-	-
Imobilizado em Andamento	-	-	16.168	5.489	-
Benfeitorias	4,5	-	1.274	181.717	(59)
Outros	4,8	28.504	42.182	6.783	(1.593)
		236.848	84.174	330.415	(2.107)

	Taxas médias de depreciação - %				
		Saldos em 31/12/2012	Adições	Aquisição de empresas	Baixas
Hardware e equipamentos de pedágio	10,8	165.173	34.173	-	(906)
Maquinas e equipamentos	16,9	144.635	11.257	-	(190)
Móveis e utensílios	7,1	19.047	1.775	-	(24)
Terrenos	-	5.255	178	-	-
Edificações	4,6	35.051	488	-	-
Imobilizado em Andamento	-	21.657	-	-	(295)
Benfeitorias	4,5	182.932	748	-	-
Outros	4,8	75.580	20.321	-	(937)
		649.330	68.940	-	(2.352)

56

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (caminhões e reboque), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide nota explicativa nº 18). Em 31 de dezembro de 2012, outros bens estavam vinculados como garantia de arrendamento mercantil (vide notas explicativas nº 19). Para as debêntures (vide nota explicativa nº 20) não existem garantias dessa natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram capitalizados R\$934 referentes a encargos financeiros (R\$1.539 em 31 de dezembro de 2012).

Ao final de cada exercício, a Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Custo		Depreciação				Residual	
Transferências	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011	Adições	Aquisição de empresas	Saldos em 31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
356	165.173	(93.397)	(19.000)	(3.711)	(116.108)	49.065	46.527
(178)	144.635	(10.545)	(9.831)	(32.786)	(53.162)	91.473	8.341
118	19.047	(4.277)	(1.065)	(1.640)	(6.982)	12.065	5.430
-	5.255	-	-	-	-	5.255	5.066
-	35.051	(13.301)	(1.642)	-	(14.943)	20.108	21.460
-	21.657	-	-	-	-	21.657	-
-	182.932	-	(7.962)	(33.285)	(41.247)	141.685	-
(296)	75.580	(8.482)	(2.520)	(875)	(11.877)	63.703	20.022
-	649.330	(130.002)	(42.020)	(72.297)	(244.319)	405.011	106.846

Custo		Depreciação				Residual	
Transferências	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Aquisição de empresas	Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
7	198.447	(116.108)	(19.652)	-	(135.760)	62.687	49.065
-	155.702	(53.162)	(25.430)	-	(78.592)	77.110	91.473
26	20.824	(6.982)	(1.425)	-	(8.407)	12.417	12.065
-	5.433	-	-	-	-	5.433	5.255
-	35.539	(14.943)	(1.633)	-	(16.576)	18.963	20.108
(3.428)	17.934	-	-	-	-	17.934	21.657
8.675	192.355	(41.247)	213	-	(41.034)	151.321	141.685
-	94.964	(11.877)	(932)	-	(12.809)	82.155	63.703
5.280	721.198	(244.319)	(48.859)	-	(293.178)	428.020	405.011

15. INTANGÍVEL

A) CONTROLADORA

	Taxas médias de depreciação - %		
		Saldos em 31/12/2011	Adições
Softwares de terceiros	13,4	280	20
		280	20

	Taxas médias de depreciação - %		
		Saldos em 31/12/2012	Adições
Softwares de terceiros	12,1	300	61
		300	61

B) CONSOLIDADO

58

	Taxas médias de depreciação - %				
		Saldos em 31/12/2011	Adições (i)	Aquisição de empresas	Baixas
Contratos de concessão	(ii)	3.332.939	265.525	1.136.117	(3.592)
Ágio Ecosul	-	8.561	-	-	-
Softwares de terceiros	15,5	35.294	8.111	3.821	(2)
Intangível em andamento	-	5.475	26.555	-	(398)
Ágio Elog	-	243.291	-	-	(7.158)
Outros	-	14	216	-	-
		3.625.574	300.407	1.139.938	(11.150)

	Taxas médias de depreciação - %		
		Saldos em 31/12/2012	Adições (i)
Contratos de concessão (ii)	(ii)	4.266.044	568.053
Ágio Ecosul	-	8.561	-
Softwares de terceiros	14,0	47.224	14.891
Intangível em andamento	-	38.115	2.243
Ágio Elog	-	236.133	-
Outros	-	230	5.283
		4.596.307	590.470

(i) Os principais valores de aquisição de que trata esta linha se referem a restaurações da rodovia e melhorias no sistema rodoviário em geral, tais como acessos e dispositivos de segurança, adequação de trevos, alargamento e reforço de pontes, construção de faixas adicionais, construção de pistas marginais e duplicação de rodovias.

Custo		Amortização			Residual	
Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011	Adições	Saldos em 31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011	
300	(188)	(39)	(227)	73	92	
300	(188)	(39)	(227)	73	92	

Custo		Amortização			Residual	
Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012	
361	(227)	(40)	(267)	94	73	
361	(227)	(40)	(267)	94	73	

Custo		Amortização				Residual	
Reclassificações Vide NE4	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011	Adições	Aquisição de empresas	Saldos em 31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
(464.945)	4.266.044	(992.080)	(155.035)	-	(1.147.115)	3.118.929	2.340.859
-	8.561	(1.241)	(515)	-	(1.756)	6.805	7.320
-	47.224	(19.844)	(6.118)	(2.415)	(28.377)	18.847	15.450
6.483	38.115	-	-	-	-	38.115	5.475
-	236.133	(4.570)	(238)	-	(4.808)	231.325	238.721
-	230	(5)	(1)	-	(6)	224	9
(458.462)	4.596.307	(1.017.740)	(161.907)	(2.415)	(1.182.062)	3.414.245	2.607.834

Custo		Amortização				Residual	
Baixas	Transferência	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
(311)	6.483	4.840.269	(1.147.115)	(179.712)	(1.326.827)	3.513.442	3.118.929
-	-	8.561	(1.756)	(510)	(2.266)	6.295	6.805
-	-	62.115	(28.377)	(7.648)	(36.025)	26.090	18.847
-	(6.483)	33.875	-	-	-	33.875	38.115
-	-	236.133	(4.808)	128	(4.680)	231.453	231.325
-	(5.280)	233	(6)	(30)	(36)	197	224
(311)	(5.280)	5.181.186	(1.182.062)	(187.772)	(1.369.834)	3.811.352	3.414.245

(ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias ponderadas de amortização em 31 de dezembro de 2013 foram em média 3,95% a.a. (3,69% a.a. em 31 de dezembro de 2012).

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A) TRIBUTOS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO		RESULTADO CONSOLIDADO
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Realização do ágio na incorporação	418.024	474.698	(56.674)
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	33.515	36.170	(2.655)
Prejuízo - base fiscal negativa 2013	42.961	-	42.961
Regime Tributário de Transição - RTT (*)	(4.514)	5.481	(9.995)
Variação cambial ativa/passiva	3.149	(417)	3.566
Provisão para devedores duvidosos	1.560	898	662
Provisão para férias e encargos diretores	186	49	137
Mais valia Investimento controladora	(207)	(163)	(44)
Imposto de renda e contribuição social diferido - Ativo/(Passivo)	494.674	516.716	
Receita (Despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido			(22.042)
Ativo fiscal diferido	531.563	541.416	
Passivo fiscal diferido	(36.889)	(24.700)	
Imposto de renda e contribuição social diferido - Ativo/(Passivo)	494.674	516.716	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	516.716		
Receita/(Despesa) de imposto reconhecido no resultado	(22.042)		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	494.674		

(*) O RTT contempla ICPC-01, juros capitalizados, ajuste a valor presente - AVP do Ônus da concessão e depreciação societária.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
2013	-	62.277
2014	36.895	57.305
2015	43.392	52.341
2016	63.281	52.341
2017	62.334	52.341
2018	86.003	52.341
2019 a 2023	218.834	194.025
Após 2023	(16.065)	(6.255)
	494.674	516.716

B) CONCILIAÇÃO DA (DESPESA) RECEITA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	397.868	419.534	634.182	665.522
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(135.275)	(142.642)	(215.622)	(226.277)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	156.932	156.085	-	-
Despesas indedutíveis	-	-	(1.169)	-
Lucro presumido	-	-	4.263	4.306
Amortização de ágio	(44)	(131)	(6.390)	(369)
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	735	-
Créditos tributários não constituídos (*)	(21.657)	(10.904)	(21.657)	(18.971)
Outros	26	130	5.173	2.834
Despesa de Imposto de renda e contribuição social	(18)	2.538	(234.667)	(238.477)
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	23	(212.625)	(230.853)
Impostos diferidos	(44)	2.515	(22.042)	(7.624)
	(18)	2.538	(234.667)	(238.477)

(*) Trata-se de prejuízo fiscal da Companhia (controladora) para o qual não se apresenta expectativa de realização nos próximos 5 anos.

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Impostos sobre faturamento:				
ISS	-	-	10.230	9.116
Cofins	-	240	7.822	7.757
PIS	-	52	2.624	1.698
ISS na fonte	2	2	3.813	1.327
PIS/COFINS/CSLL s/prest. Serviços	-	53	1.930	1.467
INSS na fonte	-	2	2.463	1.749
Outros impostos	302	19	2.024	2.547
	304	368	30.906	25.661

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E NOTAS PROMISSÓRIAS - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

62

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
			31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Em moeda nacional:						
Capital de giro (b)	Julho-2015	TJLP + 2,45%a.a.	-	-	197.897	114.601
Capital de giro (d)	Novembro-2013	107,70% do CDI	-	-	-	35.312
Capital de giro (d)	Outubro-2014	108,4% do CDI	-	-	103.564	-
Capital de giro (i)	Outubro-2014	CDI + 2,032%a.a.	-	-	13.469	26.544
Capital de giro (c)	Dezembro-2013	112,5% do CDI	-	-	-	80.567
Capital de giro (g)	Junho-2015	CDI + 3% a.a.	-	-	30.269	31.866
Capital de giro (m)	Dezembro-2013	112,50% do CDI	-	-	-	48.215
Capital de giro (n)	Novembro-2014	108,0% do CDI	-	-	97.109	-
Finame (e)	Maio-2017	TJLP + 2,83%a.a.	-	-	1.063	987
Finame (k)	Outubro-2022	2,5% a.a.	-	-	387	-
Finame BNDES (l)	Julho-2018	TJLP + 2,30%a.a.	-	-	29.720	-
Equipamentos (j)	Setembro-2016	14,53% a.a.	-	-	9.918	26.404
Notas promissórias (a)	Maio-2013	108% do CDI	-	574.108	-	574.108
Notas promissórias (a)	Maio-2014	104,5% do CDI	290.762	-	290.762	-
Cédula de crédito bancário (f)	Maio-2013	14,84% a.a.	-	-	-	504
Capital de giro (h)	Julho-2014	CDI + 0,15% a.a.	-	-	15.857	25.237
			290.762	574.108	790.015	964.345
Circulante			290.762	574.108	571.533	802.424
Não circulante			-	-	218.482	161.921

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2013	31/12/2012
2014	-	57.597
2015	38.177	22.714
2016	35.715	15.925
2017	31.626	13.951
2018	27.936	13.227
Posteriores a 2018	85.028	38.507
	218.482	161.921

A movimentação dos empréstimos, dos financiamentos e das notas promissórias está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	574.108	-	964.345	258.888
Adições	274.635	544.429	438.727	621.403
Aquisição novas empresas (ver nota explicativa 5.c)	-	-	-	634.927
Encargos financeiros	35.018	29.679	83.511	65.680
Pagamento principal	(550.000)	-	(619.195)	(567.514)
Pagamento de juros	(42.999)	-	(77.373)	(49.039)
Saldo final	290.762	574.108	790.015	964.345

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	BTG Pactual/Banco Itaú Bradesco/HSBC Corretor.	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(b)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(c)	Ecovia/Ecosul	Banco do Brasil	Não exigem manutenção dos índices	Aval da Companhia
(d)	Ecovia	Banco do Brasil	Não exigem manutenção dos índices.	Foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela Companhia e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.
(e)	Ecocataratas	Banco do Brasil	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(f)	Termares	Banco Lage Landen Brasil.	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(g)	Ecoporto Santos	ABN AMRO/Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(h)	Ecoporto Santos	Unibanco	Não exigem manutenção dos índices.	Carta fiança.
(i)	Ecosul	Santander	A razão entre seu endividamento líquido e seu "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" deverá ser menor ou igual a 1,5, e a razão entre o EBITDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.	Aval da EcoRodovias Infraestrutura.
(j)	Ecoporto Santos/Termlog	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(k)	Ecocataratas	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(l)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta fiança.
(m)	Ecovia/Ecosul	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(n)	Ecosul	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.

64

A Taxa Interna de Retorno - TIR das notas promissórias está demonstrada a seguir:

Emissora	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
EcoRodovias Infraestrutura	09/05/2013	275.000	(365)	274.635	104,50% do CDI	8,45%

19. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - CONSOLIDADO

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência. Em 31 de dezembro de 2013, não existem saldos a pagar referente a arrendamento mercantil financeiro.

As obrigações financeiras em 31 de dezembro de 2012 são compostas como segue:

	31/12/2012
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:	
Menos de um ano	246
Mais de um ano e menos de cinco anos	-
	246
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	2
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	248
Circulante	248
Não circulante	-

A movimentação do arrendamento mercantil financeiro está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	248	1.340
Encargos financeiros	-	114
Pagamento do principal	(238)	(1.083)
Pagamento de juros	(10)	(123)
Saldo final	-	248

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro que está registrada na rubrica "Imobilizado" se refere a caminhões e apresenta valor residual de R\$2.652 em 31 de dezembro de 2013 (R\$4.775 em 31 de dezembro de 2012).

Determinados equipamentos foram arrendados por meio de contratos irrevocáveis sujeitos a encargos de 17,36% ao ano e variação de encargos de 2,3% a 18,44%, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração dos contratos é de 36 meses. A data da última parcela do empréstimo ocorreu em junho de 2013. Os contratos não requerem a manutenção de índices financeiros ("covenants").

20. DEBÊNTURES - CONSOLIDADO

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Principal corrigido	2.871.137	2.040.105
Remuneração (juros)	97.998	66.245
Custos com emissão de debêntures (*)	(58.527)	(36.703)
	2.910.608	2.069.647
Circulante	264.076	200.026
Não circulante	2.646.532	1.869.621

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	2.069.647	1.188.314
Adição	850.639	1.374.051
Encargos financeiros	294.460	202.424
Pagamento principal	(140.549)	(516.134)
Pagamento de juros	(163.589)	(179.008)
Saldo final	2.910.608	2.069.647

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

- A controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços concluiu, em 23 de outubro de 2012, a segunda emissão de R\$800.000 em debêntures, sendo R\$240.000 referentes à primeira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2016 e vencimento final em 15 de outubro de 2018; R\$160.000 referentes à segunda série em duas parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2018 e vencimento final em 15 de outubro de 2019; e R\$400.000 referentes à terceira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2020 e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

A primeira série ofertada ao mercado local tem remuneração vinculada a 100% do CDI acrescido de 0,79% ao ano, a segunda série tem remuneração vinculada ao IPCA acrescido de 5% ao ano e a terceira série tem remuneração vinculada ao IPCA acrescido de 5,35% ao ano; elas foram precificadas utilizando os conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

O contrato referente à segunda emissão requer a manutenção de índices financeiros da Companhia menores ou iguais a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada da Companhia com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos do serviço da dívida em relação ao EBITDA. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Os índices foram atingidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

- A controlada indireta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses, sendo os vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

O contrato da controlada indireta Ecovias requer a manutenção de índices financeiros menores ou iguais a 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e ao principal pagos no exercício), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

A controlada indireta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 07 de maio de 2013, a emissão de R\$881.000 em debêntures em duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$200.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 15 de abril de 2020 e a segunda série de R\$681.000, com prazo de vencimento de 132 meses e vencimento final em 15 de abril de 2024, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 3,80% a.a. + IPCA, pago anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2019, foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04. A segunda série tem remuneração de 4,28% a.a. + IPCA, paga anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2024, também precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

O contrato da 2ª emissão requer a manutenção dos índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2013, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

- A controlada indireta Ecopistas concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor nominal de R\$92.500 com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022 e a quarta no valor nominal de R\$92.500 com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

As quatro séries, ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada ao IPCA mais 8,25%, pagos semestralmente, e foram precificadas utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação tem classificação de risco "brAA+" da Standard & Poors.

O contrato da controlada indireta Ecopistas requer a manutenção dos índices financeiros conforme segue: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20, e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

- A controlada direta Ecoporto Holding, sucedida pela Ecoporto Santos S.A. (anteriormente denominada Tecondi), concluiu em 19 de junho de 2012 a emissão de R\$600.000 em debêntures em série única de 600 debêntures com vencimento em parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de junho de 2013 e vencimento final em 16 de junho 2019. Em 27 de novembro de 2012, com a reestruturação societária, essa dívida foi incorporada pela controlada direta Ecoporto Santos S.A.

O contrato requer a manutenção de índices financeiros em que a relação da dívida líquida e do EBITDA dos últimos 12 meses deve ser inferior: até 2015 a 4,5 pontos, em 2016 a 4,0 pontos, em 2017 a 3,5 pontos e em 2018 a 3,0 pontos. E o EBITDA dos últimos 12 meses pelas despesas financeiras deve ser superior: até 2015 a 2,0 pontos, em 2016 a 2,25 pontos, em 2017 a 2,5 pontos e em 2018 a 3,0 pontos. Os índices serão apurados trimestralmente, com base no balanço consolidado da emissora, a partir de 30 de setembro de 2012. Para esse empréstimo foi emitida uma Carta Fiança pela controladora EcoRodovias Infraestrutura. Esta garantia manter-se-á em vigor até que a emissora mantenha, de forma consolidada, o índice de alavancagem inferior ou igual a 2,5x, por dois semestres consecutivos. Há obrigatoriedade de manter o capital social igual ou superior a R\$39.000, sendo esse saldo atingido em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

A série única, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,85% ao ano, paga anualmente, e foi precificada utilizando os conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

As principais características das debêntures emitidas são:

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (1º Emissão)
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações
Quantidade emitida	800.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$10	R\$10
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2013	1ª série - R\$10,21 2ª série - R\$10,84 3ª série - R\$10,85	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$3,33 3ª série - R\$3,17
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 0,79% ao ano 2ª série - 5,00% a.a. 3ª série - 5,35% a.a.	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/04/13 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15/10/16 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/18 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/20 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP	CETIP e CBLC
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.
Classificação de risco	brAAA	brAAA
Garantias	Não aplicável	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio
Cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação

Ecovias (2º Emissão)	Ecoporto (Tecondi)	Ecopistas
Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa escritural, sem a emissão de cautela, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
881 (em duas séries)	600 (série única)	370 (em quatro séries)
R\$1.000	R\$1.000	R\$1.000
1ª série - R\$1.062 2ª série - R\$1.065	Não atualizável	1ª série - R\$1.263 2ª série - R\$1.198 3ª série - R\$1.174 4ª série - R\$1.150
1ª e 2ª série - IPCA	Não atualizável	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA	CDI + 1,85% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)	Parcelas anuais (15/06/13 a 15/06/17)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)	Parcelas anuais (15/06/14 a 16/06/19)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
n/a	Não aplicável	a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vencida da amortização de principal e encargos da dívida; e após o pagamento da primeira parcela a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida). b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação).
Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco BBI S.A.	Itaú Unibanco S.A.
CETIP E BMF&BOVESPA	CETIP	CETIP e/ou BOVESPAFIX
n/a	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Planner Trustee DTVM Ltda.
brAAA	Não aplicável	brAA+
n/a	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecoporto (Tecondi)/Termares/Termlog - fiança provisória da EcoRodovias Infraestrutura	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2014	-	-	-	167.074	(4.992)	162.082
2015	108.953	(8.533)	100.420	107.929	(4.466)	103.463
2016	192.721	(7.927)	184.794	191.493	(4.466)	187.027
2017	231.461	(8.162)	223.299	229.761	(4.466)	225.295
2018 - 2024	2.164.997	(26.978)	2.138.019	1.205.071	(13.317)	1.191.754
	2.698.132	(51.600)	2.646.532	1.901.328	(31.707)	1.869.621

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

70

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
EcoRodovias Concessões e Serviços	Debêntures - 1ª série	23/10/12	240.000	(6.196)	233.804	CDI + 0,79%	CDI + 1,09%
	Debêntures - 2ª série	23/10/12	160.000	(4.156)	155.844	5,00%+ IPCA	5,20% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	23/10/12	400.000	(10.502)	389.498	5,35%+ IPCA	5,63% + IPCA
Ecovias dos Imigrantes	1ª Emissão						
	Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32%+ IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35%+ IGP-M
	2ª Emissão						
	Debêntures - 1ª série	15/04/13	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/04/13	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
	Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
	Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
	Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
Ecoporto Santos	Série única	15/06/12	600.000	(4.267)	595.733	CDI + 1,85%	11,89%
			3.101.000	(77.075)	3.023.925		

21. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo circulante-				
Serviço de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (f)	-	-	85.228	70.367
Elog S.A.(g)	8	-	-	-
Empresa concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	39	-	-	-
	47	-	85.228	70.367
Ativo não circulante:				
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda - AFAC (e)	-	6.450	-	-
Empresa concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	-	37	-	-
	-	6.487	-	-
Movimentação do Intangível:				
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	-	-	32.778	5.631
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	-	-	5.302	1.087
SBS Engenharia e Construções S.A. (b)	-	-	18.660	14.574
Consórcio Serra do Mar (c)	-	-	116.867	45.338
	-	-	173.607	66.630
TOTAL DO ATIVO	47	6.487	258.835	136.997

71

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Passivo circulante:				
SBS Engenharia e Construções S.A. (b)	-	-	1.194	16
Consórcio Serra do Mar (c)	-	-	262	3.501
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	-	-	427	138
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	-	-	1.647	1.508
TOTAL DO PASSIVO	-	-	3.530	5.163

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Resultado:				
Receita:				
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	461	437	-	-
	461	437	-	-
Despesa:				
SBS Engenharia e Construções Ltda.(b)	-	-	-	240
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	-	-	-	606
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	-	-	-	6.417
STP Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A. (f)	-	-	2.264	5.212
	-	-	2.264	12.475

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- a) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul; o valor mensal do aluguel é de R\$39.
- b) A SBS Engenharia e Construções S.A. possui 10% de participação na controlada indireta Ecosul e 14,50% da controlada direta ECO101. Presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$32.337 e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$26.750, totalizando R\$59.087, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. O prazo para execução destes serviços é março de 2015 e em 31 de dezembro de 2013, há um saldo de serviços a realizar de R\$17.630. Os saldos em aberto a pagar de R\$1.194 (sobre os serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- c) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da Companhia EcoRodovias: CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a controlada indireta Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$232.084, incluindo adi-

tivo contratual. O prazo para execução destes serviços é dezembro de 2014 e até 31 de dezembro de 2013 foram incorridos R\$92.597, e há um saldo de serviços a realizar de R\$139.487. Os saldos em aberto a pagar R\$262 (sobre os serviços contratados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

- d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas indiretos da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas e Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$203.215, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2013, há um saldo de serviços a realizar de R\$177.735. Os saldos em aberto a pagar R\$2.074 (sobre os serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- e) O saldo em aberto refere-se a um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.
- f) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta, presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem

Parar". O saldo a receber de R\$85.228 correspondente ao pedágio eletrônico, tem vencimento de até 45 dias, não está sujeito a encargos financeiros e não foram concedidos garantias e avais.

- g) O saldo refere-se a transferências de funcionários entre as empresas (provisão de férias e 13º salário).
- h) Saldos de contrato mútuo entre empresas controladas em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Estes saldos não aparecem nas informações trimestrais por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado.

Mutuante	Mutuário	31/12/2013	31/12/2012	Vencimento	Taxa
Ecorodovias Concessões	Ecocataratas	71	31.800	31/12/2015	CDI + 1,20% a.a.
Ecorodovias Concessões	Ecopistas	87.313	81.158	31/03/2014	100% CDI
Termares	Tecondi	38.690	38.030	Indeterminado	1% a.a.
		126.074	150.988		

OUTROS CONTRATOS ENTRE AS PARTES RELACIONADAS

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as demais empresas do Grupo EcoRodovias. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$131.416, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

A Termlog Transportes e Logística Ltda. presta serviços de transportes e remoções para as coligadas Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Ecoporto Santos S.A., sendo o preço tabelado por unidade de transporte, variando entre R\$50,00 e R\$160,00 por carga. No período findo em 31 de dezembro de 2013 a Termlog faturou R\$39.399 para a Ecoporto e R\$635 para a Termares. O prazo de vencimento destes contratos é em 30 de abril de 2014.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo

(salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo) e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 em R\$13.787 (R\$14.184 para o exercício de 2012).

A remuneração paga aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Salários	4.608	4.687
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 27.f)	2.971	2.789
Previdência Privada	398	267
Benefícios diretos e indiretos	4.097	4.881
	12.074	12.624

22. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxas de 8,76% a

11,99% ao ano, em média, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2011	Adição (custo)	Pagamento	Efeito Financeiro	31/12/2012
Constituição da provisão para manutenção	436.892	90.998	-	-	527.890
Efeito valor presente sobre constituição	(97.445)	(15.885)	-	-	(113.330)
Realização da manutenção	(214.711)	-	(78.603)	-	(293.314)
Ajuste a valor presente - realizações	46.809	-	-	10.607	57.416
	171.545	75.113	(78.603)	10.607	178.662
Circulante	38.286				63.531
Não circulante	133.259				115.131

	31/12/2012	Adição (custo)	Pagamento	Efeito Financeiro	31/12/2013
Constituição da provisão para manutenção	527.890	91.568	-	-	619.458
Efeito do valor presente sobre a constituição	(113.330)	(16.661)	-	-	(129.991)
Realização da manutenção	(293.314)	-	(92.408)	-	(385.722)
Ajuste a valor presente - realizações	57.416	-	-	16.887	74.303
	178.662	74.907	(92.408)	16.887	178.048
Circulante	63.531				49.932
Não circulante	115.131				128.116

74

23. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 8,76% e 11,99% ao ano, em média, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

Esta provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, onde a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2011	Pagamento	Efeito Financeiro	31/12/2012
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	-	-	21.079
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(4.239)	(3.087)	-	(7.326)
Ajuste a valor presente - realizações	7.627	-	812	8.439
	14.456	(3.087)	812	12.181
Circulante	12.527			2.141
Não circulante	1.929			10.040

	31/12/2012	Pagamento	Efeito Financeiro	31/12/2013
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	-	-	21.079
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(7.326)	(564)	-	(7.890)
Ajuste a valor presente - realizações	8.439	-	170	8.609
	12.181	(564)	170	11.787
Circulante	2.141			9.519
Não circulante	10.040			2.268

75

24. OBRIGAÇÕES COM O PODER CONCEDENTE - CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012
Parcelas:		
Fixas - Ecovias	57.806	64.689
Variável - Ecosul	137	122
Variável - Ecovias	1.206	2.336
Variável - Ecopistas	324	590
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização	213	201
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária	1.550	1.503
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização	249	236
Outras - ECO101 - Verba de fiscalização	310	-
Outras - Ecoporto - Taxas CODESP	1.256	1.438
	63.051	71.115
Circulante	20.454	20.794
Não circulante	42.597	50.321

Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 31 de dezembro de 2013, restam 52 parcelas a vencer e os pagamentos já realizados correspondem a 78,33% do total (73,33% em 31 de dezembro de 2012).

De acordo com o contrato de concessão da controlada Ecopistas, firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, todas as parcelas haviam sido quitadas.

Conforme contrato de concessão da controlada ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., firmado em 17 de abril de 2013, deverão ser pagos a título de verba de fiscalização o

valor mensal de R\$310 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio.

Na controlada Ecosul a parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação.

Nas controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas a parcela variável era calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação até 30 de junho de 2013. A partir desta data conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

As controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, são contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2013	31/12/2012
2014	-	13.452
2015	14.194	12.285
2016	12.962	11.219
2017	11.838	10.246
2018	3.603	3.119
	42.597	50.321

A movimentação das obrigações com o poder concedente está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	71.115	74.817
Custo (vide nota explicativa nº 29)	63.925	39.190
Variação monetária sobre obrigações com o poder concedente	7.644	9.813
Pagamento do principal	(79.633)	(52.705)
Saldo final	63.051	71.115

25. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Salários e outras obrigações a pagar	5.172	6.187	23.498	18.624
INSS a recolher	264	214	4.579	2.480
FGTS a recolher	86	74	1.477	745
IRRF a recolher	361	288	2.348	1.206
Provisão de férias e 13º salário a pagar	1.074	826	15.625	14.346
Contribuição sindical a recolher	-	-	22	22
Encargos sobre provisões a recolher - INSS e FGTS	375	287	5.902	5.090
	7.332	7.876	53.451	42.513

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas "Custos dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas", de acordo com a alocação do empregado.

26. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas efetuam uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e tributários que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, incluindo a opinião dos assessores jurídicos, internos e externos, da Companhia e de suas

controladas. Suportada por este processo de avaliação, a Administração constituiu provisão para contingências para as quais é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A movimentação da provisão no período é conforme segue:

	Cíveis (a)	Tributárias (b)	Trabalhistas (c)	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2012	20.469	1.768	9.976	32.213
Adição por aquisição de novas empresas	67.966	76	-	68.042
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	931	454	9.112	10.497
(-) Pagamentos	(4.573)	(88)	(2.284)	(6.945)
(+) Atualização monetária	1.084	466	1.084	2.634
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	85.877	2.676	17.888	106.441

	Cíveis (a)	Tributárias (b)	Trabalhistas (c)	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2013	85.877	2.676	17.888	106.441
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	43.862	(1.221)	7.892	50.533
(-) Pagamentos	(14.361)	(64)	(14.641)	(29.066)
(+) Atualização monetária	4.783	336	2.121	7.240
(+/-) Reclassificações	(6.533)	3.262	3.271	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	113.628	4.989	16.533	135.148

a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, totalizando R\$36.535 em 31 de dezembro de 2013 (R\$32.255 em 31 de dezembro de 2012), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

As principais causas com perdas prováveis, ou seja, com constituição de provisão são:

- A controlada indireta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia

dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013, sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão", foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

- A controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da deci-

são administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica-CADE, que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial e mediante depósito dos valores cobrados, à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal no mês de agosto de 2012, a Ecoporto Santos decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito retomar a cobrança oportunamente. Para tanto, estão pendentes de julgamento recursos e medidas judiciais objetivando conceder ao Ecoporto Santos autorização para retomada da referida cobrança. Em 31 de dezembro de 2013 o valor contingenciado é de R\$58.199. Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída.

b) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 31 de dezembro de 2013, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$19.031 (R\$6.477 em 31 de dezembro de 2012), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão. Os principais processos tributários são conforme segue:

Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada indireta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. O valor estimado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$5.359 (R\$4.938 em 31 de dezembro de 2012).

c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante, exceto ação mencionada abaixo. Em 31 de dezembro de 2013, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$37.012 (R\$24.873 em 31 de dezembro de 2012), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A principal causa provável, ou seja, com constituição de provisão, é da controlada indireta Ecocataratas que possui uma ação de responsabilidade solidária referente à reclamação

trabalhista de ex-colaborador da empresa Qualix Serviços Ambientais S.A., pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). Em 1º de agosto de 2011, a Ecocataratas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R\$6.439. A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, tendo em 30 de novembro de 2012 sido constituída provisão de R\$7.127. Em 30 de outubro de 2013, o banco Bradesco executou a carta fiança em favor do reclamante, restando um saldo a pagar para essa ação, atualizado até 31 de dezembro de 2013 de R\$1.465. Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Tal dever é objeto de procedimento arbitral instaurado pela EcoRodovias Infraestrutura perante a Câmara de Comércio Brasil Canadá, ainda sem julgamento de mérito, razão pela qual prevê-se um futuro possível ressarcimento dos valores desembolsados pela controlada Ecocataratas, em ação de execução de sentença arbitral.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o capital social subscrito e integralizado de R\$1.320.549 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o exercício do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo é de R\$131.747 (R\$111.855 em 31 de dezembro de 2012).

d) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital

Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 5º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008. Essa retenção referente ao exercício de 2012 foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela

Administração e aprovado pelo Conselho de Administração, o qual foi submetido à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2013, a qual deliberou pela não constituição da reserva de lucros para orçamento de capital e que o valor fosse destinado aos dividendos.

O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2013 é de R\$388.105, correspondente a lucros gerados nos exercícios de 2010 e 2011, líquidos de dividendos distribuídos.

e) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 2013 no valor de R\$435.200 refere-se a: R\$ 255.200 saldo de dividendos remanescentes de 2012, aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2013; R\$180.000 dividendos intermediários de 2013, calculados conforme segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	397.850	422.072
Constituição da reserva legal	(19.892)	(21.104)
Base de cálculo dos dividendos	377.958	400.968
Dividendos intermediários pagos	(180.000)	(145.768)
Dividendos pagos (a pagar) no exercício seguinte	197.958	255.200

Data

	1ª Outorga 31/08/2010	2ª Outorga 22/03/2011	3ª Outorga 25/04/2012	4ª Outorga 25/04/2013
Quantidade de opções de ações	685.764	1.212.045	1.524.074	2.594.808
Preço de período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o exercício de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi registrado na rubrica "Plano de opção com base em

f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia aos diretores e empregados. O Conselho de Administração é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela Companhia, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações ("contrato"), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da Companhia, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia.

O Conselho de Administração disponibilizou 6.016.691 ações ordinárias para esse plano, como segue:

ações" o valor de R\$2.971 (R\$2.789 em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª Outorga	2ª Outorga	3ª Outorga	4ª Outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	685.764	-	-	-	685.764
Outorgadas	-	1.212.045	-	-	1.212.045
Exercidas	(21.942)	-	-	-	(21.942)
Canceladas	(17.553)	-	-	-	(17.553)
Em 31 de dezembro de 2011	646.269	1.212.045	-	-	1.858.314
Outorgadas	-	-	1.524.074	-	1.524.074
Exercidas	(257.410)	(196.899)	-	-	(454.309)
Em 31 de dezembro de 2012	388.859	1.015.146	1.524.074	-	2.928.079
Outorgadas	-	-	-	2.594.808	2.594.808
Exercidas	(79.886)	(168.658)	(96.913)	-	(345.457)
Canceladas	(81.715)	(246.373)	(377.491)	(622.951)	(1.328.530)
Em 31 de dezembro de 2013	227.258	600.115	1.049.670	1.971.857	3.848.900

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

80

A aquisição do direito ao exercício da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total do custo	Prazo para exercer
2014	15,47	1.504.172	2,83	4.257	11 meses
2015	16,56	1.332.732	3,17	4.225	23 meses
2016	17,22	1.029.720	3,35	3.450	35 meses
2017	19,39	648.702	4,90	3.179	47 meses
		4.515.326	3,56	15.111	

g) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração aprovou 3 programas de Recompra de ações que ocorrerão sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, re-colocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da Companhia; e (3) nos termos e as condições a seguir:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000

As ações em tesouraria possuem como finalidade a liquidação das opções quando da outorga do plano de opções de ações (vide nota explicativa nº 27.f).

Cabe à Administração da Companhia definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora e Consolidado		
	Quantidade	Ações	Custo médio R\$ por ação
		Valor	
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	149.502	(2.011)	13,45
Exercidas em 2012	(454.309)	6.945	15,29
Recompra em 2012	480.495	(7.759)	16,15
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	175.688	(2.825)	16,08
Exercidas em 2013	(345.457)	5.883	17,03
Recompra em 2013	712.482	(11.546)	16,21
Cessão diretores	(3)	-	17,03
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	542.710	(8.488)	15,64

A Companhia mantém em tesouraria 542.710 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 30 de dezembro de 2013, de R\$14,80. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 30 de dezembro de 2013, é de R\$8.032.

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$30.825, transferida para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social.

h) Participações dos acionistas não controladores

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	17.911	3.041
Participação nos lucros	1.662	4.973
Aporte de capital de acionista não controlador	-	15.001
Venda de participação ECO101 (Vide NE 5.d.ii)	12.819	-
Pagamento de dividendos à acionista não controlador	(6.333)	(5.104)
Saldo final	26.059	17.911

Em 01 de novembro de 2013 foi constituída reserva de capital no valor de R\$5.441 de acordo com o item 67 do ICPC-09 que orienta que na alienação de ações ou instrumentos de uma entidade que a Companhia controla e que não haja perda de controle com essa operação, tal resultado deverá ser alocado diretamente ao Patrimônio Líquido e não ao resultado. Tal registro se deu pela venda de 27,5% da participação dos 80% que a Companhia detinha naquela data no capital da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

28. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	718.492	695.687
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	804.230	697.603
Vale-pedágio	165.664	152.624
Outras	770	2.267
	1.689.156	1.548.181
Receitas de construção (vide nota explicativa nº 36)	505.830	298.540
Receitas portuárias (d)	625.036	370.251
Receitas acessórias (b) e (c)	58.639	64.201
RECEITA BRUTA TOTAL	2.878.661	2.281.173
Deduções de receita (e)	(239.602)	(193.652)
RECEITA LÍQUIDA	2.639.059	2.087.521

a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.

b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

- c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias.
- d) Referem-se às receitas auferidas pelas empresas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos, Termares e Termlog, adquiridas em maio e junho de 2012.
- e) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue quadro com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

	31/12/2013	31/12/2012
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	1.689.156	1.548.181
Receitas portuárias	625.036	370.251
Receitas acessórias	58.639	64.201
	2.372.831	1.982.633
Deduções		
Cofins (i)	(98.792)	(77.819)
PIS (ii)	(21.449)	(16.887)
ISS (iii)	(109.142)	(93.800)
Outros - ICMS	(294)	(151)
Devoluções e Abatimentos	(9.925)	(4.995)
	(239.602)	(193.652)

(i) Alíquota para: concessionárias 3% e portos 7,6%

(ii) Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos 1,65%

(iii) Alíquota de 2% a 5%.

29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2013	31/12/2012
Controladora		
Pessoal	22.890	25.001
Conservação e manutenção	500	760
Serviços de terceiros	45.233	15.457
Seguros (vide nota explicativa nº 34)	267	646
Depreciações e amortizações	607	599
Locação de imóveis e máquinas	2.098	1.689
Outras despesas operacionais	4.782	3.759
	76.377	47.911
Classificados como-		
Despesas gerais e administrativas	76.377	47.911

	31/12/2013	31/12/2012
Consolidado		
Pessoal	313.125	231.164
Conservação e manutenção e outros	81.445	54.818
Serviços de terceiros (*)	318.818	213.964
Seguros (vide nota explicativa nº 35)	18.180	15.205
Depreciações e amortizações	236.631	203.924
Poder Concedente	63.925	39.190
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	24.885	17.100
Provisão para manutenção	74.907	75.113
Custo de construção de obras (vide nota explicativa nº 28)	505.830	298.540
Outros custos e despesas operacionais	73.964	68.296
	1.711.710	1.217.314
Classificados como-		
Custo dos serviços prestados	1.346.606	949.547
Despesas gerais e administrativas	365.104	267.767

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

O aumento de custos e despesas operacionais, deve-se principalmente ao fato da Companhia consolidar doze meses de custos e despesas operacionais do segmento portuário em 2013 com valor total de R\$415.222, enquanto em 2012 foi consolidado apenas o período de sete meses (posto que a aquisição ocorreu em 31 de maio de 2012) no valor total de R\$290.941.

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	21.480	13.996	96.895	54.874
Variação monetária sobre debêntures	-	-	-	1.790
Juros ativos	-	-	5.384	-
Atualização monetária de créditos fiscais	1.505	1.482	8.124	4.120
Outras	-	144	3.004	8.650
	22.985	15.622	113.407	69.434
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	-	-	(191.856)	(136.944)
Juros sobre empréstimos e financiamentos e leasing	(32.585)	(26.247)	(81.078)	(57.273)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	(91.798)	(60.217)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	(7.644)	(9.813)
Amortização de custos com emissão de debêntures	-	-	(10.806)	(7.053)
Ajuste a valor presente - interpretação técnica ICPC 01	-	-	(17.057)	(11.419)
Despesas bancárias	(453)	(92)	(1.952)	(703)
Comissão notas promissórias	(2.433)	(3.432)	(2.433)	(3.432)
Variação cambial sobre financiamentos	-	-	(100)	(5.089)
Atualização monetária de provisão para contingências	(748)	(286)	(10.298)	(3.199)
Pis/Cofins sobre JSCP	(2.067)	(2.960)	(6.114)	(4.663)
Variação cambial fornecedores externos	-	-	(6.274)	(2.627)
Outras	(418)	(863)	(11.474)	(8.535)
	(38.704)	(33.880)	(438.884)	(310.967)
Resultado financeiro	(15.719)	(18.258)	(325.477)	(241.533)

31. LUCRO POR AÇÃO

	31/12/2013	31/12/2012
Controladora e Consolidado		
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,71	0,76
Lucro diluído por ação das operações continuadas	0,71	0,75

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2013	31/12/2012
Controladora e Consolidado		
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	397.850	422.072
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	558.699	558.699
Média ponderada das ações em tesouraria	(512)	(162)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	558.187	558.537
Lucro básico por ação - R\$	0,71	0,76

b) Lucro diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: as opções do plano de opção de compra de ações, divulgado na nota explicativa 27.f):

	31/12/2013	31/12/2012
Controladora e Consolidado		
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	397.850	422.072
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	558.187	558.537
Ajuste por opções de compra de ações	3.849	2.928
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído	562.036	561.465
Lucro diluído por ação - R\$	0,71	0,75

32. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS - CONSOLIDADA

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a participação nos lucros e resultados foi de R\$13.755 (R\$8.494 em 31 de dezembro de 2012), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

33. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

86

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, notas promissórias, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com o poder concedente detalhados nas notas explicativas nº 18, nº 19, nº 20 e nº 24, deduzidos pelo caixa e pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações dos acionistas não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 27).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

A controlada direta Ecoporto Santos possui financiamento em moeda estrangeira para ampliação dos Cais para utilização em suas operações, que representa valor de US\$ 37.903. O contrato apresenta vencimento em julho de 2014, tendo como contraparte Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. A operação de "swap" em 31 de dezembro de 2013 consiste na troca da variação do CDI acrescida de 0,150103% ao ano

por variação cambial, registrada na rubrica "Despesas financeiras", no valor de R\$ 14.932 (R\$12.725 em 31 de dezembro de 2012).

RISCO DE MERCADO

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não apresentavam saldo de ativo ou passivo relevante denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs, remunerados a taxas média ponderada de 101,1% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisões para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com o poder concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 18, nº 19, nº 20 e nº 24.

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Dívida (a)	290.762	574.108	3.763.674	3.105.355
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(177.016)	(435.621)	(1.152.588)	(858.137)
Dívida líquida	113.746	138.487	2.611.086	2.247.218
Patrimônio líquido (b)	2.071.887	2.107.576	2.098.126	2.125.487
Índice de endividamento líquido	0,05	0,07	1,24	1,06

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e obrigações com o poder concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 18, nº 19, nº 20 e nº 24. (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2013 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	19.093	19.093
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	151.651	151.651
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	1.133.489	1.133.489
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	79.917	79.917
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	790.015	790.015
Debêntures (d)	Outros passivos financeiros	2.910.608	2.910.608
Obrigações com o poder concedente (e)	Outros passivos financeiros	63.051	72.261

(a) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço. (c) Calculados por meio de fluxo de caixa descontado de acordo com as taxas indicativas da BM&F em 30 de dezembro de 2013, com base nas parcelas a vencer. (d) As debêntures foram calculadas através das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures (quando houver) e conforme o Preço Unitário - PU atualizado em 30 de dezembro de 2013. Nos demais casos, o cálculo foi feito através de fluxo de caixa descontado, com base nas parcelas a vencer, à taxas indicativas da BM&F data base 30 de dezembro de 2013. (e) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com o poder concedente".

As referidas taxas e PUs utilizados para as projeções de mercado foram extraídos das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br, www.fgv.br, www.fiduciario.com.br, www.oliveiratrust.com.br.

RISCOS DA TAXA DE CÂMBIO

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela controlada direta Ecoporto Santos S.A., com quem possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a controlada Ecoporto Santos S.A. possui o seguinte contrato em moeda estrangeira:

	31/12/2013	31/12/2012
Credor		
Finimp - Moeda US\$	4.012	5.521

RISCO DA TAXA DE JUROS

88

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

RISCO DE CRÉDITO

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$85.228 (R\$70.367 em 31 de dezembro de 2012), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

MODALIDADE	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	33.006	31.590	33.580	152.455
BNDES	TJLP + 2,30% a.a.	8.382	7.934	7.482	10.913
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	-	-	4.095	12.460
Finame	TJLP + 2,8% a.a.	348	460	429	154
Capital de giro	108% do CDI	233.328	-	-	-
Finame	2,50% a.a.	53	52	51	274
Obrigações com o poder concedente	IGP-M	14.047	14.823	199.281	-
Debêntures	CDI + 0,79% a.a.	24.753	24.783	104.876	184.659
Debêntures	IGP-M + 9,50% a.a.	110.783	-	-	-
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	50.823	57.351	63.117	700.535
Debêntures	IPCA + 5,25% a.a.	33.156	34.972	37.191	1.097.858
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	8.075	8.484	8.949	324.896
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	30.968	32.535	34.319	1.509.904
Notas promissórias	104,5% do CDI	300.387	-	-	-
Capital de giro	CDI + 0,15% a.a.	11.084	-	-	-
Capital de giro	CDI + 1,90% a.a.	200	-	-	-
Capital de giro	CDI + 3,00% a.a.	14.831	7.771	-	-
Finimp	4,60% + Var.cambial	3.975	3.794	2.001	-
Finimp	5,20% + Var.cambial	83	78	74	35
Debêntures	CDI + 1,85% a.a.	127.447	153.457	143.103	444.550
Swap	Var. Cambial	5.071	-	-	-

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

OPERAÇÃO	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras	Baixa do CDI	108.624	81.468	54.312
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures - Ecovias	Alta do IGP-M	(48.665)	(49.599)	(50.539)
Juros sobre a 1ª série das debêntures - EcoRodovias	Alta do CDI	(25.619)	(30.203)	(34.744)
Juros sobre a 2ª e 3ª série das debêntures - EcoRodovias	Alta do IPCA	(33.042)	(33.434)	(33.824)
Juros sobre a 1ª e 2ª séries das debêntures - Ecovias 2ª emissão	Alta do IPCA	(38.888)	(39.071)	(39.251)
Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures - Ecopistas	Alta do IPCA	(38.472)	(38.748)	(39.078)
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	(28.316)	(33.098)	(37.881)
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	(15.360)	(17.849)	(20.314)
Empréstimos e financiamentos	Alta do IPCA	(889)	(1.048)	(1.206)
Juros sobre debêntures - série única - Ecoporto Santos	Alta do CDI	(68.743)	(75.607)	(82.385)
Juros sobre notas promissórias	Alta do CDI	(9.931)	(12.288)	(14.619)
Empréstimos e financiamentos	Alta da Libor	(446)	(557)	(669)
Juros sobre obrigações com o poder concedente	Alta do IGP-M	(83)	(105)	(127)
Juros a incorrer, líquidos		(199.830)	(250.139)	(300.325)

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2013 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

Risco de mudança nas taxas de câmbio

OPERAÇÃO	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Empréstimos e financiamentos	Alta do US\$	(5.789)	(9.885)	(13.980)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas foram as seguintes:

INDICADORES	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	10,25%	12,81%	15,38%
IGP-M (b)	6,02%	7,53%	9,03%
IPCA (c)	6,03%	7,54%	9,05%
TJLP (d)	5,00%	6,25%	7,50%
US\$ (e)	2,45	3,06	3,68
Libor 6meses (f)	0,35%	0,44%	0,52%

(a) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.

(b) Refere-se à taxa do IGP-M projetada para 12 meses.

(c) Refere-se à taxa do IPCA projetada para 12 meses.

(d) Refere-se à taxa da TJLP projetada para 12 meses.

(e) Refere-se à taxa do dólar norte-americano projetada para 12 meses.

(f) Refere-se a Libor 6 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

34. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONSOLIDADO

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o empregado contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do empregado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas contribuíram com a quantia de R\$2.299 (R\$1.534 em 31 de dezembro de 2012), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

35. SEGUROS CONTRATADOS - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles

problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2013, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura
Seguro-garantia	R\$776 milhões
"All Risk" - equipamentos e móveis	R\$1,7 milhões
"All Risk" - responsabilidade civil	R\$1,9 milhões
"All Risk" - danos materiais	R\$9,5 milhões
Seguro-sede	R\$4 milhões
"All Risk" - perda de receita	R\$1,7 milhões
Veículos	Tabela FIPE
"All Risk" - obras de conservação e manutenção	R\$278 milhões
"All Risk" - operador portuário	US\$230 milhões
Multirrisco	R\$22 milhões

36. CONTRATOS DE CONCESSÃO - CONSOLIDADO

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, incluindo as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 men-

sais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o fim do contrato.

- II. Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R\$10 mensais até o 11º ano e de R\$11 mensais do 12º ano ao fim do contrato.
- III. Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):
- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
 - 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
 - 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
 - 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

92

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia Caminho do Mar foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Receita de construção	27.908	28.744
Custos de construção	(27.908)	(28.744)
	-	-

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, por meio do TAM nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Em 13 de novembro de 2012, através do Termo Aditivo nº 16/12, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 18 meses e 11 dias, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em decorrência da inclusão de novas obras e serviços no valor de R\$328.719, que incluem a remodelação do trevo localizado no km 55 da Rodovia Anchieta, com implantação de um anel viário interligando as rodovias Anchieta, Cônego Domênico Rangoni, Imigrantes e Padre Manoel da Nóbrega, e a construção de uma terceira faixa em ambos os sentidos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, entre o km 270 e o km 262, na região do Pólo Industrial de Cubatão. O contrato de concessão possui vigência até setembro de 2025.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Ampliação principal
- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.
- b) Pagamento de
- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R\$87.000

(R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M, conforme descrito na Nota Explicativa nº 24.

- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário até 30 de junho de 2013. A partir desta data conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias dos Imigrantes foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Receita de construção	218.575	75.956
Custos de construção	(218.575)	(75.956)
	-	-

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente"), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor a partir da autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes, que condicionou a sua aplicação a partir de 1º de julho de 2013.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 134,9 km de extensão compreendendo:

- SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no fim da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e fim do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e fim do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e fim do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- SPI-035/056 - interligação Itaquaquetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquetuba - SP; e fim do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquetuba - SP.
- SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e fim do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviários S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário até 30 de junho de 2013. A partir desta data conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, esta será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

- a) Prorrogação do prazo de concessão.
- b) Revisão tarifária.
- c) Revisão do cronograma de investimentos.
- d) Utilização do ônus fixo.
- e) Emprego de verbas do tesouro.
- f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos para a Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse

fim; porém, os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Receita de construção	164.357	113.633
Custos de construção	(164.357)	(113.633)
	-	-

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	125,6
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	123,0

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 30 de dezembro de 2013, foram publicados no Diário Oficial da União, a Resolução Nº4.236/13 e Resolução Nº4.237/13 da Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) referentes a 10ª Revisão Ordinária, a 6ª Revisão Extraordinária e o Reajuste das Tarifas Básicas de pedágio do complexo rodoviário administrado pela Ecosul, sua controlada indireta. Com estas resoluções, as tarifas de pedágio para

veículos de passeio foram reduzidas em 22,2% e as tarifas de pedágio para veículos pesados foram reduzidas em 4,2%. Em complementação houve: (i) devolução de trecho não pedagiado da BR-293, que liga Pelotas a Bagé, com 161,1 km e acesso aos Molhes da Barra na rodovia BR-392, com 5,4km, totalizando 166,5 km de rodovias simples; (ii) incorporação da pista duplicada da BR-392, trecho Pelotas a Rio Grande, com extensão de 51,8 km e; (iii) aumento gradativo do fator multiplicador de veículos pesados em relação aos veículos de passeio para 2 entre 2014 e 2016, em linha com os padrões dos demais programas de concessões rodoviárias federais. O Termo Aditivo ao Contrato relativo a esses itens está em fase de elaboração e é fruto de negociações entre a Ecosul, Ministério dos Transportes e Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT), visando maximizar a eficiência das operações rodoviárias do Polo de Pelotas.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Receita de construção	37.609	29.546
Custos de construção	(37.609)	(29.546)
	-	-

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz de Iguaçu, no extremo

oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação a, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente, desde o fim do ano 2002, pela Administração da Ecocataratas e pelo Governo do Estado do Paraná.

O prazo de duração da Ecocataratas é indeterminado, mas será estendido, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pelo Grupo EcoRodovias, com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em parcelas mensais de R\$77 durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2013, a parcela reajustada é de R\$249.
- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
 - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
 - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
 - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
 - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Os bens que integram a concessão são as rodovias e os trechos rodoviários de acesso que compõem o sistema, compreendendo todas as edificações e demais bens móveis e imóveis que poderão ser cedidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER à Ecocataratas, de forma provisória, para que não ocorram interrupções nos serviços.

O contrato de concessão da Ecocataratas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Receita de construção	30.800	50.661
Custos de construção	(30.800)	(50.661)
	-	-

ECO101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

96

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. foi constituída em 22 de março de 2012, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 17 de abril de 2013. O início de suas operações está previsto para maio de 2014 com o início da cobrança de pedágio. A ECO101 tem como objeto social a exploração, pelo regime de concessão da Rodovia Federal BR-101/ES/BA entre a BA-698 (acesso a Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ.

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir da data de assinatura e transferência dos bens ocorrida em 10 de maio de 2013) consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso a Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. Ao término do período de concessão em maio de 2038, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Taxa de fiscalização: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio;
- Recursos para Desenvolvimento Tecnológico: Durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem o desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT;

O contrato de concessão da ECO101 foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	31/12/2013
Receita de construção	26.581
Custos de construção	(26.581)
	-

COMPROMISSOS RELATIVOS ÀS CONCESSÕES

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2013, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses

valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas
Previsão de 2014 a 2021	Previsão de 2014 a 2026	Previsão de 2014 a 2018	Previsão de 2014 a 2021	Previsão de 2014 a 2039

Natureza dos Custos

Melhorias na infraestrutura	151.439	145.878	471.324	798	293.288
Conservação especial (manutenção)	60.751	31.543	310.235	313.070	409.120
Equipamentos	10.218	11.461	54.323	60.379	187.355

Os investimentos relativos à Concessionária ECO101 estão sob revisão e serão apresentados oportunamente.

37. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA, ECOCATARATAS E ECO-PORTO SANTOS

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S/A e a Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

As companhias buscam, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os respectivos contratos de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.

Diante da atual administração estadual, as concessionárias estão em processo de revisão contratual desde agosto de 2011. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria deferidos.

Os reajustes tarifários de 2011 a 2013 foram aplicados administrativamente, sem necessidade de ações judiciais, assim como o de grau tarifário previsto para o dezembro de 2013 nas praças de pedágio da Ecocataratas.

Em março de 2012 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado de solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que promova o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. Foi apresentado pedido de reexame em 23/04/2012 pelas concessionárias em razão da não participação processual. Aguarda-se julgamento.

Também em março de 2012 foi emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido relatório concluiu preliminarmente que o contrato pode encontrar-se desequilibrado em desfavor do usuário. Foi apresentada defesa e impugnados os critérios considerados para reequilíbrio e as conclusões preliminares do relatório. Não há julgamento final ainda.

Em 09/07/2013, mediante ato do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, foi constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. As concessionárias de rodovia do Estado colaboraram ativamente com os trabalhos, através da entrega de documentos, apresentação de explicações e depoimento de seus Presidentes. A CPI deve encerrar-se em março de 2014.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, do acórdão e relatório dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Paraná, respectivamente, assim como quanto à publicação de relatório final da CPI do Pedágio, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações e de suas controladas não é provável.

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses. As eventuais decisões dos Tribunais de Contas, assim como da CPI do Pedágio, ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

ECOPORTO SANTOS S.A.

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, sendo obrigatório o Poder Concedente responsável concedê-la se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser a Secretaria Especial dos Portos - SEP, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquáticos - ANTAQ a responsável pela fiscalização. Até o presente momento, no que concerne à prorrogação do Contrato, entende-se que é prudente a observância da Resolução nº 2.240/11 da ANTAQ, sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos seja acompanhado de estudo de viabilidade, bem como das informações necessárias à avaliação do equilíbrio econômico-financeiro das novas bases contratuais. O Ecoporto Santos deverá então, ao requerer a prorrogação, instruir o seu pedido com o estudo de viabilidade, seguindo os procedimentos estabelecidos na normatização em vigor à época do requerimento. Assim, em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de haver prorrogação do Contrato de Arrendamento são

altas, desde que mantido o atual desempenho do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da Resolução ANTAQ nº 2.240/11, conforme alterada pela Resolução ANTAQ nº 2.826/2013, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção do Contrato será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento definitivo de duas ações populares apensas, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104, em trâmite perante a 1ª Vara Federal da Subseção de Santos, que questionam a legitimidade do Contrato e de seus aditivos, bem como da representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União, sobre a mesma matéria. Apesar das decisões iniciais, a Administração considera significativa a probabilidade de reversão destes julgados e êxito em tais demandas, o que possibilitará a prorrogação do contrato, em linha com a jurisprudência dos Tribunais Superiores e a doutrina jurídica dominante. Nas primeiras ações anteriormente mencionadas pendem de julgamento recursos de apelação ajuizados pelo Ecoporto Santos e, no procedimento administrativo destacado, julgamento de embargos declaratórios também por ele ajuizados. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

38. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision-Maker - CODM").

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro deste segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas e ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

b) Logística

Os sistemas logísticos são formados pela integração entre as concessões rodoviárias do Grupo EcoRodovias e situadas em áreas estratégicas do território brasileiro com plataformas logísticas, que visam integrar terminais logísticos intermodais, terminais portuários, terminais retroportuários, centros de distribuição, recintos alfandegários e portos, bem como a prestação de serviços integrados de logística, sempre buscando um diferencial de valor agregado. A Companhia detém 80% das empresas de logística. Dentro deste segmento são apresentadas as seguintes empresas: Elog S.A., Elog Logística Sul Ltda., Ecopátio Logística Cubatão Ltda., ELG-01 Participações Ltda., Anish Empreendimentos e Participações Ltda. e Paquetá Participações Ltda..

c) "Holding" e serviços

Este segmento compreende a operação dos serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil. Além da STP, este segmento apresenta as empresas EIL01, EIL02, EIL03 e EIL04 e as "Holdings" Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., "holding" do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

d) Portos

A partir de 31 de maio de 2012, com a aquisição das empresas de segmento portuário, a Companhia passou a realizar operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, neste segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda e Termlog Transporte e Logística Ltda.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	31/12/2013	31/12/2012
Concessões	67,3%	61,6%
Logística	7,8%	11,9%
"Holding" e serviços	6,0%	6,1%
Portos	18,9%	20,4%

As práticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota explicativa nº 2. O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relacionada aos segmentos para 31 de dezembro de 2013 e 2012. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com rela-

ção ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras, bem como as práticas contábeis aplicadas:

CONTAS			
	Concessões	Portos	Logística
Ativo Circulante	297.403	294.224	204.622
Ativo não Circulante	2.654.756	754.800	376.744
Total do Ativo	2.952.159	1.049.024	581.366
Passivo Circulante	722.506	180.427	61.643
Passivo Não Circulante	966.346	751.836	265.356
Patrimônio Líquido	1.263.307	116.761	254.367
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.952.159	1.049.024	581.366

100

Receita Líquida	1.766.565	341.136	266.938
Custo dos serviços prestados	(822.878)	(187.238)	(195.634)
Lucro bruto	943.687	153.898	71.304
Receitas (despesas) operacionais	(131.585)	(109.331)	(5.542)
Equivalência patrimonial	-	-	-
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	812.102	44.567	65.762
Resultado Financeiro	(147.433)	7.823	(25.232)
Lucro Operacional antes dos impostos	664.669	52.390	40.530
Imposto de Renda e Contribuição Social	(217.604)	(16.088)	(13.586)
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	447.065	36.302	26.944
Atribuível a:			
Companhia	-	-	-
Outros acionistas	-	-	-

31 de dezembro de 2012

Holding e serviços	Combinado	Eliminações	Total	Ajustes CPC 36 (R3) /IFRS10	Consolidado
744.698	1.540.947	(231.165)	1.309.782	(263.187)	1.046.595
3.660.066	7.446.366	(2.560.192)	4.886.174	(127.194)	4.758.980
4.404.764	8.987.313	(2.791.357)	6.195.956	(390.381)	5.805.575
708.957	1.673.533	(239.097)	1.434.436	(146.735)	1.287.701
791.542	2.775.080	(139.047)	2.636.033	(243.646)	2.392.387
2.904.265	4.538.700	(2.413.213)	2.125.487	-	2.125.487
4.404.764	8.987.313	(2.791.357)	6.195.956	(390.381)	5.805.575

31 de dezembro de 2012

169.431	2.544.070	(134.963)	2.409.107	(321.586)	2.087.521
(105.926)	(1.311.676)	149.326	(1.162.350)	212.803	(949.547)
63.505	1.232.394	14.363	1.246.757	(108.783)	1.137.974
(822.164)	(1.068.622)	774.917	(293.705)	17.876	(275.829)
1.066.481	1.066.481	(1.066.481)	-	44.910	44.910
307.822	1.230.253	(277.201)	953.052	(45.997)	907.055
(85.191)	(250.033)	(14.918)	(264.951)	23.418	(241.533)
222.631	980.220	(292.119)	688.101	(22.579)	665.522
(1.444)	(248.722)	(12.334)	(261.056)	22.579	(238.477)
221.187	731.498	(304.453)	427.045	-	427.045
-	-	-	-	-	422.072
-	-	-	-	-	4.973

CONTAS

	Concessões	Portos	Logística
Ativo Circulante	595.658	247.510	139.611
Ativo não Circulante	3.072.974	717.143	426.686
Total do Ativo	3.668.632	964.653	566.297
Passivo Circulante	655.662	198.437	83.223
Passivo Não Circulante	1.860.697	652.774	249.068
Patrimônio Líquido	1.152.273	113.442	234.006
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.668.632	964.653	566.297
Receita Líquida	2.100.796	550.502	241.864
Custo dos serviços prestados	(1.095.882)	(241.461)	(205.706)
Lucro bruto	1.004.914	309.041	36.158
Receitas (despesas) operacionais	(145.053)	(173.512)	(56.114)
Equivalência patrimonial	-	-	-
Lucro/Prejuízo Operacional antes do resultado financeiro	859.861	135.529	(19.956)
Resultado Financeiro	(173.256)	(72.642)	(16.690)
Lucro/Prejuízo Operacional antes dos impostos	686.605	62.887	(36.646)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(223.497)	(12.196)	15.721
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	463.108	50.691	(20.925)
Atribuível a:			
Companhia	-	-	-
Outros acionistas	-	-	-

102

39. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 04 de fevereiro de 2014, a Companhia, através de Fato Relevante, comunicou ao mercado que celebrou naquela data Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças com Freelane I, LLC e Freelane II, LLC, sociedades controladas por Capital Internacional Private Equity Fund VI, L.P. e sua afiliada CGPE VI, L.P. tendo como objetivo a venda da totalidade de suas ações da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. – STP, representativas de 11,41241% do capital social da STP, pelo

valor total de R\$292.127. A alienação das ações da EcoRodovias às compradoras foi aprovada pelo Conselho de Administração da EcoRodovias, em reunião realizada na mesma data, e sua conclusão financeira está condicionada ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, usuais em operações desta natureza. A venda tem por objetivo reforçar a estrutura de capital do Grupo EcoRodovias, reiterando seu foco na participação em novos projetos de infraestrutura logística no Brasil.

31 de dezembro de 2013

Holding e serviços	Combinado	Eliminações	Consolidado	Ajustes CPC 36 (R3) /IFRS10	Consolidado contábil
676.056	1.658.835	(51.806)	1.607.029	(240.151)	1.366.878
3.490.587	7.707.390	(2.383.063)	5.324.327	(190.437)	5.133.890
4.166.643	9.366.225	(2.434.869)	6.931.356	(430.588)	6.500.768
446.098	1.383.420	(51.107)	1.332.313	(166.454)	1.165.859
825.942	3.588.481	(87.468)	3.501.013	(264.133)	3.236.880
2.894.603	4.394.324	(2.296.294)	2.098.030	(1)	2.098.029
4.166.643	9.366.225	(2.434.869)	6.931.356	(430.588)	6.500.768
187.128	3.080.290	(132.120)	2.948.170	(309.111)	2.639.059
(106.103)	(1.649.152)	76.079	(1.573.073)	226.467	(1.346.606)
81.025	1.431.138	(56.041)	1.375.097	(82.644)	1.292.453
(91.986)	(466.665)	62.031	(404.634)	71.068	(333.566)
959.524	959.524	(959.524)	-	769	769
948.563	1.923.997	(953.534)	970.463	(10.807)	959.656
(78.640)	(341.228)	158	(341.070)	15.593	(325.477)
869.923	1.582.769	(953.376)	629.393	4.786	634.179
(7.775)	(227.747)	(2.134)	(229.881)	(4.786)	(234.667)
862.148	1.355.022	(955.510)	399.512	-	399.512
-	-	-	-	-	397.850
-	-	-	-	-	1.662